

SESSÃO TEMÁTICA 3

Configuração urbana
e patrimônio cultural



PNUM 2015



PORTUGUESE
NETWORK OF
URBAN
MORPHOLOGY




Ministério da
Educação



faunb

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

 **CAPES**



Universidade de Brasília - UnB

Reitor: Ivan Marques de Toledo Camargo

Vice-Reitora: Sônia Nair Bão



Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU

Diretor: José Manoel Morales Sánchez

Vice-Diretora: Luciana Saboia Fonseca Cruz

Chefe do Departamento de Projeto: Neander Furtado Silva

Chefe do Departamento de Tecnologia: Márcio Albuquerque Buson

Chefe do Departamento de Teoria e História: Elane Ribeiro Peixoto

Coordenador de Extensão: Caio Frederico e Silva

Coordenadora de Graduação - Diurno: Cláudia da Conceição Garcia

Coordenadora de Graduação - Noturno: Monica Fiuza Gondim

Coordenador de Pós Graduação: Daniel Richard Sant'Ana



PNUM - Rede Lusófona de Morfologia Urbana (*Portuguese-language Network of Urban Morphology*)

Conselho científico

Presidente: Teresa Marat-Mendes (ISCTE-IUL)

Membros: Frederico de Holanda (Universidade de Brasília), Jorge Correia (Universidade do Minho), Miguel Bandeira (Universidade do Minho), Nuno Norte Pinto (The University of Manchester), Stael Pereira da Costa (Universidade Federal de Minas Gerais), Vítor Oliveira (Universidade do Porto)



Comissão Organizadora

Presidente: Gabriela Tenorio

Membros: Ana Paula Gurgel, Camila Sant'Anna, Cláudia Garcia, Frederico de Holanda, Giuliana Sousa, Liza Andrade, Valério Medeiros

Estudantes: Bárbara Veras, Camila Barbosa, Camila Correia, Caroline Machado, Douglas Henrique Duarte, Érika Tibúrcio, Guilherme Reis, Gustavo Leonel, Graziela Mendes, Hudson Fernandes, Izabela Brettas, Kamila Venâncio, Karoline Cunha, Luísa Kanno, Maíra Boratto, Marina da Silva Ribeiro, Marlon Pedro dos Santos, Milena Montefusco, Natália Rios, Olivia Nasser, Vânia Loureiro

Servidores Técnico-administrativos: Adriana Campos Farias, Lília Aparecida da Silva, Marcus Vinicius Oliveira, Raimunda Vieira Gonçalves, Soemes Barbosa de Sousa, Valmor Pazos

Professores coordenadores de Sessões Temáticas: Ana Elisabete Medeiros, Ana Paula Gurgel, Benny Schvarsberg, Caio Frederico e Silva, Camila Sant'Anna, Carolina Pescatori, Cláudia Amorim, Cláudia Garcia, Eduardo Rossetti, Elane Peixoto, Flaviana Lira, Frederico de Holanda, Gabriel Dorfman, Giselle Chalub, Giuliana Sousa, Leandro Cruz, Liza Andrade, Luciana Saboia, Maria Cecília Gabriele, Maria do Carmo Bezerra, Maria Fernanda Derntl, Maribel Aliaga, Marta Romero, Mônica Gondim, Rodrigo de Faria, Rômulo Ribeiro, Valério Medeiros

Comissão Científica

Presidente: Frederico de Holanda

Membros: Celene Monteiro, Cristiana Gris, Décio Rigatti, Edja Trigueiro, Eneida Mendonça, Jorge Correia, José Júlio Lima, Karin Meneguetti, Liza Andrade, Luiz Amorim, Maurício Polidori, Miguel Bandeira, Mônica Gondim, Nuno Norte Pinto, Renato Saboya, Stael Costa, Teresa Marat-Mendes, Thereza Carvalho, Valério Medeiros, Vinicius Netto, Vítor Oliveira

Brasília, 25 e 26 de junho de 2015

Sessão Temática 3

Configuração urbana e patrimônio cultural

Autores	Artigos
53 Anderson Anjos	Um rio entre duas cidades: Um olhar sobre a paisagem, o patrimônio cultural e as intervenções urbanas recentes às margens do Rio São Francisco entre Pirapora e Buritizeiro
54 Andréa Sampaio e Marcela Dorea	O patrimônio urbanístico da área central do Rio de Janeiro: um palimpsesto de normas e projetos urbanos
55 Fabiana Silva e Stael Costa Flaviana Lira, Bárbara Tabosa e	Configuração urbana de Sabará-MG e seus reflexos no Patrimônio Histórico e Cultural: Contornos Legislativos
56 Camile Martins	Homogeneidade x Heterogeneidade: As dinâmicas de uso e ocupação dos espaços livres nas superquadras
57 Jorge Correia	Uma 'vila nova' em África: para uma leitura morfológica da Arzila portuguesa Parâmetros urbanísticos e a preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Goiás
58 Karine Oliveira	Análise tipológica das casas térreas e dos sobrados do Centro Histórico de Belém do Pará
59 Lúcia Hidaka Maria Manoela Netto, Stael Costa e	A estrutura morfológica da paisagem de Ouro Preto
60 Maria Cristina Teixeira Michelle Benedet e Carlos Augusto	Morfologia e uso dos espaços urbanos: reflexões sobre a ocupação das margens da Lagoa Santo Antônio dos Anjos, em Laguna/SC
61 Faggin	Forma urbana e caráter: O caso dos bairros Cidade Jardim e Santa Tereza em Belo Horizonte
62 Paula Cury e Maria Leticia Ticle	

Um rio entre duas cidades: Um olhar sobre a paisagem, o patrimônio cultural e as intervenções urbanas recentes às margens do Rio São Francisco entre Pirapora e Buritizeiro

Anderson Anjos

Universidade Federal de Uberlândia, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Uberlândia, MG
Endereço: Rua Irmã Beata, 556 apto 402, centro, Montes Claros-MG, Telefone: 00 038 32167868
email:anderson.anjos@ifnmg.edu.br

Resumo

Este artigo pretende discutir as relações estabelecidas na atualidade entre o Rio São Francisco com as cidades de Pirapora e Buritizeiro no Norte de Minas Gerais, sob a ótica do arquiteto e urbanista, considerando estas relações com a paisagem, o patrimônio cultural e as intervenções urbanas recentes entre as bordas desse rio. O objetivo é demonstrar como são construídas essas relações e suas implicações no contexto das duas cidades. Para tanto, serão analisados documentos históricos, trabalhos técnicos e científicos, projetos, imagens e mapas para a fundamentação do objeto proposto. Pretende-se, ao final, demonstrar a importância desse rio como marco referencial no desenvolvimento urbano dessas cidades, discutindo os problemas diagnosticados durante a pesquisa e o apontamento de reflexões sobre este tema.

Palavras-chave

Paisagem, Patrimônio cultural, Intervenções urbanas.

Abstract

This article discusses the relationships established today between the river to the towns of Pirapora and Buritizeiro in the North of Minas Gerais, from the perspective of the architect and urban planner, considering these relationships with the landscape, cultural heritage and recent urban interventions between the edges of the river. The goal is to demonstrate how these relationships are built and its implications in the context of the two cities. Therefore, historical documents will be analyzed, technical and scientific papers, projects, images and maps for the reasoning of the proposed object. It is intended, in the end, demonstrate the importance of this river as a landmark in the urban development of these cities, discussing the problems identified during the research and the reflections of note on this topic .

Keywords

Landscape, Cultural heritage, Urban interventions .

1 - Introdução

O Rio São Francisco é o principal indutor do desenvolvimento das cidades ribeirinhas ao longo de suas margens, devido a multiplicidade de possibilidades que seus recursos hídricos oferecem, onde podemos destacar a irrigação para o agronegócio, a geração de energia elétrica, a pesca, a navegação e o turismo.

A partir dessas possibilidades observadas, tomou-se como objeto de estudo o trecho fluvial urbano das cidades norte mineiras de Pirapora e Buritizeiro, que são banhadas pelo rio São Francisco, onde pretende-se analisar as relações estabelecidas entre estas e o rio ao longo do sua evolução urbana. Para tanto, o objetivo do artigo é discutir as relações estabelecidas na atualidade entre o Rio São Francisco e as cidades de Pirapora e Buritizeiro no Norte de Minas Gerais, sob a ótica do arquiteto e urbanista, analisando estas relações com a paisagem, o patrimônio cultural e as intervenções urbanas recentes nas bordas desse rio. Entre os objetivos específicos espera-se: demonstrar como são construídas as relações do rio com as duas cidades e suas implicações no contexto das mesmas; contribuir para a compreensão da relevância e valorização dos recursos hídricos no ambiente urbano em Pirapora e Buritizeiro, considerando para tanto estas relações das cidades com o rio: a cultura, o lazer e a sustentabilidade deste ambiente urbano e fluvial; e discutir a importância do Rio São Francisco enquanto indutor do desenvolvimento urbano, e a sua assimilação, enquanto marco referencial no imaginário coletivo das duas cidades.

Pretende-se, ao final, constatar que o rio, enquanto indutor do desenvolvimento urbano, torna-se parte integrante da paisagem urbana de Pirapora e Buritizeiro, ao mesmo tempo em que as mesmas compõem a sua paisagem fluvial. Espera-se ainda, demonstrar a importância deste rio como marco referencial no desenvolvimento urbano das duas cidades, discutindo os problemas diagnosticados durante a pesquisa e o apontamento de reflexões sobre este tema.

2 – As cidades e o Rio

2.1 - Relações territoriais e econômicas

As cidades de Pirapora e Buritizeiro estão localizadas na região Norte de Minas Gerais. Ambas são banhadas pelo Rio São Francisco e este é o divisor entre elas e seus respectivos municípios. A microrregião de Pirapora possui uma população de 164.946 habitantes (IBGE - 2010), uma área de 23.071,697 km² e está agrupada em dez municípios, possuindo uma densidade demográfica de 7,14 hab./km². Pirapora é o principal pólo desta microrregião, tendo uma população de 55.972 habitantes (IBGE, 2014), sendo a quinta cidade do Norte de Minas em população. O Produto Interno Bruto é de R\$ 1.239.228.000 (FJP, 2011), constituindo o segundo maior PIB desta região, o que corresponde a um terço do PIB de Montes Claros, maior cidade do Norte de Minas. Pirapora destaca-se pela produção industrial, sendo o segundo maior pólo industrial norte mineiro, com produção na área têxtil e siderúrgica. Buritizeiro tem sua população estimada em 28.071 habitantes (IBGE, 2014) e PIB de R\$ 291.085 (FJP, 2011). É o

quarto maior município de Minas em extensão territorial. Sua economia vem predominantemente da agricultura e da pecuária.

Na atualidade, o rio desempenha importante papel na economia dos dois municípios, principalmente através do uso das águas para irrigação de lavouras e na indústria, para o turismo, a pesca e o abastecimento humano e animal.

2.2 - Formação histórica de Pirapora e Buritizeiro

As primeiras ocupações humanas na região datam de épocas pré-históricas. No centro de Buritizeiro foi encontrado no ano de 1987 um cemitério indígena com ossadas datadas de 6.500 anos até 10.500 anos em local próximo ao rio, por se tratar de uma área de remanso onde a pesca seria facilitada (PROUS ET AL 2007, p.194). Já em meados do Séc. XVI, conforme descrevem Silva & Mota (2000) índios Cariris, oriundos do Ceará, fugindo da escravidão dos colonos, estabeleceram em área onde hoje se encontra a Praça dos Cariris no centro de Pirapora, em local também bem próximo ao rio. Segundo Moura (2002), no final do séc. XVI registram-se as demarcações baianas partindo do rio das Velhas até a barra do rio São Francisco. Por volta de 1678, a Bandeira de Salmeron e Soeiros chegou ao local onde viviam os Cariris, - hoje área central de Pirapora - onde combateram e escravizaram estes índios. Com a eliminação dos Cariris, a partir do Séc. XVIII, a região foi ocupada por garimpeiros, pescadores e criadores de gado. Aproveitando a navegabilidade do rio, em 1894, foi instalado em Pirapora um depósito para compra de algodão, fato que impulsionou o comércio portuário local. Em 1902 dá-se o início da navegação dos vapores, e no ano de 1905, no lado de Buritizeiro, foi implantada uma Escola de Aprendizes Marinheiros. Em 1911 é criado o município de Pirapora, e neste mesmo ano marca-se ainda a chegada da ferrovia. A inauguração da Ponte Marechal Hermes de Paula ocorre em 1922 sobre o Rio São Francisco, ligando as duas cidades pelos trilhos do trem. Em 1962 dá-se a emancipação de Buritizeiro. A partir da década de 1970, com a ligação rodoviária entre Pirapora à capital Belo Horizonte e ao Triângulo Mineiro e Brasília, a navegação pelo rio vai perdendo importância e entra em processo de decadência. Atualmente, nas duas cidades, a navegação limita-se ao passeio turístico, pois o transporte hidroviário de cargas está desativado e o transporte de passageiros extinto.

2.3 - O Patrimônio Cultural de Pirapora e Buritizeiro

Para Choay (2001, p.11) podemos relacionar o termo patrimônio com a identidade, a memória, a coletividade e a herança. Entre Pirapora e Buritizeiro esta relação constituída ao longo da sua evolução, em grande parte está intimamente ligada ao rio São Francisco. Este foi o principal indutor do desenvolvimento das duas cidades, através da navegação e por gerar os meios de subsistência essenciais no início do seu processo de ocupação, sendo estes a pesca, a pecuária, a facilidade de navegação e a agricultura próxima às suas margens férteis. Durante esse processo de ocupação, mescla de colonizadores, negros, índios e nordestinos, forma-se uma cultura ribeirinha e sertaneja peculiar ao restante do Estado, que se estende de Pirapora até a divisa de Minas com a Bahia. Ao longo dessa

evolução, constitui-se um importante patrimônio cultural, cujo conceito, adotado para o presente artigo, foi convenionado conforme a Carta Patrimonial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO - Declaração do México:

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas. (ICOMOS, 1985)

O patrimônio cultural da região São Franciscana norte mineira está representado por igrejas e casarões do período colonial, sítios arqueológicos ainda pouco estudados, construções do período republicano velho ligados à navegação e a ferrovia e manifestações culturais referentes à religiosidade e pelo sincretismo cultural do povo que originou o norte mineiro, entre eles, os bandeirantes, baianos, pernambucanos, índios, negros e quilombolas. Inseridas nesse contexto regional, Pirapora e Buritizeiro podem ser consideradas o ponto de partida para uma jornada rumo ao conhecimento da história norte mineira, pois a partir dessas cidades inicia-se o trecho navegável do rio que se estende até Juazeiro (BA) / Petrolina (PE) em um percurso de 1.371 Km.

O patrimônio cultural está representado pelos bens materiais e imateriais¹ nos dois municípios, entre os quais, destacam-se: O centenário Vapor Benjamim Guimarães (1913), **figura 1**; a Ponte Marechal Hermes de Paula (1922); o Sítio arqueológico Cemitério da Caixa D'água, cujo período de ocupação foi datado entre 6.500 e 10.500 mil anos; as ruínas da Igreja de Bom Jesus de Matozinhos, **figura 2**, em Barra do Guaiçuí (segundo quartel do Séc. XVII); o Edifício da Fundação Caio Martins (1905); a Estação Ferroviária de Buritizeiro (1922); o artesanato que é bastante expressivo nos dois municípios, onde se destacam os fazeres de carrancas e santos em madeira; a culinária é característica pelos pratos a base de peixe, destacando-se a moqueca de surubim; e as manifestações culturais onde destacam-se os reisados, congados, festas de São João e o carnaval Piraporense.

¹ Segundo definição do IPHAN, bens culturais materiais são os palpáveis, como o edificado, arqueológico e o paisagístico e os imateriais estão relacionados aos saberes e aos fazeres da população. Para maiores informações visitar o site do IPHAN em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?Id=20&sigla=Institucional&retorno=paginainstitucional>.



Figura 1. Vapor Benjamim Guimarães Fonte: Prefeitura de Pirapora. Disponível em: <http://www.pirapora.mg.gov.br/> - acesso em: 22 nov 2014



Figura 2. Ruínas da Igreja da Barra do Guaicuí – Data: 10 jan. 2015. fonte: Acervo do autor

Além do patrimônio cultural aqui apresentado, a região possui um belo acervo de paisagens naturais, conformando um rico patrimônio natural. Segundo definição do IPHAN², o “patrimônio natural elenca as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, *habitats* de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético excepcional e universal”. Este patrimônio natural, além da paisagem do Rio São Francisco que é comum aos dois municípios, concentra-se notoriamente em Buritizeiro e é marcado principalmente por belas cachoeiras – pelo menos dezoito delas foram levantadas nesta pesquisa - nos rios afluentes do “Velho Chico”, e por um monumento natural denominado de Pico do Itacolomy. Segundo informações de moradores de Buritizeiro, este monumento era utilizado no passado pelos índios para a celebração de cultos religiosos.

2.4 - Paisagem fluvial urbana

Discorrido sobre o patrimônio cultural e natural de Pirapora e Buritizeiro, interessa-nos agora procurar compreender, sob a ótica da análise espacial do arquiteto e urbanista, como esse patrimônio inter-relaciona-se com a paisagem fluvial urbana das duas cidades. A partir da imagem que essa paisagem cria na percepção do usuário, procura-se interpretar os elementos urbanos que a caracteriza, no intuito de tornar perceptível a interação das intervenções humanas na paisagem de borda do Rio São Francisco.

² Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17155&retorno=paginaIphan>> Acesso em: 12 janeiro 2009

Para tanto, recorrer-se-á aos conceitos que envolvem a paisagem e o recurso às metodologias de análise desta paisagem no ambiente urbano, procurando adaptá-las para a paisagem fluvial urbana entre as duas cidades.

O conceito de paisagem tem sido interpretado de diversas maneiras ao longo do tempo, sendo este termo empregado há mais de mil anos através da palavra *landschaft* – paisagem - de origem alemã. Para este estudo, cabe aqui defini-la, segundo a Carta da Convenção Européia - por se tratar de um conceito acertado entre vários países - que diz que a "paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos." (Carta da Convenção Européia da Paisagem – Florença, 2000).

Conforme discutido anteriormente, dada a importância do Rio São Francisco para as dois municípios, importa-nos discutir também o conceito de paisagem fluvial urbana. Segundo Prichoa et al (2014), "a paisagem fluvial é definida como uma paisagem em cuja origem e dinâmica o rio é o elemento principal".

A paisagem fluvial urbana do rio São Francisco possui grande valor como patrimônio cultural, ambiental e paisagístico. Foi através do rio que se possibilitou a ocupação do Norte de Minas, do início de sua economia agropastoril, saciando a fome e a sede, como principal eixo de transporte e servindo como meio de lazer para as pessoas se refrescarem do calor escaldante desta parte das Gerais.

Sobre a observação dessa paisagem fluvial, Costa (2006) trata do que ela chama de espaços livres de edificações, e das possibilidades que o rio cria para a fruição da paisagem da cidade:

O desenho da paisagem fluvial urbana na escala do pedestre que favorece esta fruição inclui possibilidades de caminhar ao longo do rio e de ter acesso físico a água. Permite ainda atravessar para a outra margem, onde as pontes que trazem um outro ritmo ao seu percurso são também como terraços que permitem observar os horizontes urbanos estando sobre a água. (COSTA, 2006, pág. 11)

2.5 - Metodologias de análise da paisagem fluvial urbana

A análise da paisagem fluvial urbana do Rio São Francisco procura ir de encontro com o que afirmou Costa (2006) ao discorrer sobre as possibilidades criadas na interação do rio com a cidade. Com base nas metodologias de análises urbanas de Lynch (1999) e Cullen (1973) procurar-se-á identificar os elementos marcantes na paisagem fluvial de borda que constituem a imagem das cidades de Pirapora e Buritizeiro, e a percepção deste espaço sob a ótica do usuário que caminha e vai descobrindo esta paisagem fluvial.

A primeira análise, com base nas teorias de Lynch (1999), empregada para se reconhecer os elementos marcantes e simbólicos da cidade, será aqui adaptada buscando-se identificar estes elementos nas duas cidades nas suas relações com o rio, procurando valorizar a forma urbana constituída entre a paisagem fluvial da borda.

Para Lynch (1999) a paisagem é algo que está sempre além do que a vista alcança, impregnada de memórias e significações. Ainda segundo o autor, a imagem da cidade – bem como sua legibilidade – é importante, na medida em que a cidade não deve ser tratada como algo em si mesmo, mas sim como objeto da percepção de seus habitantes e base da memória coletiva e da comunicação entre os grupos que nela habitam.

Em sua metodologia, Lynch identificou que os elementos que as pessoas utilizam para estruturar sua imagem da cidade podem ser agrupados em cinco grandes tipos: caminhos, limites, bairros, pontos nodais e marcos. Estes cinco elementos serão aqui descritos com sua respectiva análise urbana adaptada para o espaço fluvial entre Pirapora e Buritizeiro:

“Os caminhos são canais ao longo dos quais o observador costumeiramente, ocasionalmente, ou potencialmente se move”. (LYNCH, 1999, p. 52) Nesta análise, os caminhos aqui são aqueles que levam para a orla das duas cidades. Em Pirapora corre um eixo que vem no sentido de leste para oeste, até se encontrar com a orla na Avenida Salmeron em frente à Praça de Eventos da cidade. O outro eixo corta a orla no sentido norte / sul margeando o rio, e se constitui pelas Avenidas Beira Rio (bairro Bom Jesus), Salmeron (Centro) e São Francisco (bairro Nossa Senhora de Fátima). Em Buritizeiro, no sentido norte / sul, se constitui pela Avenida Bernabé Martins, Rua Josias Carneiro de Abreu (ambas no Centro) e Rua Manoel Conceição de Melo (bairro Imaculada Conceição).

“Os limites são elementos lineares constituídos pelas bordas de duas regiões distintas, configurando quebras lineares na continuidade”. (LYNCH, 1999, p. 52). No caso das duas cidades estes limites são a própria margem do Rio São Francisco e pequenos córregos que deságuam em suas águas. Em alguns locais, esses córregos servem como divisores de bairros, entre zona urbana e rural no caso de Buritizeiro, e entre a cidade e um brejo em Pirapora.

“Os bairros são partes razoavelmente grandes da cidade na qual o observador “entra”, e que são percebidas como possuindo alguma característica comum, identificadora”. (LYNCH, 1999, p. 52) Em Pirapora a área da orla estudada se divide em três bairros, sendo o Centro e os bairros Bom Jesus e Nossa Senhora de Fátima. No centro predominam os usos de comércio, hotéis, bares e restaurantes, no Bom Jesus predominam residências de veraneio e pousadas e na Nossa Senhora de Fátima, os galpões, muitos deles abandonados por se tratar de uma antiga área portuária e de residências de baixo padrão. A transição entre esses bairros é de fácil identificação devido a diferenciação dos seus usos. Já em Buritizeiro a transição entre o Centro e o Bairro Imaculada Conceição já não é tão facilmente percebida, pois a morfologia urbana destes se assemelha pelo padrão construtivo de suas edificações. Os usos mais comuns na parte central são os bares e residências de padrão construtivo simples. Já no Imaculada

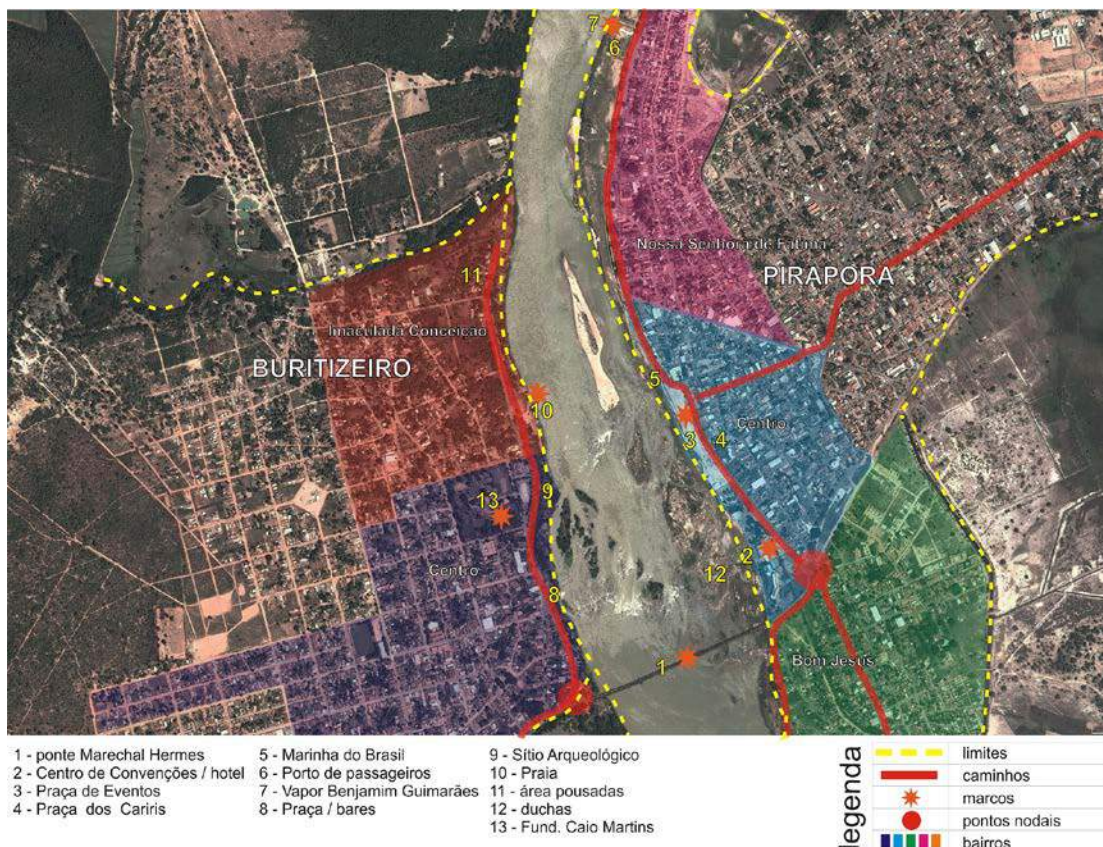
Conceição predominam as pousadas, e este bairro se caracteriza por possuir uma maior fluidez em relação ao rio, pois não existem edificações entre a orla e o mesmo.

“Os pontos nodais são pontos estratégicos na cidade, onde o observador pode entrar, e que são importantes focos para onde se vai e de onde se vem”. (LYNCH, 1999, p. 52) Em Pirapora, o principal ponto nodal é a rotatória que liga a Avenida Salmeron à Avenida Beira Rio e à saída para Brasília. Em Buritizeiro, o ponto nodal é o que faz a ligação entre o centro, a orla e o acesso à ponte Marechal Hermes de Paula.

“Os marcos são elementos pontuais nos quais o observador não entra. Podem ser de diversas escalas, tais como torres, domos, edifícios, esculturas, etc”. (LYNCH, 1999, p. 53) Neste caso destacam-se os elementos mais representativos no espaço urbano das duas cidades e todos eles apresentam uma forte imagem de ligação com o rio. A ponte, o Centro de Convenções, a sede da Marinha, o Vapor Benjamim Guimarães, o edifício da Fundação Caio Martins (antiga escola de aprendizes marinheiros) e a praia em Buritizeiro.

Com base na metodologia de Lynch (1999), podemos identificar os elementos que constituem esta paisagem fluvial urbana, entendendo as relações espaciais que conformam este ambiente de borda. Apesar de ser uma ferramenta importante para análise urbana, esta metodologia geralmente empregada por estudiosos do espaço urbano nos permite enxergar a cidade de cima, com um mapa na mão ou em uma prancheta, aonde estes elementos vão sendo revelados e inter-relacionados, cujo resultado final é um mapa em que o estudioso poderá apresentar de forma sistematizada as suas conclusões a respeito da análise do espaço urbano. Pode-se a partir daí formular suas hipóteses, planos, intervenções, etc.

A seguir está representado no **mapa 1**, uma síntese da análise da paisagem fluvial urbana entre Pirapora e Buritizeiro com base na metodologia de Lynch (1999):



Mapa 1. Mapa síntese da análise urbana adaptada de Lynch (1999). Fonte: Imagem de satélite do software Google Earth trabalhada pelo autor.

A análise urbana a partir da metodologia de Cullen (1973) já nos permite analisar a paisagem sob o ponto de vista do usuário, um caminhante, por exemplo, que vai descobrindo a paisagem conforme evolui o seu percurso. Cullen a chamou de visão serial. Para o autor, a visão serial é uma forma de leitura da paisagem urbana que procura identificar os campos visuais ao longo de um percurso sob o ponto de vista do usuário. A adaptação desta análise para o presente artigo levou este autor a percorrer os trechos de orla das duas cidades, procurando identificar os elementos visuais mais significativos de forma sequencial na paisagem fluvial e as experiências visuais experimentadas.

Esta visão serial está relacionada em duas partes, a primeira em Buritizeiro e depois em Pirapora. Foram selecionadas as imagens mais representativas deste percurso, no sentido de ressaltar as percepções e sensações que foram sendo descobertas do ponto de vista de um caminhante atento as sucessivas revelações desta paisagem fluvial urbana. Os comentários foram inseridos como nota de rodapés por entendermos que algumas expressões expostas levariam ao leitor a buscar um aprofundamento destes no livro Paisagem Urbana de Gordon Cullen. Todas as fotografias desta série foram tiradas pelo autor em 23 de novembro de 2014.



Figura 3. Ponte Marechal Hermes de Paula.



Figura 4. Associação de pescadores.



Figura 5. Casas no alinhamento da via.



Figura 6. Bares à beira rio.



Figura 7. Encontro da rua com o rio.



Figura 8. Praça pública as margens do rio.



Figura 9. Sítio arqueológico Cemitério da Caixa D'água.



Figura 10. Praia fluvial.



Figura 11. Via de acesso às pousadas.

³Comentários: **Figura 3.** Vista da ponte Marechal Hermes de Paula. Este é o ponto inicial do percurso em Buritizeiro e o seu principal "ponto focal". **Figura 4.** Continuando o percurso, depara-se com uma pequena praça, a Associação de Pescadores e uma rua sinuosa. Este é também o ponto em que a cidade se apresenta mais histórica, espontânea e vernacular. **Figura 5.** A visão da paisagem neste trecho remete as lembranças das cidadezinhas do interior. Baixo gabarito, casas no alinhamento da via, rua de pedra, castanheiras. **Figura 6.** Neste trecho, ainda que emoldurado em pequenos fragmentos, o rio se apresenta em visadas a partir de espaços privados que são abertos ao público (bares). Espaço de transição entre o público e o semi-público. **Figura 7.** Após uma sequência de bares de beira de barranca, a rua se encontra com o rio. É onde se descortina a primeira "perspectiva grandiosa" do trajeto. **Figura 8.** A próxima visão é de um espaço público – praça – com mobiliário urbano deficitário, com pavimento de péssima qualidade e sem árvores. É uma praça árida, por assim dizer, quase "desurbanizada". **Figura 9.** Neste trecho depara-se com uma placa informativa de que "ali" existe um sítio arqueológico, um cemitério indígena. O pequeno espaço delimitado por cercas leva o expectador a querer penetrar a sua visão para além daqueles limites. Trata-se de um espaço de "expectativa", da descoberta do novo, da possibilidade imaginativa de se encontrar com a história daqueles antepassados que jazem neste sítio. **Figura 10.** A partir deste ponto têm-se o local onde o usuário pode interagir de fato com o rio. É um local de uso público e apropriação privada (barzinhos). Espaço de "privilégio", este se configura como o mais democrático da cidade. Apresenta-se como frequentada praia fluvial, capaz de congrega moradores locais, turistas, pobres, ricos, crianças, jovens, adultos e idosos. **Figura 11.** Continuando a partir do ponto que bifurca-se com a praia, este espaço torna-se cansativo pela grande distância em linha reta a ser percorrida e pela falta de atrativos da visão serial que está por vir. A péssima qualidade do espaço público – a rua – é um dos entraves que tornam esta visão desinteressante. Este é o ponto final deste passeio por Buritizeiro.

Visão Serial da Paisagem em Pirapora:⁴



Figura 12. Bairro Bom Jesus.



Figura 13. Ponte Marechal Hermes de Paula.



Figura 14. Rotatória com escultura de São Francisco.



Figura 15. Centro de Convenções de Pirapora.



Figura 16. Área de acesso para banhistas.



Figura 17. Praça de Eventos.



Figura 18. Calçadão à beira rio.



Figura 19. Visão para o rio e Vapor Benjamin Guimarães.



Figura 20. Porto de passageiros.

⁴Comentários: **Figura 12.** Pirapora, Bairro Bom Jesus. Trecho as margens do rio: predominância de pousadas, casas de veraneio e bares. Atracadouro para pequenas embarcações, geralmente barcos pesqueiros e lanchas de passeio. É o trecho que causa mais bucolismo e nostalgia no trajeto. **Figura 13.** Encontro com a ponte Marechal Hermes. Grande espaço vazio, grande extensão de céu, sensação de exposição e isolamento. **Figura 14.** Um ponto nodal na paisagem, e um símbolo - a imagem de São Francisco de Assis. **Figura 15.** O Centro de Convenções, arquitetura marcante nesta paisagem, configura-se como elemento de paisagem interior e compartimento exterior. Ao mesmo tempo em que se eleva em pilotis, criando uma grande área de transição entre espaço aberto e fechado, seu espaço interno, envidraçado, faz com que a paisagem exterior se emoldure dentro do recinto interior. **Figura 16.** Na área da Pirapora turística, se apresenta o primeiro espaço de acesso público ao rio. Configura-se como espaço de perspectiva grandiosa, tendo o rio, a ponte e a visão ao fundo (Buritizeiro) como elementos desta paisagem. **Figura 17.** Praça de eventos: Espaço multiuso, ponto focal dos eventos e acontecimentos em Pirapora. Área de maior apropriação do espaço na cidade (público e privado). **Figura 18.** Calçadão à beira rio: este trecho situa-se entre a Capitania dos Portos e o porto de passageiros. Possui uma infraestrutura urbana razoável, embora apresente algumas deficiências. Calçadão esta sendo reformado. A partir do cais se tem ampla visão do rio. Configura-se como área de aqui e além. **Figura 19.** Aos olhos do observador, ao se caminhar por este terceiro trecho, avista-se de longe, revelando-se nas curvas do percurso, o vapor Benjamin Guimarães ancorado. Sentimento de "expectativa". **Figura 20.** No porto se encontra o Vapor Benjamin Guimarães, um dos principais atrativos turísticos da cidade, e alguns barcos particulares. A acessibilidade do usuário é comprometida pela falta de rampas e passeios acessíveis ao local. Visão de um "espaço de pontuação", o Vapor é o ponto final deste percurso de pedestre e o início de uma perspectiva da paisagem sob a ótica de quem embarca e a vê através do rio.

Com base na análise das duas metodologias, foi possível identificar os elementos que compõem a paisagem fluvial urbana entre as duas cidades, onde podemos destacar como elementos mais significativos desta paisagem a ponte Marechal Hermes de Paula, as duchas e praias, o Vapor Benjamim Guimarães e os espaços públicos e semi-públicos onde a interação com o rio se torna possível. Com base no exposto, importa-nos saber agora, como as interações das cidades com o rio se deram nos últimos anos, e que meios foram criados ou pensados para estruturar a paisagem da borda visando a fruição do meio urbano com o fluvial.

2.6 – As Intervenções Urbanas nas bordas do rio

Ao analisar as intervenções urbanas na paisagem das bordas do rio São Francisco, faz-se necessário esclarecer que o trecho em análise se trata de áreas urbanas consolidadas, onde as intervenções humanas ao longo do desenvolvimento urbano das duas cidades não levaram em consideração as questões relativas à legislação ambiental. É recorrente supor que estas intervenções se configuraram pelas seguintes situações: por ocorrerem intervenções anteriores à criação das leis ambientais, por desconhecimento destas leis e por arbitrariedade do poder público.

No trecho urbano de Pirapora, ao longo das margens do rio, foram realizados diversos aterros, onde as barrancas foram retificadas, e construídas estruturas de concreto que se configuram como um cais com o objetivo de contenção das cheias, conforme mostrado na **figura 21**. Em Buritizeiro ocorre fato parecido, a ocupação humana muito próxima ao rio, contudo, com infra-estrutura urbana mais deficitária, as barrancas do rio foram mantidas em quase sua totalidade. As intervenções humanas na orla de Buritizeiro se dão através de decks ou terraços construídos sobre estas barrancas pelos donos de bares, construções estas que se encontram as margens do rio. Apesar do desrespeito as leis ambientais vigentes, o avanço destas construções sobre áreas de preservação permanentes traz as mais belas e aprazíveis vistas para o rio e sua paisagem irmã, no caso Pirapora, para aqueles que desfrutam de momentos de lazer nestes barzinhos nos fins de tarde e finais de semana.



Figura 21. Área de borda retificada, compreendida entre a ponte Marechal Hermes de Paula e o porto fluvial.
Fonte: Arquivo do autor.

As intervenções urbanas recentes realizadas pelo poder público nas margens do Rio São Francisco, localizam-se todas na cidade de Pirapora. Nessa cidade o maior volume de intervenções urbanas realizou-se entre os anos de 2005 a 2012, contudo a atual administração municipal vem dando continuidade às obras de infraestrutura urbana ao longo da orla. Entre os projetos mais expressivos estão: o Centro de Convenções De Pirapora (2007), **figura 22**, projeto do Arquiteto Aliomar Veloso Assis. Essa edificação e localiza as margens do Rio São Francisco, na Avenida Salmeron, possuindo área de 2770 metros quadrados e capacidade para receber publico de até 1000 pessoas. É o mais moderno centro de convenções do Norte de Minas. Sua arquitetura explorou o uso do aço e do vidro, dando leveza ao conjunto e criando perspectivas internas com visadas que se emolduram para o rio. A praça de eventos (2012) que se localiza na orla central da cidade, projeto do arquiteto Willian Abdalla. Esta grande praça é o ponto focal da maioria dos eventos festivos de Pirapora e conta com área de esplanada, quiosques, pista de caminhada, mobiliário e fonte de água iluminada.

Além desses, encontra-se em fase de elaboração de projetos executivos, o Projeto Orla Fluvial – Parque dos Ipês – cujo escopo básico foi elaborado pela equipe do arquiteto Moacir Moreira Filho da secretaria de obras local. O custo dessa obra é estimado em R\$ 2.231.0000,00, e pretende revitalizar a orla do rio, trecho que começa limitando-se com praça de eventos e vai até o porto de passageiros onde se encontra o vapor Benjamin Guimarães, criando um parque linear com mais de mil metros de extensão. O projeto conta com calçadão, quiosques, espaço coberto multiuso, áreas de lazer e práticas esportivas e revitalização do porto de passageiros.



Figura 22. Centro de Convenções de Pirapora. Fonte: <http://www.frichevalle.com.br/publicas.php>. acesso em: 16 nov 2014

2.7 - Reflexões ambientais

Discutidas as intervenções urbanas que foram feitas às margens do rio, entre acertos e desacertos ao longo da evolução urbana de Pirapora e Buritizeiro, somos levados a refletir sobre as questões ambientais que envolvem a ocupação humana e o uso das águas.

Na maioria das cidades brasileiras os rios são tratados como obstáculos a serem transpostos, controlados, retificados, e como recurso de saneamento e destino final do esgoto in natura. Esta visão tecnicista, funcional e estética, não leva em consideração as formas e a dinâmica natural dos rios.

O rio São Francisco vem sofrendo um processo de degradação ambiental, como a maioria dos cursos d'água no Brasil. Entre as principais causas está o desmatamento da mata ciliar dentro dos limites impostos por sua APP – Área de Preservação Permanente, assoreamento, poluição das águas devido ao lançamento de esgotos domésticos e industriais, poluição por agrotóxicos das áreas agrícolas próximas as suas margens, fato que se estende aos seus afluentes, existência de áreas agrícolas irrigadas que consomem a água do rio muitas das vezes sem critérios de estudos de impacto ambiental, e crescimento sem planejamento das cidades ribeirinhas. Para agravar esta situação, o rio vem enfrentando os resultados da pior seca em cem anos, conforme noticiado pelo Jornal Estado de Minas em 24 de novembro de 2014: “Pela primeira vez na história, a principal fonte do maior rio integralmente brasileiro, para de correr. Comitê de bacia já fala em racionamento e cidades ribeirinhas temem ficar sem água”. Os efeitos dessa estiagem prolongada podem ser vistos na paisagem fluvial entre Pirapora e Buritizeiro, através do baixo nível das águas do rio e da formação de grandes bancos de areia nas margens deste e em seu meio, chegando a alguns trechos a dividir o seu leito em dois. O processo de degradação por que passa o rio entre as duas cidades é também sentido e lamentado pelos moradores, ribeirinhos e turistas.

3 - Conclusões

Este artigo procurou demonstrar as relações estabelecidas entre o Rio São Francisco em seu trecho urbano entre as cidades de Pirapora e Buritizeiro, bem como apontar as intervenções urbanas recentes que ocorreram ou estão acontecendo às suas margens e uma reflexão ambiental sobre o atual estado de degradação por que passa esse rio.

A cultura barranqueira e os seus fazeres, o patrimônio cultural, a paisagem fluvial e o imaginário que o rio cria em seus ribeirinhos, são elementos importantes da sua paisagem e constituem elementos de auto-afirmação de sua população frente a imposição de uma nova cultura global emergente.

A análise dos elementos urbanos baseados em Lynch (1999) forneceu importante ferramenta para a compreensão da paisagem urbana na relação do rio com as duas cidades, destacando-os e levando-nos a compreender as suas interações na paisagem da borda.

A utilização da visão serial na análise da paisagem urbana contribuiu para destacar elementos da relação entre a paisagem do rio no ambiente urbano, que muitas vezes são imperceptíveis sob o ponto de vista do planejador ou de quem passa pelo trajeto de carro. Foi possível captar fragmentos da interação do espaço com seu interlocutor.

As intervenções urbanas na paisagem da borda são elementos importantes na integração do rio com as cidades, sendo que Pirapora tem explorado nos últimos anos as obras que buscam essa integração. É perceptível que a integração da paisagem urbana com a fluvial é mais valorizada no traçado urbano da cidade de Pirapora.

A questão ambiental é fator preponderante para a manutenção da relação sustentável do rio com os dois municípios; a degradação ambiental da mata ciliar, dos afluentes e do uso indiscriminado da água pode comprometer a sustentabilidade dessa integração;

O rio, através do seu uso como fonte de abastecimento para a população e indústria, a irrigação, do turismo, do lazer e de práticas náuticas e esportivas, é hoje, o mais importante indutor da economia dos dois municípios, para tanto, é preciso preservá-lo para que as duas cidades não tenham um retrocesso em seu processo de desenvolvimento econômico e social. Contudo, preservar o Rio São Francisco, faz parte de um esforço maior que não depende só de ambas as cidades, pois o rio, considerado como o "rio da integração nacional" passa por cinco estados diferentes e precisa de um plano de ações em nível nacional para evitar que o mesmo pereça. Esse plano de ações embora exista no papel através do seu Comitê de Bacia, esbarra na burocracia, na incompetência administrativa em todas as esferas do governo, na falta de fiscalização ambiental e nos conflitos de interesses ligados ao capital privado.

Referências bibliográficas

BLEY, L. **Morretes** - estudo de paisagem valorizada. Rio Claro: UNESP. Tese de Doutorado, 1991.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo. Estação Liberdade, Editora UNESP, 2001.

CONSTANTINO, N. R. T. **Rios Urbanos no Oeste Paulista**. III Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo. Belém do Pará. APP Urbana, 2014.

COSTA, L.M.S.A. (org.). **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: ed. PROURB, 2006. 192 p.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 1973.

FJP: Fundação João Pinheiro - centro de estatística e informações (cei): **produto interno bruto dos municípios de minas gerais**, 2011.

GHILARD, A.S.; DUARTE, C.R.S. **Ribeirão Preto: os valores naturais e culturais de suas paisagens**. In COSTA, Lúcia Maria Sá Antunes (org.). **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: ed. PROURB, 2006. 192 p.

GORSKI, M.C.B. **Rios e cidades: ruptura e conciliação**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

ICOMOS-México. 1985. **Carta do México**. Conferência Mundial sobre Políticas Culturais. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255>>. Acesso em: 10 janeiro 2015.

JORNAL ESTADO DE MINAS: Seca que engole nascente do São Francisco deixa comunidades ribeirinhas em alerta. Disponível em:

<http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/09/24/interna_gerais,572183/seca-que-engole-nascente-do-sao-francisco-deixa-comunidades-ribeirinhas-em-alerta.shtml> Acesso em 17 janeiro 2015.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MENEZES, U.T.B. **A paisagem como fato cultural**. In: YAZIGI, Eduardo (org). Turismo e paisagem. São Paulo. Contexto, 2002.

MOURA, A.P. **Norte de minas: dos primórdios à revolução de 1930**. Belo Horizonte, 2002. Disponível em:<<http://www.asminasgerais.com.br>> Acesso em 12 jan. 2015.

PRICHOA, C.E; HOLGADO MOLINA, P.; RIBEIRO, S.R.A. **Metodologia para identificação e caracterização de paisagens fluviais do Brasil mediante critérios europeus**. I Jornadas Lusófonas CTIG 2014, 2014.

PROUS, A.; BAGGIO, H; RODET M.J. **O homem de Buritizeiro**. In: Revista Minas Faz Ciência. Belo Horizonte. Ed. FAPEMIG, 2007.

RIBEIRO, R.W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SILVA, B.A.; DINIZ, D.; MOTA, I.P.B. **Pirapora: um porto na história de minas**. 1ª ed. Belo Horizonte: Interativa, 2000. 289p.

URANI, A.; REIS, J.G. **Policy Paper nº 4 – Desenvolvimento com justiça social: uma agenda para os municípios**. IETS. Rio de Janeiro, 2004. 79p.

O Patrimônio Urbanístico da Área Central do Rio de Janeiro: um palimpsesto de Normas e Projetos Urbanos

Andréa Sampaio, Marcela Dorea

PPGAU, Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense
Rua Passos da Pátria, 156, bloco D, São Domingos, Niterói, RJ. 55(21) 2629-5490
andrea.rsampaio@gmail.com, atlaspatrimonio.centroorio@gmail.com

Resumo

Sob um olhar contemporâneo sobre espessura histórica da cidade, examina-se o patrimônio urbanístico da área central carioca, a partir do processo histórico de seus projetos urbanos e normas urbanísticas. Busca-se estudar a correlação da configuração espacial urbana, como resultante dos projetos e normas urbanísticas, articulada à tomada de consciência do valor patrimonial da área, examinando as relações das permanências e transformações morfológicas que conformam seu patrimônio urbanístico. A investigação busca elucidar os contrastes da coexistência do núcleo histórico da cidade com a Área Central de Negócios e evidencia uma trajetória de conflitos da renovação e preservação urbana, em que as marcas de sucessivos projetos e legislações na morfologia urbana revelam-se, explícitas ou implícitas, tal qual um palimpsesto. Serão examinados projetos de renovação urbana de cunho Modernista, destacando-se os casos da Avenida Norte-Sul e do bairro Cidade Nova. Percorre-se o deslocamento conceitual dos modelos de urbanismo e da noção de patrimônio cultural vigentes ao longo do processo histórico. No contexto atual de grandes intervenções no âmbito dos Projetos de Cidade Olímpica e Porto Maravilha, torna-se essencial revisitar as transformações do tecido urbano da cidade, consolidando sua memória.

Palavras-chave

Patrimônio Urbanístico; Projeto urbano; Normas urbanísticas; Rio de Janeiro; área central.

Abstract

From a contemporary look at the city in its historical density, the urban heritage of Rio's central area, is examined from the historical process of its urban projects and urban planning legislation. It is studied the correlation of urban spatial configuration, as result of projects and urban regulations, in an articulated way to value awareness of the area as urban heritage, examining the relationship of permanence and morphological transformations that conform its urban heritage. The research seeks to elucidate the city's historic core coexistence of contrasts with the CBD and shows a history of conflicts of the urban renewal and preservation, where the marks of successive projects and legislation on urban morphology are revealed, either explicit or implicit, like a palimpsest. There will be examined urban renewal projects of modernist imprint, highlighting the cases of North-South Avenue and Cidade Nova district. It is presented the conceptual displacement of urban models and the notion of cultural heritage in force throughout the historical process. In the current context of major interventions under the Olympic City Project and Porto Maravilha, it becomes essential to revisit the changes of city urban tissue, consolidating its memory.

Keywords

Urban heritage; Urban design; Urban legislation; Rio de Janeiro; Central Area

Introdução

Sob a perspectiva de um olhar contemporâneo sobre a cidade em sua espessura histórica, compreendida na continuidade de seu processo urbano, e adotando como premissas a cidade como bem cultural¹ e o patrimônio como legado para o futuro, o objeto de estudo do presente trabalho é o patrimônio urbanístico da área central carioca, examinado a partir do processo histórico das normas urbanísticas e projetos urbanos incidentes nesse recorte espacial. Busca-se estudar a correlação da configuração espacial urbana, como resultante dos projetos e normas urbanísticas, examinando as relações das permanências e transformações morfológicas que conformam o tecido urbano da área.

Tanto no Brasil quanto em âmbito internacional, verificam-se, historicamente e em diferentes graus, embates entre interesses de renovação e de preservação – do novo e do antigo - e conflitos relacionados à salvaguarda e à conservação do patrimônio em relação ao planejamento urbano. Tais dissonâncias emergem do enquadramento do patrimônio cultural como uma construção social, cujos significados repercutem a atribuição de valores à herança cultural pela sociedade, numa relação dialética de causa e consequência da apropriação ou abandono de edificações, sítios urbanos antigos e tradições, que determina decisões de intervenção e gestão do patrimônio.

A presente reflexão fundamenta-se em pesquisas² que vem sendo desenvolvidas com foco nas interfaces das normas urbanísticas e patrimoniais vigentes na área urbana central do Rio de Janeiro, e suas influências sobre o tecido urbano e a dinâmica local, ao longo de seu processo urbano. A problematização das questões sustenta-se em referenciais dos campos do urbanismo e do patrimônio, buscando sua complementariedade através das possíveis interfaces analíticas. A metodologia pauta-se na cartografia para analisar e apresentar um panorama histórico da legislação urbanística incidente no recorte espacial, de forma articulada ao impacto dos principais projetos urbanos propostos e à proteção ao patrimônio na área central.

A área central da cidade vem sendo regulada por um emaranhado de legislações urbanísticas e normas patrimoniais, e sendo objeto de projetos de reurbanização, desde o início do século XX, até os dias de hoje, em que grandes intervenções, no âmbito dos Projetos de Cidade Olímpica e Porto Maravilha, transformam radicalmente a área. Os projetos em curso confrontam a resistência de um patrimônio edificado precarizado, e habitado, por um lado, enquanto geram oportunidades e disponibilizam recursos para a recuperação de edifícios e espaços públicos, na área de influência dos projetos³.

¹ Nos termos de Ulpiano Meneses (MENESES, 2006) da cidade como bem cultural, ao invés da cidade com bens culturais. As dimensões analíticas propostas pelo autor serão tratadas adiante.

² Projeto atual: *Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro* (PIBIC CNPq/UFF); desdobramento do projeto *Normas Urbanísticas e Patrimônio Cultural: Cartografias da Área Urbana Central do Rio de Janeiro*. (FAPERJ/ PIBIC –CNPq/UFF) e do projeto, coordenado pela Profa. Andréa Borde (PROURB/ UFRJ), *Vazios Urbanos da Área Urbana Central do Rio De Janeiro: Alteridades, Permanências e Descontinuidades*. (APQ1 FAPERJ).

³ Através da aplicação de recursos da venda de CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção), conforme determinado na Lei Complementar nº. 101 de 23 de novembro de 2009, que rege a OUC Porto Maravilha. Vide <<http://www.portomaravilhario.com.br/>>.

Funcionando como Área Central de Negócios, e reconhecida como Centro Histórico, sua paisagem conforma um mosaico urbano que justapõe arranha-céus e nichos globalizados, com sobrados precariamente conservados, num processo recorrente de sucateamento do patrimônio, que expõe a incapacidade dos instrumentos legais isolados de ações, darem conta da dinâmica urbana.

A presente investigação revela uma trajetória de conflitos dos interesses de renovação e de preservação urbana, sublinhando as marcas de projetos e de sucessivas legislações urbanísticas na morfologia urbana. Tal qual um palimpsesto, podem ser observados rastros de antigos projetos ou fragmentos de formas passadas na configuração espacial, a medida em que se investiga a evolução do tecido urbano à luz dos projetos e normas. Enfoca-se, no presente trabalho, os casos emblemáticos de dois projetos de renovação urbana de cunho Modernista: a Avenida Norte-Sul e o Plano para a Cidade Nova. Busca-se evidenciar os nexos entre os impactos resultantes desses projetos de reurbanização, às proposições normativas, de modo articulado à tomada de consciência do valor patrimonial da área.

Considerando o patrimônio cultural um dos ativos da cidade contemporânea⁴, adota-se o patrimônio urbanístico como um conceito mediador para a leitura das relações estabelecidas pelo patrimônio na cidade contemporânea. Concebido como um conceito-ação por Rossa (2012), o recorte através do patrimônio urbanístico instrumentaliza análises que fundem valor cultural e identidade com a contínua transformação da cidade, tendo como resultante a paisagem⁵.

A problematização das questões ancora-se na compreensão da cidade como bem cultural, tal como defendida por Meneses (2006) que a concebe como um artefato socialmente apropriado em três dimensões, intimamente imbricadas que atuam solidariamente: a dimensão do artefato, já que a urbanização é um produto próprio da sociedade; a dimensão do campo de forças, em cujo espaço se desenvolvem tensões e conflitos na economia, na política, na vida social, nos processos culturais, etc. e, finalmente, a dimensão das significações, que dotam de sentido e inteligibilidade o espaço. Adotando-se as dimensões propostas por Meneses (2006), a área central será aqui apresentada em suas dimensões de “artefato” e de “significações” – como acervo e memória - iniciando-se pela abordagem da dimensão “campo de forças” do processo urbano, discutindo-se a conjuntura atual da área em sua espessura histórica e a influência exercida pelo ordenamento urbanístico.

⁴ Utilizando a terminologia ativo, ou “asset”, no original em inglês, própria do campo da economia urbana, usada por Rojas (1999). ROJAS, Eduardo. **Old Cities, New Assets: Preserving Latin American’s Urban Heritage**. Washington: Inter-American Development Bank, 1999; Rossa (2012) também se refere ao patrimônio como passado ativo, sendo a herança do passado que requer gestão permanente.

⁵ Rossa (2012) defende a adoção do conceito patrimônio urbanístico, o considerando mais adequado aos processos de reabilitação urbana do que o conceito de patrimônio urbano, que denotaria a identificação de uma paisagem urbana antiga.

O Processo Histórico em síntese: entre Normas urbanísticas e projetos urbanos

A investigação percorre as transformações da cidade como fio condutor histórico do processo urbano⁶, alinhada à crítica de Kostof (1991) à tendência de considerar a forma urbana como uma coisa finita e conclusa, afirmando, o oposto, que uma cidade nunca está completa. O autor distingue o processo urbano em dois sentidos: o primeiro relativo às pessoas e instituições que produzem a forma urbana (quem desenhou, quais os agentes políticos, leis e planos reguladores); o segundo referente às mudanças físicas ao longo do tempo. O interesse na presente investigação recai sobre a interseção destes dois modos, através da dimensão normativa da configuração urbanística.

A leitura da conjuntura atual à luz do processo histórico do ordenamento urbanístico revela uma sucessão de legislações que redefiniu o zoneamento e as áreas de conservação urbana, explicitando conflitos de interesses, expressos tanto nos projetos como nas normas urbanísticas. Tendo sido Capital Federal até 1960, a ação do Estado foi preponderante no processo urbano da área central carioca, através de ações normativas e intervenções urbanas, ao longo do século XX, iniciadas com a Reforma Passos, seguida da demolição dos Morros do Senado, Castelo e Santo Antônio, e obras viárias como a abertura das Avenidas Presidente Vargas e Norte-Sul, e construção dos elevados da Perimetral e Linha Lilás e do Metrô, e ainda a renovação urbana da Cidade Nova, citando os mais impactantes.

Verifica-se um papel crescente da regulação urbanística a partir do início do século XX, iniciado por normas edilícias higienistas, passando pelo zoneamento totalizante, ao planejamento descentralizado, pautado em normas locais. Nesse percurso alternam-se parâmetros urbanísticos ora indutores, ora restritivos, ora seletivos, em relação ao adensamento e distribuição de usos. (SAMPAIO, 2006).

Como a área mais regulada da cidade, o centro foi sucessivamente objeto de normas urbanísticas, desde o primeiro zoneamento da cidade (1924), passando por sua consolidação no Código de Obras do Distrito Federal (1937)⁷, posteriormente substituído pelos regulamentos de zoneamento funcionalistas da década de 1970 e acrescido de normas patrimoniais a partir da década de 1980. Em geral, a legislação, pulverizada em decretos, limitou-se a referendar os caminhos espontâneos do crescimento da cidade e as tendências já existentes, além de concretizar as expectativas de grupos ligados ao mercado imobiliário. (SAMPAIO, 2006)

Os princípios Modernistas orientaram projetos urbanos a partir da década de 1940 e os regulamentos de zoneamento da década de 1970, pautados na segregação funcional. Preconizando um centro

⁶ Kostof (1991), Panerai (2006) são importantes referências para essa abordagem.

⁷ A dupla de decretos nºs 5595 de 1935 e 6000 de 1937 estabelece o primeiro zoneamento funcional da cidade. Embora frequentemente seja atribuído ao de 1937 o papel fundador, este aperfeiçoa os instrumentos do decreto anterior e revê minimamente a delimitação das zonas (SAMPAIO, 2006).

monofuncional, de uso exclusivo comercial e de serviços, o Zoneamento do Decreto 3800/ 1970 passa a restringir o uso residencial na área central, à margem das especificidades locais, como as cristalizações residenciais existentes na região portuária, em sobrados tradicionais, vilas e edifícios multifamiliares localizados na periferia do núcleo central, nos bairros do Catumbi, Rio Comprido e Cidade Nova, que se tornam “uso tolerado” ou proibido. Posteriormente o decreto 322/ 1976 volta a tornar os morros da Região portuária Zonas Residenciais e preconiza o uso comercial exclusivo, pautado na verticalização do centro para o restante das Zonas Comerciais e designa a área da Cidade Nova como Zona especial 8, para posterior regulamentação. No entanto, ao ficar à margem da dinâmica do mercado imobiliário e da intensa renovação urbana ocorrido nas Zonas Norte e Sul, estimulada pela legislação, os bairros centrais foram preservados, não impedindo, porém, sua decadência física⁸. Por outro lado, tornaram-se alvo das operações de renovação urbana, como será discutido adiante.

Na década de 1980 o modelo de urbanização pautado na verticalização e segregação de usos, predatório ao tecido tradicional, é parcialmente revertido com a implementação das Áreas de Preservação Urbana, estancando o processo de renovação urbana que vinha destruindo parcelas significativas do tecido urbano mais antigo da cidade. Na década de 1990 a área preservada foi ampliada, bem como a quantidade de imóveis tombados e preservados, conforme se observa no Mapa de Áreas de Preservação Urbana na **Figura 1**. No entanto, nas áreas preservadas por legislação específica, o patrimônio cultural encontra-se protegido – no papel. Não impediu, porém, a decadência física da área, nem a má conservação dos bens preservados.



Figura 1. Mapas de Áreas de Preservação Urbana e bens tombados

Somente em 1994 a aplicação do modelo funcionalista de zoneamento no centro é revisada com a designação da AEIU Centro pela Lei nº 2.236/ 1994, conhecida como Lei do Centro, atualmente vigente,

⁸ Essa conclusão de Sampaio (2006) para São Cristóvão, pode ser aplicada aos demais bairros pericentrais.

motivada pela demanda de revitalização da região⁹. Os parâmetros urbanísticos incorporam, finalmente, a diversidade de usos, voltando a permitir o uso residencial multi-familiar. A repercussão dessa legislação tem sido lenta em relação ao retorno do uso residencial no centro, ocorrendo alguns empreendimentos isolados recentes. Atualmente, além da AEIU Centro e das áreas preservadas por APACs¹⁰, há trechos onde ainda vigora o regulamento geral de Zoneamento da cidade (Decreto 322/ 1976).

A cidade existente passada a limpo: projetos de Renovação Urbana

O processo histórico que conformou a paisagem urbana, hoje considerada patrimônio urbanístico, constituiu-se pelo crescimento regulado pelas normas urbanísticas e condicionado por intervenções urbanizadoras, remodeladoras e renovadoras que desempenharam um papel estrutural ao dotarem a cidade de infraestruturas, particularmente, as viárias. Tais obras conformaram a morfologia urbana da área, alterando o tecido social, deixando rastros de fragmentos e vazios urbanos, mesmo em caso de projetos não implantados, como será discutido a seguir. (SAMPAIO, 2011).

Verifica-se que a conjunção de normas e projetos urbanos foi removendo da área central aqueles usos considerados indesejáveis¹¹, bem como as habitações coletivas proletárias. Paulatinamente expulsos do centro em direção à periferia, pelas normas, foram definitivamente banidos pelas reformas urbanas já citadas, deslocando contingentes populacionais e pequenos ofícios da área central (SAMPAIO, 2006).

Pautados na urbanização e reurbanização de áreas, num processo interpretado por Harvey (1992) como “destruição criativa”, vários projetos redesenharam os centros urbanos no bojo de projetos de modernidade, de caráter, sobretudo, higienista, ao longo do século XIX. Como desdobramento, no século XX, o completo arrasamento de extensas áreas da cidade, em operações de tábula rasa, foi defendido pelos urbanistas filiados ao Movimento Moderno e colocados em prática nas cidades ocidentais. O Rio de Janeiro foi a vitrine brasileira para aplicação desse modelo, discutido a seguir a partir dos projetos da Avenida Norte-Sul e de Renovação da Cidade Nova, casos que interessam tanto pela magnitude das propostas, como pela significação cultural das áreas impactadas.

Ambos os projetos são concebidos no âmbito da reestruturação espacial do centro, subsequente à

⁹ Embora a AEIU Centro possua um caráter transitório, a mesma encontra-se vigente até hoje, aguardando o estabelecimento de uma legislação local específica – um PEU.

¹⁰ Vigoram no centro da cidade as seguintes legislações de preservação: dec. nº 19000/2000 Estácio; dec. nº. 4141/1983 Corredor Cultural; Lei nº 1139/1987 Corredor Cultural; Lei nº 506/1984 Corredor Cultural; Lei nº 971/1987 SAGAS; dec. nº 7351/1988 SAGAS; dec. nº. 10040/1991 Cidade Nova - Catumbi; dec. nº 11883/1992 Cruz Vermelha; dec. nº. 16419/1997 Teófilo Otoni.

¹¹ Como matadouro, cocheiras, curtumes, atividades portuárias e seus estigmas. O matadouro é um caso exemplar: inicialmente situado na Santa Luzia (1774), depois transferido para São Cristóvão (1853) e finalmente, para Santa Cruz (1881), à medida que a cidade foi expandindo-se.

abertura da avenida Presidente Vargas, considerando o arrasamento e os vazios urbanos gerados por esta. Essa discussão tangencia a presente reflexão, não cabendo aprofundamento, uma vez que já foi objeto de reflexão anterior¹², e foi exaustivamente estudada do ponto de vista histórico do projeto e da obra¹³, do impacto social ocasionado pela devastação de territórios limítrofes¹⁴, quanto do seu impacto para a dinâmica atual do centro e para a forma urbana da área –permeada por vazios urbanos¹⁵.

O projeto da Avenida Norte-Sul, de autoria de Affonso Eduardo Reidy e Hermínio de Andrade e Silva, de 1949¹⁶, corresponde ao eixo principal do projeto de urbanização da Esplanada de Santo Antônio, ligando a Esplanada à região portuária, incluindo um túnel sob o Morro da Conceição. Com objetivo de implantar um novo Centro Cívico Municipal da então capital federal¹⁷, o projeto previa o arrasamento do histórico Morro de Santo Antônio e a implantação da via expressa em dois níveis, separando veículos leves e pesados, através da reurbanização do tecido urbano adjacente, e arrasamento do casario ali existente, que abrigava ofícios tradicionais e comércios, sendo muitos de imigrantes. Orientado pelo modelo de cidade moderna, os arquitetos projetam um novo sistema viário e abrem espaço para blocos institucionais e habitacionais (**Figura 2**).

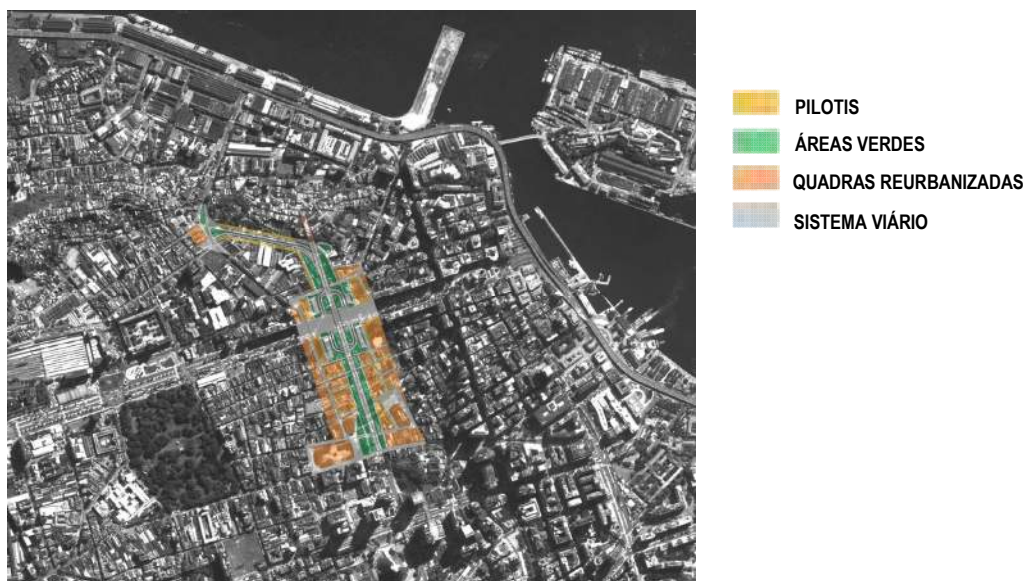


Figura 2 . Sobreposição da parte não implantada do projeto da Avenida Norte-Sul (PA. 5029), na ortofoto atual do centro do Rio.

¹² BORDE, Andréa de L P, SAMPAIO, Andrea da R., CABRAL, M. C. N. A Historical Approach of Avenida Presidente Vargas Project in Rio de Janeiro: Challenges and Controversies Towards a Responsive Future In: IPHS 2010 - 14th International Planning History Society Conference, 2010, Istanbul.

¹³ Sobre a abertura da Av. Presidente Vargas vide: LIMA, Evelyn F. W. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Rio de Janeiro: Secretaria da Cultura. Coleção Biblioteca Carioca, 1990;

¹⁴ Vide FRIDMAN, Fania. Paisagem Estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. A historiadora trata dos processos sociais e espaciais nos arredores da Praça Onze, destruída pela Avenida.

¹⁵ Vide Borde (2006).

¹⁶ Projetos de Alinhamento (P.A.s) nos. 5028 e 5029.

¹⁷ Ver Rezende (2002) e ANDRADE, Carlos F. S L. "Os projetos para a Esplanada de Santo Antônio, em três décadas da Revista Municipal de Engenharia, da Prefeitura do Distrito Federal" disponível em <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/157.pdf>>

Merece destaque a justificativa do Prefeito Mendes de Moraes, em 1950, em observação no projeto referente ao PA 5029, para sua não aprovação: devido ao seu alto custo e prejuízo para a paisagem, solicita novos estudos. Enquanto vigorava a ideia da avenida, as ameaças de desapropriação pairaram sobre a região, que aparece colorida na **Figura 2**, até que o projeto fosse efetivamente revogado em 1963, quando os comerciantes organizados na SAARA¹⁸ entraram em acordo com o Governador Carlos Lacerda para executar apenas uma parte da Esplanada Santo Antônio¹⁹ e revogar o restante do projeto. Naquele momento, o quadro político era outro: a cidade havia deixado de ser a Capital Federal e aquele projeto monumental já não fazia sentido. Embora a área condenada não tenha sido varrida do mapa, a área entrou em decadência física e social em função de seu destino incerto, o que explica sua atual estagnação e má conservação desse sítio patrimonial, que seria demolido por ser considerado impróprio para a Área Central de Negócios da então Capital Federal.

O Plano Diretor de Renovação Urbana da Cidade Nova, de 1966, é proposto no âmbito de uma série de Planos de reurbanização para a região conhecida como Cidade Nova, que ultrapassa o bairro homônimo, e abrange o Catumbi, parte do Estácio e a região final da Avenida Pres. Vargas, onde se situa o Canal do Mangue²⁰. Tendo em vista a sua localização estratégica para expansão do centro, a região foi objeto de série de planos e projetos que redesenharam o antigo tecido urbano até os dias de hoje, quando após anos de descaso e estagnação, seus vazios urbanos passam a receber empreendimentos corporativos e edificações institucionais. Não se tem a intenção de percorrer e esgotar todos os projetos, mas sim levantar a reflexão sobre os procedimentos de tábula rasa operados nesse caso, que destruiu quase por completo o tecido urbano da área, restando pequeno trecho de casario, hoje preservado, conforme Figura 1, e muitos vazios.

Mas o que esperar de uma área cuja a toponímia reforça a expectativa de sua ocupação em novos moldes? O Alvará Régio expedido em 1811, estimula a expansão da cidade velha rumo a oeste, concedendo incentivo fiscal para a ocupação daquela região, então pantanosa. Saneada e ocupada no século XIX, foi continuamente arrasada no século XX, desde a abertura da Av. Presidente Vargas, até os dias de hoje, passando pelas obras do metrô e seus estacionamentos, implantação do Centro Administrativo Municipal (década de 1970), implantação do Sambódromo (1983) e Teleporto (1993). Sua ocupação foi reformulada em uma série de Projetos de alinhamentos que reloteavam o tecido urbano, como um palimpsesto, fosse a área ocupada pelo casario ou terreno vazio.

¹⁸ A SAARA - Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega - nasceu justamente da associação civil dos comerciantes em prol inicialmente da revogação do projeto da Avenida Diagonal, ligando a Lapa à Avenida presidente Vargas, nas proximidades da Praça da República.

¹⁹ Área onde foram construídos os edifícios institucionais da Petrobrás, BNH e BNDES.

²⁰ Para um panorama sobre os demais planos para a área, vide SALGADO, Luis Fernando M. Revendo a Cidade Nova: contribuições para uma política de renovação urbana para a Área Central da Cidade do Rio de Janeiro. In: **Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo** 2004. v. 8, n. 4 (2004). Disponível em: <http://unuhoopedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1044>.

As condições que justificam as propostas de renovação urbana enquadram-se no contexto de áreas em situação de deterioração, frequentemente negligenciadas e condenadas em estudos realizados pelo Poder Público, com a finalidade de aprovar planos e projetos urbanos, apoiados em diagnósticos que ressaltam o processo de deterioração físico-urbanística, o esvaziamento sócio-econômico, os entraves fundiários, a existência de vazios e áreas potencialmente renováveis e sub-utilizadas quanto ao potencial construtivo, apontando a necessidade de regeneração e desenvolvimento sócio-econômico e físico-territorial. Conjuntura essa comum às franjas da área central, já alertava Santos (1986), ao discutir o modelo de urbanização vigente, a vulnerabilidade do casario e da população residente e defender seu potencial como patrimônio urbano. Conforme tratado em Sampaio (2006), na década de 1960, os bairros periféricos ao centro – Catumbi, Cidade Nova, Estácio, São Cristóvão e bairros portuários, enquadravam-se numa zona típica de degradação da cidade, de função predominantemente industrial, que cerca a Área Central de Negócios. Estas áreas são caracterizadas como um estoque edificado degradado em terrenos valorizados, recorrentemente utilizados como estacionamentos, enquanto não são edificados.

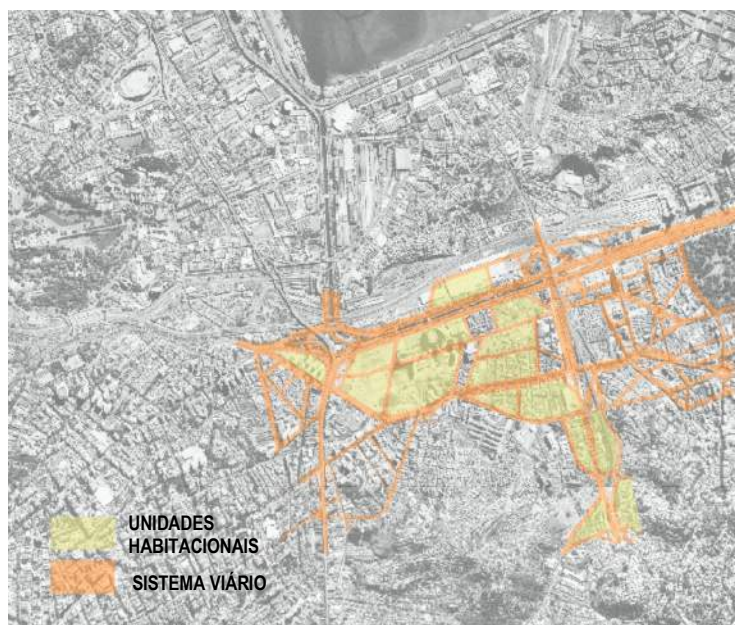


Figura 3. Sobreposição do Plano de Reurbanização da Cidade Nova –Projeto PA 8419 – 67, na ortofoto atual do centro do Rio. Observa-se o Plano Viário e as novas quadras com Unidades habitacionais sobre os bairros Cidade Nova e Catumbi. Algumas dessas áreas encontram-se atualmente preservadas.

O Plano de Renovação Urbana previa a eliminação de 25 ruas, o reloteamento das quadras e a criação de seis novas vias projetadas, tendo sido feitas várias versões do projeto (**Figura 3**). A operação de tábula rasa só pouparia os imóveis considerados de difícil remoção – hospitais, quartel, gasômetro²¹, edifícios da CEG e da TELERJ, que correspondiam a 5% da área. O Plano apostava na vocação de uso misto da área e no interesse do mercado. Segundo matéria na Revista da ADEMI (1977), com depoimentos de autoridades, a intenção era “resgatar a área morta” e tornar a área uma nova Brasília, sem cruzamentos, com predomínio de torres residenciais, além de torres de serviços e administrativas,

²¹ O Gasômetro foi demolido na mais recente reurbanização da Área.

com escolas próximas às moradias e espaços livres. Em meados década de 1970, a execução desse plano, juntamente com o da Barra da Tijuca concorriam em importância para o recém-criado Governo Municipal, após a fusão (1975). Apesar da expectativa do setor imobiliário, a incerteza quanto aos prazos diante da falta de recursos públicos, foi motivo de cautela nos investimentos privados (ADEMI, 1977).

O Plano foi parcialmente implantado, sendo a principal obra viária a implantação do viaduto da Linha Lilás ligando o recém-aberto túnel Santa Bárbara. Essa obra alcançou grande repercussão devido a mobilização dos moradores contrários à cirurgia urbana que promoveu a cisão espacial do bairro do Catumbi²². A condenação das áreas não demolidas, mais uma vez gerou degradação, estagnação e falta de investimentos. Na década de 1990 os remanescentes do conjunto urbano antigo foram reconhecidos como patrimônio cultural e protegidos em Áreas de Preservação urbana²³ (**Figura 1**), permanecendo, no entanto, em contínuo estado de degradação física.

Sob a prevalente lógica rodoviarista, tais projetos são concebidos como ligações metropolitanas, em detrimento da escala local, e da população residente nas áreas condenadas. Produzem vazios urbanos, acarretam decadência, desvalorização e degradação das propriedades e do espaço público. Menor vitalidade econômica e menor coesão social aceleraram a deterioração causada pela condenação daqueles quarteirões, cujo casario deixa de ser conservado por seus moradores, levando a deterioração das edificações, a subutilização dos espaços e a ocupação informal do casario. Em ambos os casos, a preservação evitou demolições, mas não houve desdobramento em ações de conservação urbana. Atualmente muitos dos sobrados antigos abrigam atividades impróprias, particularmente estacionamento e armazenamento.

Permanências e transformações no tecido urbano: um palimpsesto

A materialização das transformações urbanas como sedimentação e sobreposição das formas no espaço, pode ser metaforicamente interpretada como da escrita em um palimpsesto²⁴. Tais quais nos documentos, porções de tecido foram apagados, dando lugar a outras formas, deixando transparecer as marcas anteriores. Entre os autores que empregam esta metáfora, Harvey (1992), associa a fragmentação do tecido urbano cultivada pelo pós-modernismo, a um “palimpsesto” de formas passadas superpostas umas às outras como uma “colagem” de usos recorrentes, incluindo efêmeros (HARVEY, 1992).

²² Para os impactos da obra na vida urbana do bairro, vide: SANTOS, Carlos Nelson F. dos e VOGEL, Arno (Coord.). Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3ª edição. São Paulo: Projeto, 1985.

²³ Dec. nº. 10040/1991 Cidade Nova – Catumbi.

²⁴ Cf. HOUAISS, papiro ou pergaminho cujo texto primitivo foi raspado, para dar lugar a outro.

No caso da Cidade Nova, a recente implantação de novos edifícios institucionais²⁵, gerou um processo de regeneração urbana, com a recuperação do casario antigo e instalação de serviços no casario preservado, voltados para os novos usuários, numa área denominada de “Boulevard Cidade Nova”. Os sinais de gentrificação dessa rua contrastam com ruas vizinhas, de casario aparentemente agonizante, de reconhecido valor patrimonial, onde predomina o uso residencial associado a pequenos comércios e serviços, principalmente oficinas de automóveis.

Em meio a decadência física e precariedade social da Cidade Nova, desponta uma ruína urbana, que pode ser considerada um ícone desse processo de desvalorização e sucateamento do tecido urbano e seu patrimônio, resultado das camadas de arrasamentos para ali propostos. Trata-se da Garage Pagani, um galpão projetado pelo arquiteto Antonio Virzi²⁶, em 1921, tombado nos níveis estadual e municipal. Resta somente a peculiar fachada e precária parte da estrutura do telhado desse que é um dos poucos exemplares remanescentes dos projetados pelo notável arquiteto italiano (**Figura 4**). A dupla proteção não assegurou a conservação dessa singular edificação, que se encontra subutilizada como depósito de automóveis.



Figura 4. Fachada remanescente da Garage Pagani, projeto do Arq. Antonio Virzi, na rua Aníbal Benévolo.

Pode-se ainda levantar outro exemplo emblemático, entre os lamentáveis fragmentos de edificações perdidas na área central da cidade, muitas das quais atualmente seriam incontestavelmente consideradas bens culturais, merece destaque o antigo Mercado Municipal na Praça XV, quase totalmente demolido na década de 1960 para a passagem do viaduto da Perimetral. Da imponente arquitetura de ferro de influência Art-Nouveau, restou somente um torreão, tombado em nível estadual em 1983, onde funciona um Restaurante. No palimpsesto urbano da praça XV, mais uma nova camada é desenhada, com a

²⁵ Alavancou esse processo a construção do Edifício Sede da Universidade Petrobras, iniciada em 2006.

²⁶ Virzi trabalhava com o artífice de serralheria Pagani, o que pode explicar a singularidade dos ornatos remanescentes na fachada da Garage e observados em seu projeto.

recente demolição do Viaduto da Perimetral para a implantação do projeto Porto Maravilha. Nas entranhas das escavações para a obra do VLT tornaram-se parcialmente visíveis as fundações do antigo Mercado Municipal, que logo serão encobertas por uma nova camada de espaço público do século XXI.

O legado do processo urbano: o patrimônio urbanístico

Diante da contínua transformação da cidade, reitera-se o basilar papel do patrimônio como legado do passado ao futuro, concretamente ativo e atuante na cidade contemporânea. O patrimônio é, portanto, uma matéria contemporânea, que requer gestão permanente, no sentido de salvaguardar o legado do presente (ROSSA, 2012).

Na trajetória do ordenamento urbanístico aqui percorrida, observa-se que as questões patrimoniais emergem na agenda urbana, geralmente na contramão do desenvolvimento desenfreado, ocorrendo casos de convergência com a meta do planejamento urbano, como nas Áreas de Preservação urbana (APACs). Enquanto determinados trechos da área central são revitalizados conforme um modelo contemporâneo de patrimonialização, com centros culturais e bens preservados, outros, localizados principalmente nas franjas do centro, sofrem um processo de esvaziamento - degradação e abandono - de seus bens culturais. Cabe salientar que a abordagem do patrimônio se encontra cada vez mais interdisciplinar, em paralelo à expansão do universo de objetos patrimoniais, inicialmente circunscrita a monumentos excepcionais e atualmente incorporando bens culturais singelos e imateriais²⁷.

Ao examinar as intervenções urbanas sob a perspectiva da evolução da noção do patrimônio, verifica-se que muitos bens se perderam, uma vez que até a década de 1980, somente os bens culturais de valor excepcional eram protegidos através de atos de tombamento a partir do Decreto-Lei no. 25/1937. Embora a preocupação com o patrimônio urbano remonte da década de 1930 na Itália, com os estudos de Giovannoni²⁸, que concebe a noção de patrimônio urbano de modo integrado à configuração urbanística e ao planejamento urbano, a noção brasileira de patrimônio então vigente era aquela preconizada pelo CIAM na Carta de Atenas (1933): o tecido urbano denso e insalubre deveria ser erradicado e somente os monumentos excepcionais poderiam permanecer como testemunhos do passado - desde que não fossem obstáculos para o progresso. Referenciada em valores nacionais, prevalecia o valor da herança colonial representada pela arquitetura monumental, especialmente edifícios religiosos barrocos, além da arquitetura neoclássica.

Como paradoxo, no caso brasileiro, exemplares de arquitetura moderna também seriam classificados como de excepcional valor, para efeito de tombamento, nos termos da norma federal de 1937, que rege o

²⁷ Choay (2001) traça a evolução conceitual do objeto patrimonial e das teorias da conservação e restauração. O panorama brasileiro é discutido por Castriota (2009), entre outros.

²⁸ A contribuição de Giovannoni teve seu papel reconhecido a partir do resgate de sua obra por Choay (2001). Os textos foram publicados no Brasil somente recentemente, em Giovannoni (2013).

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional²⁹. Isso se explica no fato das políticas de patrimônio cultural terem sido formuladas e administradas pelos expoentes do Modernismo, em seus primórdios em meados da década de 1930.

Nesse sentido, o caso da Avenida Norte-sul inscreve-se nessa ótica modernista, em que os rastros de um projeto ideologicamente formulado por futuros presentes³⁰, confrontam passados presentes – os sobrados. Apagar do mapa aquele tecido urbano indigno da área central da cidade era uma meta, desvinculada da noção de patrimônio cultural. Cabe destacar que não só sobrados, mas também alguns edifícios notáveis estavam na mira da demolições para a avenida³¹. Naquele momento a noção de Patrimônio vigente, e adotada pelos projetistas, era aquela preconizada pelo CIAM na Carta de Atenas (1933), citada anteriormente. Essa noção de progresso como interesse público, justificou inclusive o cancelamento dos tombamentos da Igreja São Pedro dos Clérigos e do Campo de Santana, para a abertura da Avenida Presidente Vargas, em 1941.

Ainda que os tecidos urbanos condenados pelos projetos de renovação urbana tenham sido preservados, conforme observa-se comparando a **Figura 1**, aos projetos, a iminência de demolição repercutiu na atuais condições de degradação e subutilização dos imóveis locais. Porém, a falta de ações de conservação urbana, de valorização do espaço público e de fomento das atividades econômicas tradicionais, conduziu a um quadro de preservação somente no papel. Por outro lado, a comparação do resultado de tábula rasa na Cidade Nova, com os atributos morfológicos das áreas preservadas remanescentes de ambos os projetos, evidencia o papel ancorador do patrimônio em qualificar as dimensões sociais e morfológicas do espaço público.

A desarticulação do planejamento urbano e das políticas setoriais se reflete na segregação da gestão da salvaguarda do patrimônio, inviabilizando a conservação integrada, preconizada internacionalmente desde a década de 1970, como crítica ao desenvolvimentismo e ao negativo impacto das demandas contemporâneas sobre o meio ambiente e áreas históricas. Nesse contexto, amplia-se o objeto patrimonial do Monumento isolado para o patrimônio ambiental urbano, relativo à qualidade ambiental advinda das relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si, como paisagem socialmente e culturalmente construída (CASTRIOTA, 2009). Essa temática foi incorporada nas Cartas Patrimoniais, sobretudo na Recomendação de Nairobi (UNESCO, 1976), relativa à proteção dos conjuntos históricos tradicionais e ao seu papel na vida contemporânea. A integração com o planejamento urbano é defendida a partir da Declaração de Amsterdam (1975), através do conceito de Conservação Integrada.

²⁹ Vários autores discutem essa questão, que se explica pelo fato dos agentes do patrimônio serem os expoentes da Arquitetura Moderna, como Lucio Costa. Ver Castriota (2009), entre outros.

³⁰ Remete-se aqui às expressões “passados presentes” e “futuros presentes” de Huyssen (2000).

³¹ Estão sendo identificados esses bens que seriam demolidos na atual etapa da pesquisa.

No Brasil, e particularmente no Rio de Janeiro, somente no final da década de 70 foi delineada uma política de preservação urbana com o projeto Corredor Cultural. Esse projeto é paradigmático em termos de conciliação da legislação urbanística com o reconhecimento do valor patrimonial através da proteção de grande parte do patrimônio urbanístico do centro da cidade, constituído por conjuntos urbanos construídos entre o final do século XIX e início do XX, filiados ao estilo eclético, até então não protegidos. Novamente, tal quadro se explica pela gestão do patrimônio sob a ótica do urbanista Modernista, a arquitetura eclética e não monumental, era desvalorizada como linguagem arquitetônica, sendo tampouco identificada de interesse para o Patrimônio Nacional, exceto nos casos de valor histórico.

A revalorização do passado e a ênfase na patrimonialização dos sítios históricos emergente a partir da década de 80, com o consumo de formas culturais históricas, é um fenômeno que pode ser inscrito no paradigma do Pós-modernismo (HARVEY, 1992). Nessa década, no Brasil e particularmente, no Rio de Janeiro, observa-se a tomada de consciência do valor cultural – notadamente histórico - de tipologias relacionadas a usos cotidianos - moradias e trabalho - através de atos de tombamento de patrimônio industrial, vilas e cortiços, a partir da década de meados da década de 1980, em nível municipal, consoantes com a ampliação tipológica e cronológica do objeto patrimonial, segundo critérios preconizados a partir da Carta de Veneza (1964). Cabe destacar que somente em 1980 institui-se o órgão municipal de tutela do Patrimônio Cultural, num movimento nacional de descentralização da tutela do patrimônio. A partir de então, são protegidos bens de representatividade local, menos notáveis, e conjuntos urbanos, como reflexo da ampliação conceitual do objeto patrimonial, bem como dos movimentos de participação popular emergentes com a reabertura política.

Atualmente grande parte do patrimônio urbanístico da área central encontra-se legalmente protegido, conforme mapa da **Figura 1**. Apesar da proteção, muitos bens estão em péssimo estado de conservação, demandando investimentos que requerem a convergência de políticas culturais e habitacionais. Apesar das emergentes iniciativas de conservação, as dificuldades e entraves ainda tornam um desafio a compatibilização da demanda de modernização da área central com a conservação de seu patrimônio urbanístico, sem o comprometimento de sua identidade – sua paisagem e seus habitantes.

Considerações finais

Através da presente reflexão verifica-se que o centro da cidade do Rio de Janeiro foi terreno fértil para projetos de renovação urbana, que atualmente parecem inconcebíveis, ao propor a reurbanização do tecido urbano tradicional, tanto quanto pareciam impossíveis as drásticas intervenções realizadas pelo projeto Porto Maravilha, sobretudo, a demolição do viaduto da Perimetral. É fundamental, portanto, investigar, documentar e difundir trabalhos que consolidem a memória das transformações do tecido urbano da cidade, aqui concebido como Patrimônio Urbanístico. O corrente contexto de investimentos em

transformações urbanas demanda uma visão crítica, teoricamente fundamentada, sobre práticas que venham ameaçar nossas cidades.

Buscou-se empreender, através da análise de casos empíricos, uma leitura contemporânea dos projetos de renovação urbana, procurando contextualizar os vazios urbanos e a degradação das áreas impactadas como um passivo legado pelas operações de tábula rasa. A reversão desse quadro pode ser alavancada pelos atributos do patrimônio urbanístico dessas áreas, tendo em vista seu potencial de ressignificação urbana, seu papel ancorador das dimensões sócio-culturais e morfológicas do espaço urbano. A arquitetura, em sua dimensão urbanística, possui um importante papel, como articuladora das permanências e transformações morfológicas que conformam o patrimônio urbanístico, este apontado por Rossa (2012) como um “sistema de relações formais estáveis sobre o qual a urbe se cria e recria”, num contínuo.

Através da presente reflexão, sintetiza-se o deslocamento conceitual dos modelos de urbanismo e da noção de patrimônio cultural, vigentes ao longo do processo histórico. Através da discussão aqui levantada, e sobretudo pelos paradoxos aqui pontuados, percebe-se que a conservação urbana não se limita às dimensões de artefato e simbólicas, mas, retomando o argumento de Meneses (2006), são definidas, sobretudo, no campo de forças, pela gestão urbana. Buscou-se evidenciar o papel da salvaguarda do patrimônio urbanístico como um instrumento qualificador da cidade contemporânea, contrapondo os discursos especulativos, que ainda hoje, relegam o patrimônio a obstáculo ao desenvolvimento.

Referências bibliográficas

ADEMI. O futuro Incerto da Cidade Nova, **Revista ADEMI**, maio, 1977, p. 6-12.

BORDE, Andrea L. P. SAMPAIO, Andrea da R. Políticas Urbanas e Patrimônio Cultural: paradoxos e diálogos na Área Urbana Central do Rio de Janeiro. In: MACHADO, Denise P; VAZ, Lilian F.; REZENDE, Vera F. (org.). **Centros urbanos: transformações e permanências**. Rio de Janeiro: Casa8 / PROURB, 2012. pp. 91-113.

BORDE, Andréa de Lacerda P. **Vazios urbanos: perspectivas contemporâneas**. Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ. Tese de doutorado. PROURB/FAU/UFRJ. 2006

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, Políticas, Instrumentos**. São Paulo: Annablume/ Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Baurú: UNESP, 2001.

GIOVANNONI, G. **Gustavo Giovannoni. Textos Escolhidos**. Cotia, SP: Ateliê Editorial. 2013.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

KOSTOF, S. **The city shaped: urban patterns and meanings through history**. Londres: Thames and Hudson, 1991.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor H. et alli. (Org.) **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: 9ª SR. IPHAN, 2006. pp. 33-76.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Editora UNB, 2006.

REZENDE, Vera F. Planos e regulação urbanística: a dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 256-281.

ROSSA, Walter. Do projecto ao plano: contributo para a integração património/ urbanismo. **ECDJ**, n. 9, set.,2005, Coimbra, Departamento de Arquitectura, Universidade de Coimbra, pp. 12-17.

_____. Património urbanístico: (re)fazer cidade parcela a parcela. Sumário pormenorizado da lição apresentada para provas de agregação em Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/21480>.

SAMPAIO, Andréa da R., Normas Urbanísticas e Projetos Urbanos: transformações na Área Urbana Central Carioca. **Anais do II Seminário Internacional Urbicentros**. Maceió: UFAL, 2011.

SAMPAIO, Andréa da R. Normas Urbanísticas e sua Influência no Processo de Configuração Espacial: o caso de São Cristovão, Rio de Janeiro. **Tese de Doutorado em Urbanismo**, PROURB, FAU/ UFRJ, 2006.

SANTOS, Carlos Nelson F., Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo. In: **Revista Projeto** n. 86. São Paulo: Projeto Editores, 1986, pp 59-63.

Configuração Urbana de Sabará-MG e seus reflexos no Patrimônio Histórico e Cultural: Contornos Legislativos

Silva, Fabiana e Pereira Costa, Stael.

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

Rua Paraíba, 697, sala 404. Telefone: (31) 8433-2172

fabianamps@arq.mest.ufmg.br , staelalvarenga@gmail.com

Resumo.

Este artigo discutirá os reflexos do crescimento urbano no Patrimônio Histórico e Cultural em áreas com características históricas. A análise visa abordar a influência das normas urbanísticas nas configurações urbanas surgidas em decorrência da intensa expansão das cidades e objetiva discutir o papel das normas que regularizam o território diante do crescimento urbano. O artigo será desenvolvido a partir de estudo de caso realizado em Sabará-MG, escolhida por se tratar de cidade histórica que sofreu impacto advindo da acelerada expansão, inclusive pelo fato de estar inserida na Região Metropolitana de Belo Horizonte com limites confrontantes muito próximos à capital. A investigação se concentrará no perímetro do centro histórico, com análise da dinâmica urbana experimentada ao longo do tempo e os impactos gerados sobre o patrimônio. O município conta com aproximadamente 60 (sessenta) bens tombados pelos órgãos competentes a nível federal, estadual e municipal, tendo o centro histórico sido tombado pelo IPHAN em 1938. Será realizada revisão bibliográfica, análise legislativa e estudo de documentos do município a fim de compreender as mudanças na configuração urbana do município e o papel das normas de regularização do território no processo de conservação do caráter histórico da cidade.

Palavras-chave

Expansão urbana, patrimônio cultural, Sabará-MG.

Abstract

This article will discuss the consequences of urban growth in Historical and Cultural Heritage in areas with historic features. The analysis aims to address the influence of urban standards in urban settings that have arisen as a result of intense expansion of cities. The aim is to discuss the role of standards that regulate the area before the urban growth, especially in the historical centers. Item will be developed from case study conducted in Sabara, Minas Gerais, chosen because it is a historic city that suffered arising impact of rapid expansion, including the fact that it is inserted in the metropolitan region of Belo Horizonte with bordering limits very near capital . Research will focus on the perimeter of the historic center, with analysis of urban dynamics experienced over time and the impacts on equity. The municipality has approximately sixty (60) goods tumbled by the competent bodies at the federal, state and municipal level, with the old town was listed by IPHAN in 1938. It will be held literature review, legislative analysis and study of municipal documents in order to understand changes in the urban setting of the city and the role of the territory regularization standards in the historic character of the conservation process of the city.

Keywords

Urban sprawl, cultural heritage, Sabará-MG

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute as transformações espaciais ocorridas em áreas com características históricas e os impactos das novas configurações urbanas sobre o patrimônio histórico cultural dessas localidades, avaliando ainda o papel das normas de regularização do território nesse processo.

A configuração urbana é a ordenação dos espaços que ocorre durante o processo de expansão da cidade formando uma estrutura a partir da qual se desenvolvem as relações sociais, no qual as pessoas interagem entre si e com o meio em que vivem. Conforme espaços públicos e edificações vão ocupando a malha urbana podem interferir em características históricas preexistentes, fenômeno que no dizer de SANTOS (1991, p. 99) causa um choque pois ao introduzir o novo num espaço, ocorrem mudanças nas características já existentes o que altera o lugar.

As cidades coloniais mineiras são conhecidas por seu acervo patrimonial e sua preservação deve dialogar com a expansão urbana, neste sentido, entende-se primordial a existência de legislação urbanística que seja capaz de articular as mudanças que tendem a ocorrer frente ao crescimento e a conservação das características históricas e culturais do município.

O artigo será desenvolvido a partir de estudo de caso realizado em Sabará-MG, escolhida por se tratar de cidade histórica com um quadro impactante de conseqüências advindas da acelerada expansão. A investigação se concentrará no perímetro do centro histórico onde se pretende avaliar a dinâmica urbana experimentada ao longo do tempo tendo como pano de fundo a legislação atinente ao tema.

O município conta com aproximadamente 60 bens tombados pelos órgãos competentes em nível federal (IPHAN), estadual (IEPHA) e municipal (conselho municipal de Patrimônio cultural e Natural). Embora o município não tenha sido totalmente tombado como ocorreu em Ouro Preto, foram resguardados conjuntos arquitetônicos que remontam ao período colonial, além de obras religiosas barrocas, chafarizes, largos, entre outros. O Centro Histórico foi objeto de tombamento pelo IPHAN em 1938.

Nas primeiras visitas técnicas ficou evidente que a expansão experimentada pelo município, sobretudo o fato de sua proximidade da capital, ocasionou impactos no espaço urbano que refletiram negativamente sobre o patrimônio histórico cultural. Além da configuração urbana, o modo como a população se apropriou de seus espaços culturais, o modo gestacional e a falta de fiscalização dos órgãos públicos no que tange a observância das normas urbanísticas e patrimoniais, são fatores que consolidam a degradação.

A intenção é mostrar como se deu a dinâmica urbana de Sabará-MG, compreendendo quais os contornos legislativos serviram de base para as novas configurações do espaço, para tanto, será realizada revisão bibliográfica, análise legislativa e estudo de documentos do município

1.1 Estudo de Caso - Sabará/MG.

No dizer de SUZY DE MELLO (2010, p. 203):

a paisagem das vilas do ouro constituídas em sua volumetria mais evidente pelo casario, pelas belas matrizes e capelas e por alguma construção de porte que abrigava os representantes do poder português, foi também enriquecida com requintados exemplos do que atualmente se pode classificar como mobiliário urbano.

A descrição acima retrata a presença do caráter histórico existente no município desde sua fundação, o que despertou o interesse para sua escolha enquanto objeto de estudo da presente investigação.

Sabará, assim como as demais vilas mineiras, tem sua formação associada à corrida pelo ouro. Sua ocupação deu-se no período colonial entre o final do século XVII e início do século XVIII, no entorno do rio Sabará até o encontro com o Rio das Velhas. O historiador GERMAIN BAZIN (1956, p.23) relata que Minas Gerais tornou-se rapidamente um centro independente o que gerou intensa imigração branca para a região, tendo a população se estabelecido na parte mais rica dando surgimento aos vilarejos, entre eles Sabará.

Diferente da formação tradicional das cidades, que se expandem do campo para o centro, as vilas mineiras do ouro se edificaram sobre o “chão-do-ouro”. Toda a funcionalidade do povoado girava entorno das questões auríferas (SOUZA, 2002, p. 3). Acompanhando o modelo português de ocupação, cada povoado se constituía ao redor de uma capela e se expandia ao redor dos cursos d’água já que a intenção era a extração aurífera. Assim, sua ocupação inicial deu-se entorno do rio Sabará, expandindo-se para as proximidades de Belo Horizonte.

Devido à sua localização, a cidade tornou-se local de pousada e abastecimento das expedições. Seu rápido desenvolvimento e sua prosperidade despertou a atenção de Portugal que a eleva a Vila em 1711. Em 06 de Março de 1838, pela Lei Provincial nº 93, a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará foi elevada à categoria de cidade com a denominação de Sabará.

DAMASCENO (2012, p. 79) ressalta que a ascensão do vilarejo tinha ligação com os interesses da metrópole enquanto sua consolidação dependia “da dinâmica dos poderes locais, e da complexa rede de relações que se constituiu pouco a pouco entre os diversos núcleos.”

O historiador PASSOS (1942) destaca a importância da cidade que se tornou “o maior empório comercial de Minas Gerais no século XVIII e em mais da metade do século XIX. Foi o maior centro de ourivesaria no Brasil, possuindo o melhor artesanato não só de alfaias sacras, como de joias de todo gênero”.

Segundo ARRELARO (2008) as vilas mineradoras enfrentaram crise socioeconômica a partir do final do século XIII, quando a atividade mineradora aurífera entra em colapso, no entanto, sem ocorrer, ainda, um

esvaziamento populacional, já que atividades como pecuária, comércio e agricultura foram mantidas. O autor ressalta que para o aspecto patrimonial, a diminuição de renda foi benéfica pois caiu o investimento em edificações, resguardando assim o caráter colonial.

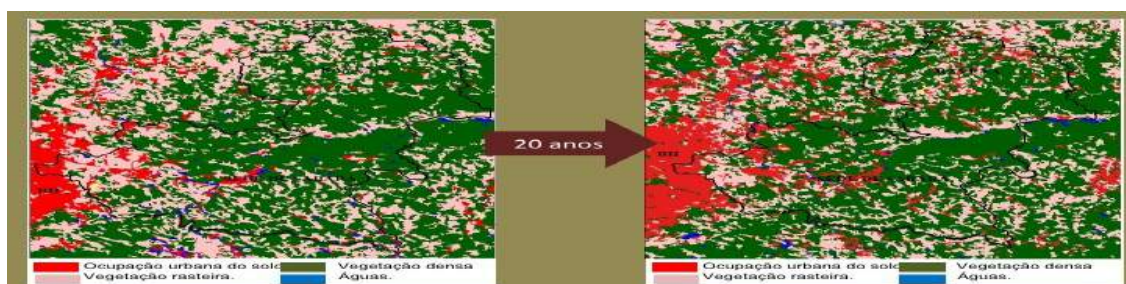
Já no século XX, foi instalada em Sabará a Companhia Siderúrgica Mineira, criando um novo modelo de economia que impulsionou grandes transformações no ambiente urbano. ARRELARO (2008) evidencia as transformações arquitetônicas, com a constituição de um novo tecido urbano, alteração do traçado, abertura de novas vias e construção da Vila Operária. Em 1937, ocorreu a demolição da Igreja de Santa Rita, retratada **na figura 1** e, que situava-se no centro do município, uma perda patrimonial.



Figura 1. Igreja de Santa Rita, demolida em 1937. Fonte: Bazar Sabará, 2010.

Outro fator que influenciou nas mudanças na configuração urbana de Sabará/MG foi sua proximidade com a capital. A industrialização experimentada por Belo Horizonte na década de 1940 resultou no seu crescimento econômico e consequente expansão de seu território. A ocupação desordenada alcançou os municípios vizinhos, dando surgimento aos Aglomerados Urbanos. Neste contexto, foi criada a Região Metropolitana de Belo Horizonte, pela lei complementar nº 14 e regulamentada pela constituição estadual em 1989, iniciando-se com 14 municípios, quais sejam: Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano. (PEREIRA COSTA, 2004.)

Em suas pesquisas sobre o município de Sabará, CARVALHO (2010) apresenta mapas que demonstram a tendência de ocupação, com expansão direcionada ao distrito de Ravena e a Belo Horizonte, como apontados as **figuras 2 e 3**.



Figuras 2 e 3. Ocupação do solo em 1989 e ocupação do solo em 2009, respectivamente. Fonte: Carvalho, 2010.

Além de refletir na ocupação de Sabará, sua proximidade da capital repercute também na economia local, vez que a tendência é o deslocamento de sua população para Belo Horizonte para desenvolver suas atividades laborativas, fato que concede ao município o *status* de “cidade dormitório”.

Como recorte espacial do estudo de caso definiu-se o centro histórico de Sabará/MG, que será objeto de observação a fim de se identificar os impactos na seara patrimonial. O centro histórico é formado por ruas estreitas e marcado por construções no estilo barroco, sendo de função estrutural na cidade.

O mapa abaixo, **figura 4**, mostra a delimitação do perímetro histórico da cidade formado por um eixo que ligava o arraial da Barra do Sabará, arraial da Igreja Grande e arraial de Tapanhoacanga, núcleos formados à época da extração.



Figura 4. Mapa de localização do centro histórico de Sabará. Fonte: Prefeitura Municipal de Sabará, 2005.

Como cidade participante do ciclo do ouro, é marcada por construções coloniais e pela presença de diversas obras religiosas barrocas. Possui acervo histórico que envolve casarões, igrejas, praças e museus, além de patrimônio imaterial como a conhecida “festa da jabuticaba”, patrimônio imaterial do Município, características que lhe atribuíram um forte viés turístico, sendo o turismo considerado atualmente, a atividade dominante no município.

Graças a suas marcas históricas foi despertado o interesse do IPHAN no sentido de assegurar proteção ao conjunto patrimonial que começou a ser resguardado através do instituto do tombamento a partir de 1938. Os principais atrativos patrimoniais são: conjunto arquitetônico da Rua D.Pedro II, Casa Azul, Museu do Ouro, Teatro Municipal, chafariz do Kaquende, Passo do Carmo, chafariz do Rosário, Igreja de Nossa Senhora do Ó, Igreja do Rosário, entre outros.

No dizer de SILVA (2012, p.4) o próprio aspecto turístico da cidade ocasionou em transformações na configuração urbana ao longo dos anos, “seja por impulsionar o crescimento urbano sobre áreas

contíguas aos bens protegidos, seja por explorar uma infraestrutura pouco adequada às demandas, já não suficiente atualizada. Isso porque certas atividades dependem economicamente do tecido histórico.”

Ao observar os cotextos históricos que perpassam o município, percebemos a influência de diferentes momentos em sua dinâmica urbana. Inicialmente seu crescimento enquanto cidade estratégica no contexto do ouro, nesse período, houveram construções tanto residenciais como comerciais, além de demolição de bens históricos. Posteriormente, o município passou por uma estagnação econômica o que seguiu o setor construtivo, momento saudável para a manutenção do estilo colonial. Com a instalação da Siderurgia e a Estrada de ferro as mudanças foram drásticas, criando um novo panorama urbano. Ademais, sua expansão muito próxima as bordas de Belo Horizonte também acarretou reflexos na configuração do espaço, sobretudo com ocupações irregulares.

2. CONTORNOS LEGISLATIVOS

Visto que Sabará-MG resguarda características históricas e patrimoniais e sua dinâmica urbana traz impactos sobre seus bens ambientais e patrimoniais, é imperioso discutir o papel das normas urbanísticas no tocante a preservação e conservação do patrimônio cultural do município.

No dizer de CHOAY (1925, p.11) a expressão patrimônio histórico “designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação continua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum.” Sabará compreende em si mesma esse conceito, estando impregnada de seu passado colonial, com presença forte do barroco mineiro, conseguindo, apesar das intempéries resguardar, de alguma forma, boa parte de seu patrimônio.

Com a promulgação da Constituição Federal foram declarados como patrimônio cultural brasileiro, entre outros, os conjuntos urbanos e os sítios históricos, sendo de responsabilidade do poder público em conjunto com a comunidade promover sua preservação. (CF, artigo 216)

Em 2001, o Estatuto da Cidade veio estabelecer normas de ordem pública para regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo e entre suas diretrizes gerais está a “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico”. (Estatuto da Cidade, artigo 2º, inciso XII).

Neste contexto, o município assume um importante papel na gestão e preservação de seu patrimônio, estando ao seu dispor a elaboração de normas que especifiquem de que formas a preservação será efetivada.

A lei complementar número 005/2004, que “dispõe sobre a ocupação e o uso do solo no Município de Sabará e dá outras providências”, estabeleceu o zoneamento, criando as áreas de interesse especial, dentre elas a APC - Área de Proteção Cultural, subdivida em categorias que apresentam parâmetros próprios. centro histórico como Zona de Uso Misto - ZUM e Área de Proteção ao Patrimônio Cultural I - APC I como área de Interesse Especial. A lei define a área nos seguintes termos:

Art. 7º - As Áreas de Proteção ao Patrimônio Cultural – APC – correspondem às áreas comprometidas com a preservação da história do município, exigindo a adoção de medidas e parâmetros destinados à preservação da paisagem, compreendendo três categorias:

I - APC I - Sítios cujas características arquitetônicas e urbanísticas, apresentando edificações de alta qualidade arquitetônica, isoladas ou em conjuntos homogêneos, representativos de fases da história da cidade, exigem a adoção de medidas de preservação rigorosas de modo a manter sua configuração e valorizá-la;

II – APC II – Áreas que possuem localização especial em relação aos sítios citados no artigo anterior, onde os parâmetros construtivos serão controlados visando a manutenção da paisagem e das características específicas do patrimônio municipal.

III – APC III – Áreas cuja localização interfere com o conjunto arquitetônico e paisagístico de interesse cultural, onde serão adotados parâmetros de ocupação do solo que minimizem a sua interposição com a APC II.

A figura 5 retrata o zoneamento do município de Sabará-MG.

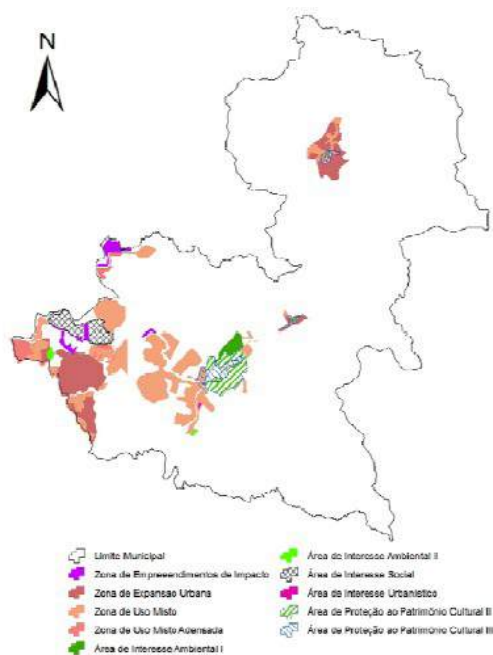


Figura 5. Mapa do Zoneamento segundo a lei de Uso e Ocupação do Solo. Fonte: Carvalho, 2010.

O Centro histórico é classificado como APC I e Zona Mista, nessas áreas os padrões urbanísticos são definidos caso a caso tanto para as novas edificações, como as reformas, devendo ser feita análise da vizinhança onde se inserem e observada a volumetria e padrão predominantes. Por se tratar de Zona Mista, é permitido diversos usos (residencial, comercial, industrial) desde que sejam observadas limitações que assegurem a preservação ambiental e patrimonial.

A crítica que se faz a essa legislação é que essas limitações não são especificadas, não estão definidas na norma. Defini-las caso a caso como se propõe a lei é tarefa que demanda uma atuação direta do poder municipal por meio dos órgãos responsáveis, Conselhos Municipais, do Patrimônio Cultural e Natural, de Turismo, de Cultura e do Meio Ambiente, realidade ainda não alcançada o que tem causado transtornos patrimoniais.

o Plano Diretor de Sabará, Lei Complementar nº 12, de 08 de janeiro de 2008 estabelece diretrizes para a Área de Arte e Cultura, dentre as quais se destaca o fortalecimento da política municipal em proteção dos patrimônios natural e cultural. (Plano Diretor, artigo 5º, inciso II) Entre seus instrumentos de planejamento, o município se dispõe a utilizar o tombamento e o inventário de imóveis como meios de assegurar a preservação patrimonial e incentive a requalificação de áreas históricas degradadas. A medida mostra a intenção em assegurar a preservação de seus bens históricos, embora há casos que o tombamento, por si só, não soluciona o impacto.

O aspecto da preservação aos bens patrimoniais é tratada mais especificamente nos capítulos destinado ao turismo e a cultura e incentiva ações de educação ambiental e patrimonial, compatibilidade entre desenvolvimento e proteção cultural e ambiental, efetivar a política de preservação patrimonial, viabilizar a revitalização de espaços culturais. (Plano Diretor, 2008, artigos 16 e 19)

É sabido que o PD estabelece as diretrizes gerais a serem observadas no município, portanto, embora seu caráter genérico é um diferencial o assunto ser tratado, pois aponta a intenção do município de criar mecanismos que efetivem os princípios propostos no plano.

O município conta também com uma legislação ambiental, lei nº 994/2002, regulamentada pelo decreto n. 258 do mesmo ano que proíbe a fixação de veículos de comunicação no mobiliário urbano, bens públicos e imóveis tombados com fins de preservação da paisagem. Proíbe ainda a ocupação irregular nos morros e encostas, preocupação que já era tratada no Código de Posturas, lei n. 738/7.

Embora a proteção dessa lei esteja mais associada ao meio ambiente natural, alguns itens destinam-se ao aspecto cultural, sobretudo no aspecto de proteção visual da paisagem. O Estudo de Impacto de Vizinhança –EIV é colocado como instrumento a ser utilizado quando empreendimentos impactem a dinâmica urbana, sócio-econômica e cultural do município.

É portanto, uma legislação que agrega valores no que tange as iniciativas municipais de estimular e desenvolver uma política patrimonial.

3. IMPACTOS

A despeito dos contornos legislativos que dão subsídios à proteção e conservação do patrimônio histórico, as consequências da expansão urbana são impactantes. Na pesquisa de campo realizado no centro histórico para averiguar a realidade local, as primeiras impressões identificaram problemas como fachadas irregulares, uso inadequado do zoneamento estabelecido, depredação de monumentos, inacessibilidade, construções fora do padrão e ocupação irregular.

Pontos históricos de destaque como a Praça Melo Viana e a Igreja de Nossa Senhora do Ó sofrem impactos diretos ou em seu entorno. A praça Melo Viana está localizada na parte central da cidade e faz parte de um conjunto arquitetônico significativo, tendo sido desde sua construção palco de manifestações culturais. A praça já passou por várias modificações, com a subtração de monumentos como o pelourinho e a capela do passo. Com a justaposição dos usos, a acentuação para o comércio e presença de uso institucional houve uma descaracterização ao aspecto histórico. O entorno já não guarda nenhuma relação com a linguagem histórica do local, como observamos nas **figuras 6 e 7**.



Figuras 6 e 7. Entorno da Praça Melo Viana em Sabará. Fonte: arquivo pessoal da autora, 2014

O entorno da Igreja de Nossa Senhora do Ó, um alto ponto turístico na cidade também apresenta problemas. A igreja foi construída no século XVIII com requintes da arte barroca. A construção em si encontra-se em bom estado de conservação, mas em seu entorno há construções que agredem a harmonia do conjunto histórico. Como mencionado ao analisarmos a legislação a lei municipal não especificou as restrições quanto à construção e reformas no entorno de bens considerados históricos, dispondo apenas que “caso a caso” seriam feitas as especificações. A realidade local confirma a crítica a essa generalidade, que prejudica a efetividade da norma.

A expansão urbana alcançou os morros e encostas culminando em extensas áreas com ocupações irregulares prejudicando a paisagem histórica local. A guisa de exemplo, citamos o Morro São Francisco que compõe a paisagem natural na encosta ao norte do centro da cidade. Inserido em uma área verde de 107,19 hectares, fica entre os bairros do Rosário, São Francisco, Caieira, Vila Esperança e o centro

histórico de Sabará e tem uma função de emolduramento estético. O Morro foi objeto de tombamento em 2007, com o intuito de proteger o ambiente natural e o construído, vez que integra o local um antigo calçadão de pedras e um forno de cal que remontam ao passado histórico do município.

Apesar do tombamento (Decreto 1629/2007) não há fiscalização para cumprimento das proteções estabelecidas, sendo que a área está tomada por ocupações irregulares que impactam o patrimônio paisagístico.

Vale ressaltar que muitas “irregularidades” seriam evitadas se houvesse por parte da população uma apropriação cultural de seus espaços. A proteção ambiental e cultural que tanto se almeja está vinculada aos sentimentos e valores que se atribuem aos bens. Uma forte noção de pertencimento poderia ser um fator determinante para a conservação e preservação.

Postas essas realidades, resta evidenciado que além de normas urbanísticas bem delimitadas, de caráter multidisciplinar e com disposições claras e específicas, é fundamental uma gestão integrada do poder público, com consultas prévias, fiscalização e se necessário, uso do poder coercitivo para fazer valer os dispositivos legais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se observou a partir desse estudo, o município de Sabará-MG passou por diferentes períodos históricos que influenciaram em sua dinâmica urbana. Com fortes características históricas, grande parte de seu patrimônio histórico e cultural foi protegido pelo instituto do tombamento, em âmbito federal, estadual e municipal.

A despeito disso, são observados impactos na esfera patrimonial, como descaracterização de espaços históricos, ocupações irregulares, impactos no entorno de bens tombados, fachadas irregulares, entre outros.

Pela análise das normas urbanísticas vigentes no município, é possível notar a preocupação legislativa em preservar o patrimônio histórico cultural, com destaque para o zoneamento estabelecido que criou zonas de proteção cultural onde deverão ser adotadas medidas e parâmetros específicos a fim de proteger paisagem e características arquitetônicas que remontem ao passado histórico local.

Em que pese o contorno legislativo adotado pelo município, os impactos se perpetuam e a paisagem e caráter histórico da cidade tem sido prejudicados. Resta evidenciado que é imprescindível uma legislação pormenorizada, que contenha todas as tipificações necessárias para assegurar a preservação e ainda, que a municipalidade atue de forma incisiva a fim de prevenir e coibir atos atentatórios contra o patrimônio. Sendo ainda de vital importância a conscientização da população para que floresça um sentimento de pertencimento e a adequada apropriação de seus espaços culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE SABARÁ. **Diagnóstico Municipal de Sabará 2006-2010**. Disponível em <http://www.adsabara.org.br> Acesso em 25/05/2015.

ARRELARO, Rafael. **Paisagem urbana do entorno a bens tombados: Estudo da delimitação de perímetros para os bens tombados em Sabará/MG**. In: Arquimemória 3, Salvador. 2008.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Nacional. Diário Oficial da União, 05/10/1988.

_____. Congresso Nacional. Lei 10.257 de 10 de Julho de 2001 - **Estatuto da Cidade**. Brasília: Imprensa Nacional. Diário Oficial da União, 10/07/2001.

_____, Sabará, Assembleia Legislativa. Lei n. 738 de 18 de Dezembro de 1997 - **Código de Posturas**.

_____, Sabará. Assembleia Legislativa. Lei complementar n. 12 de 2008 - **Plano Diretor**.

_____, Sabará. Assembleia Legislativa. Lei n. 994 de 08 de janeiro de 2002 - **Legislação Ambiental**.

_____, Sabará. Assembleia Legislativa. Lei n. 005 de 2004- **Lei de Uso e Ocupação da Solo**.

CARVALHO, Grazielle Anjos. **Análise espacial urbano-sócio-ambiental como subsídio ao planejamento territorial do município de Sabará. 2010**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte [MG]. 2010.

COSTA, Stael Pereira *et al.* **Os Elementos Tipo- Morfológicos das Bordas Metropolitanas de Belo Horizonte**. Universidade Federal de Minas Gerais: Núcleo de Pesquisa em Desenho Ambiental. Editora Universal, 2009.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. 5ª edição – 2ª tiragem. Tradução: Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 2000.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 2ª edição. São Paulo [SP]: Editora Hucitec, 1991.

SILVA, J. P. da. Crescimento urbano de Sabará [MG]: modificação e conservação da cidade segundo seus instrumentos legais de planejamento. *Labor & Engenho*, Campinas [Brasil], v. 4, n. 2, p. 1-16, 2010. Disponível em: www.conpadre.org Acesso em maio de 2015.

SOUZA, Washington Peluso Albino. **Minas do Ouro e do Barroco**. Belo Horizonte: Barlavento, 2002.

PASSOS, Zoroastro Viana. **Em torno da história do Sabará**. Vol. 2. Ministério da Educação e Saúde, 1942.

Homogeneidade x Heterogeneidade:

As dinâmicas de uso e ocupação dos espaços livres nas superquadras Autor 1, Autor

Flaviana Lira, Bárbara Vasconcelos, Camile Martins

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília

Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Telefone/fax: 61- 31077429

flavianalira@hotmail.com

Resumo

Brasília é fruto da aplicação mais significativa em todo o mundo dos princípios do Movimento Moderno na Arquitetura e Urbanismo. Resulta da articulação das chamadas escalas urbanas (monumental, residencial, gregária e bucólica). No que se refere à escala residencial, esta foi configurada a partir da superquadra, entendida como o tipo residencial por excelência do Plano Piloto. Apesar da aparente homogeneidade morfológica entre elas, havia liberdade na concepção e implantação das superquadras, desde que se mantivessem os princípios gerais definidos por Lucio Costa. Assim, de uma superquadra para outra são encontradas distintas densidades habitacionais, perfis socioeconômicos diferenciados e, naturalmente, diferentes formas de uso de seus espaços. Portanto, é objetivo desta pesquisa explorar as distinções morfológicas existentes entre as superquadras, bem como as variações no uso e a apropriação dos seus espaços públicos. Espera-se, assim, romper o mito de um possível padrão estandardizado de morar na superquadra, mostrando que essa diversidade de forma e usos é responsável em grande medida pela identidade de Brasília e parte significativa do seu patrimônio.

Palavras-chave

Brasília, superquadra, morfologia, vivência, espaços públicos

Abstract

Brasília is the result of the most significant application in the world of the Modern Movement principles in Architecture and Urbanism. Results of the joint of urban scales (monumental, residential, gregarious and bucolic). With regard to the residential scale, this is configured from the superblock. Despite the apparent morphological homogeneity among them, there was freedom in the design and implementation of superblocks, since it kept the general principles laid down by Lucio Costa. Thus, from a superblock to another are found different housing densities, different socioeconomic profiles and different form of use of their spaces. The purpose of this article is to explore the existing morphological distinctions between the superblocks, as well as variations in the use of their public spaces. It is hoped thus breaking the myth of a possible standardized way of living in the superblock, showing that diversity of form and use is largely responsible for the identity of Brasília and significant part of their heritage.

Keywords

Brasília, superblock, morphology, experience, public spaces

1. Introdução

Brasília é fruto da aplicação mais significativa em todo o mundo dos princípios do Movimento Moderno na Arquitetura e Urbanismo. Resulta da articulação das chamadas escalas urbanas (monumental, residencial, gregária e bucólica), cada uma com ritmos espaciais distintos, materializados pela diversidade dos jogos de cheios e vazios, das volumetrias edilícias e do tratamento vegetal.

No que se refere à escala residencial, esta foi configurada a partir da superquadra, entendida como o tipo residencial por excelência do Plano Piloto, responsável por instaurar uma nova maneira de viver. Este artigo tem como objeto de estudo a superquadra, aqui tomada como um dos elementos mais importantes na formação da identidade de Brasília enquanto *urbis*.

Apesar da aparente homogeneidade morfológica entre elas, havia liberdade na concepção e implantação das superquadras, desde que se mantivessem os princípios gerais definidos por Lucio Costa, quais sejam: gabarito uniforme de até seis pavimentos, pilotis livres, separação entre o trânsito de pedestres e de veículos, entrada única e cinturão verde de 20 metros em todo o seu perímetro. É comum a repetição de projetos dos blocos residenciais em diferentes superquadras, no entanto a disposição desses volumes e os espaços públicos resultantes de sua implantação variam enormemente. Alguns fenômenos mais recentes têm também contribuído para intensificar a diferença de espacialidade entre quadras mais antigas daquelas mais recentes: edifícios mais largos com apartamentos não vazados e de sacadas fechadas, intensificação da ocupação dos pilotis em virtude da presença de equipamentos como bicicletários, guaritas, zeladorias e salões de festa, cercamento do pilotis, aumento da área construída e consequente redução das áreas livres. Essa “liberdade regulamentada” gerou, naturalmente, heterogeneidade.

De uma superquadra para outra são encontradas distintas densidades habitacionais, perfis socioeconômicos diferenciados e, como não poderia deixar de ser, diferentes formas de uso de seus espaços livres públicos. Cada superquadra assume, assim, expressão própria e reconhecível, um dado caráter, moldado pelos modos de vida que ali se desenvolvem e por outros múltiplos fatores.

Portanto, é objetivo desta pesquisa, estudar as distinções morfológicas existentes entre as superquadras bem como o uso e a apropriação dos seus espaços livres públicos, buscando, com isso, desvelar as diversas formas de apropriação dos seus espaços. Com isso, a pesquisa traz subsídios para se defender que as diversas formas de uso e manifestação de vitalidade das superquadras são parte integrante do patrimônio imaterial de Brasília, e como tal, devem ser inventariadas no sentido de registrar essa mosaico tão típico de Brasília.

A construção da ferramenta de levantamento de campo foi referenciada na revisão da literatura sobre autores com foco na morfologia urbana e no modo como esta pode interferir na sua vitalidade. Logo, os

aspectos observados na ferramenta proposta são relativos à *forma*, aos *usos* e ao *perfil da comunidade*, cada um desses com atributos específicos a serem levantados. A ferramenta foi aplicada em seis quadras do Plano Piloto, SQN 109, 206 e 315 e SQS 207, 308 e 412, escolhidas pela diversidade formal e de usos observadas entre eles.

Desse modo, o artigo está dividido em três partes. Na primeira serão apresentados os referenciais teóricos e metodológicos adotados, bem como o instrumento de levantamento criado, na seguinte serão expostos os resultados da aplicação do instrumento em cada uma das três superquadras e, por fim, serão apresentadas as conclusões.

2. Procedimentos de levantamento de campo

A construção da ferramenta de levantamento de campo foi referenciada na revisão da literatura sobre autores com foco na morfologia do espaço e no modo como esta pode interferir na sua vitalidade. Ainda que a pesquisa não se pautasse na análise da relação forma x vitalidade, mas, sim, no inventário das diferentes formas dos espaços públicos e seus usos, esses autores contribuíram no processo de identificação das categorias a serem observadas.

A primeira obra analisada foi ***Brasília, Cidade Moderna, Cidade Eterna*** de Frederico Holanda (2010). O método criado por Holanda está pautado na "definição da arquitetura como realidade captada por um certo olhar". (HOLANDA, 2010, p.28) Ele é operacionalizado a partir de dimensões morfológicas que buscam captar a lógica social do espaço. A principal contribuição de Holanda (2010) para a pesquisa foi apontar como os diversos aspectos que compõem os espaços públicos podem influenciar as formas de ocupação por seus usuários, sugerindo padrões de comportamento. Logo, foi possível perceber a importância de investigar a vitalidade presente nas superquadras também como parte integrante na formação da sua identidade e lógica social.

Gabriela Tenorio (2012), em sua tese de doutorado intitulada ***Ao Desocupado em Cima da Ponte: Brasília Arquitetura e Vida Pública***, retoma o conceito de urbanidade, a partir da avaliação de espaços públicos. De acordo com Tenorio (2012), no levantamento deve-se relacionar os elementos de configuração do espaço público com a vida nele existente. Quanto maior a capacidade de gerar vida pública no local analisado, mais bem sucedido será.

Gordon Cullen (1971), a sua vez, desenvolve o método da visão serial, que consiste em estabelecer um percurso uniforme, baseado em uma sucessão de pontos de vista. A análise ocorreria tanto em relação a dimensões do espaço, quanto a sua ocupação, presença de marcos visuais e elementos que compõem e delimitam o espaço público. A visão de Cullen (1971) sobre o espaço foi importante no momento dos levantamentos de campo, nos quais foram feitos percursos pelas superquadras para captar seus atributos e nuances.

Tendo o aporte metodológico desses autores, elaborou-se a ferramenta de análise do espaço público das superquadras, que visa apreender tanto sua composição espacial, como as formas de utilização dos seus espaços públicos pelas pessoas. Logo, os temas observados na ferramenta proposta são a **I. forma**, os **II. usos** e o **III. perfil da comunidade**. Construiu-se, então, a tabela que guiou o levantamento de campo. Além dela, fotografias, plantas e mapas complementaram o registro.

A **forma** está relacionada com os aspectos morfotipológicos da superquadra e envolve a verificação dos seguintes aspectos: *i. Tipos edilícios* (residenciais que podem ser Pilotis + 3, Pilotis+ 6 e 3 pavimentos sem pilotis, e comerciais que podem ser Lâmina simples com frente voltada para a rua, Lâmina simples com frente voltada para a superquadra e Lâmina dupla), *ii. Equipamentos de lazer e esporte* (informar quais e localizar em planta), *iii. Mobiliário* (qualidade da iluminação e presença e localização de bancos), *iii. Sistemas de vias, ciclovias e passeios públicos formais e informais* (localizar em planta), *iv. Presença ou não de barreiras topográficas ou construídas* (localizar em planta e indica-las por meio de fotografias e perfis esquemáticos), *v. Percepção dos pilotis da superquadra* (livres, parcialmente obstruídos ou muito obstruídos).

O **uso** está relacionado aos equipamentos presentes na superquadra (escola, jardim de infância, biblioteca, posto de saúde, posto policial, templos e igrejas, outro a especificar), ao uso dos seus espaços livres público (feiras, festas tradicionais, eventos esportivos, outro a especificar) e ao uso nas comerciais (diversificado ou predominância de um tipo de uso).

Por fim, o aspecto **perfil da comunidade** buscar levantar a capacidade de organização comunitária (há ou não prefeitura da quadra), a existência de potenciais anfitriões do lugar (há porteiros nos blocos), se os blocos pertencem predominantemente a alguma instituição e a diversidade do público que frequenta os equipamentos de uso comum e seus espaços livres públicos.

3. A heterogeneidade x a homogeneidade: inventariando espaços e usos

As superquadras escolhidas para constituírem o objeto de pesquisa foram: a 308 sul, a 207 sul, a 412 sul, a 109 norte, a 206 norte e a 315 norte (**figura 1**). A escolha foi feita buscando características diversas que possibilitassem inventariar formas variadas de ocupação do espaço público, contemplando superquadras das asas norte e sul, localizadas em cada uma das faixas quatro faixas (100, 200, 300 e 400).



Figura 1. Mapa de localização das superquadras levantadas. Fonte: <http://minutoligado.com.br/wp-content/uploads/2012/11/Mapa-Brasilia.gif> editado pelas autoras, 2014.

Quanto às visitas a campo, foram escolhidos horários e dias que pudessem ser identificadas formas variadas de uso e ocupação dos espaços, para que a observação feita revelasse características as mais feis possíveis a realidade de cada superquadra. Dessa maneira foram estipulados dias durante a semana e nos finais de semana.

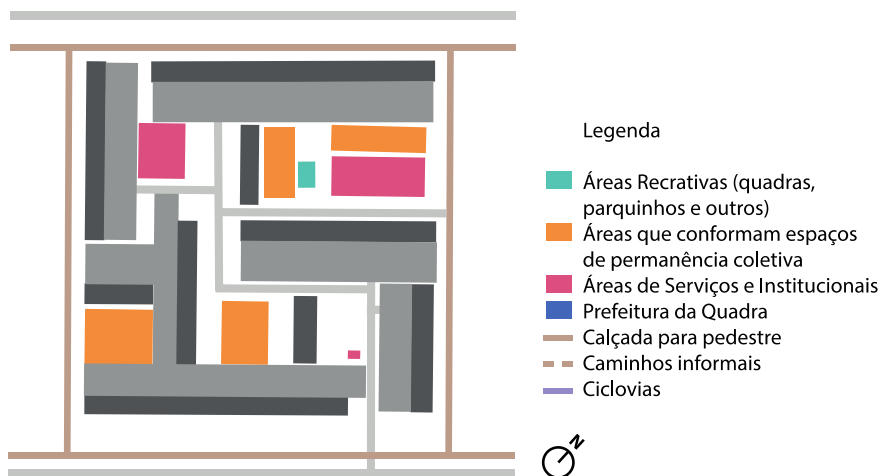
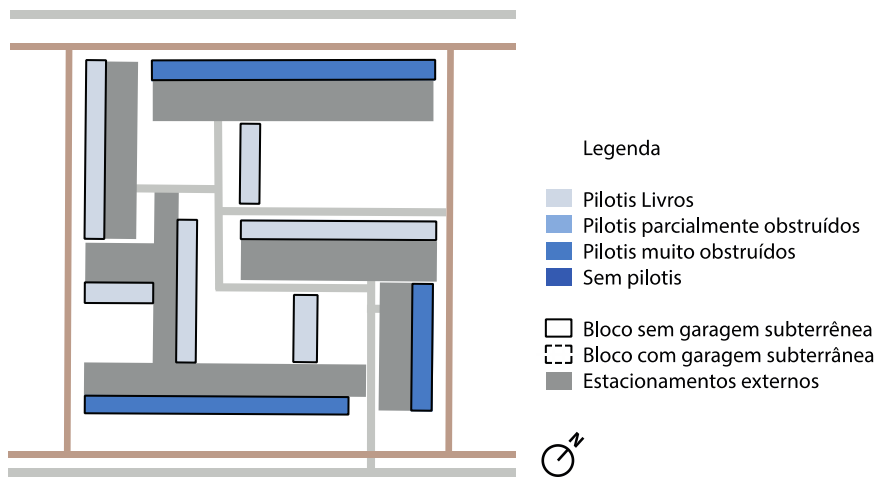
3.1 Asa Sul

Superquadra Sul 308 (SQS 308)

A 308 sul foi projetada por Marcello Campelo e Sérgio Rocha, ambos arquitetos do Banco do Brasil, órgão responsável pela sua construção, sendo considerada quadra modelo do Plano Piloto, por apresentar todas as características previstas por Lucio Costa, além do paisagismo de Burle Marx. As visitas a essa quadra foram realizadas nos dias 13 de maio de 2013 (das 15h30 às 17) e 14 de junho de 2013 (às 20h30).

Diferente das demais, possui apenas nove blocos residenciais, sendo oito deles com seis pavimentos sobre pilotis e apenas um com quatro pavimentos sobre pilotis. A circulação de veículos passa pelo espaço central da superquadra e se ramifica a partir dele para cada um dos edifícios, criando uma diversidade de núcleos de convivência ao longo do seu espaço público. A área dos pilotis é livre e não possui cercamentos, com exceção de um bloco, voltado para o comércio da faixa das 500. Porém, a continuidade do espaço público assegurada pelos pilotis é rompida por muros de contenção, existentes devido à topografia da quadra.

Outra característica particular é a existência de jardim de infância e escola primária, que, apesar de terem sido equipamentos previstos para todas as quadras, não estão presentes na maior parte delas. Isso confere à SQS 308 maior vitalidade ao longo do dia. Esse fluxo é potencializado, ainda, pela escola de ensino fundamental localizada na entrequadra.



O contexto na qual a SQS 308 está inserido conta, ainda, com a igreja projetada por Niemeyer na entrequadra, uma escola de dança, um posto policial e uma biblioteca local. O comércio local é variado, contendo serviços como restaurantes, padaria, farmácia, supermercado e lojas variadas.



Foto 1. Muro de contenção



Foto 2. Muro de transformado em banco



Foto 3. Escola primária



Foto 4. Jardim de infância



Foto 5. Praça com espelho d'água.



Foto 6. Outra praça ocupada por jovens.

Painel 1. Fotos da SQS 308. Fonte: Camile Martins, 2014.

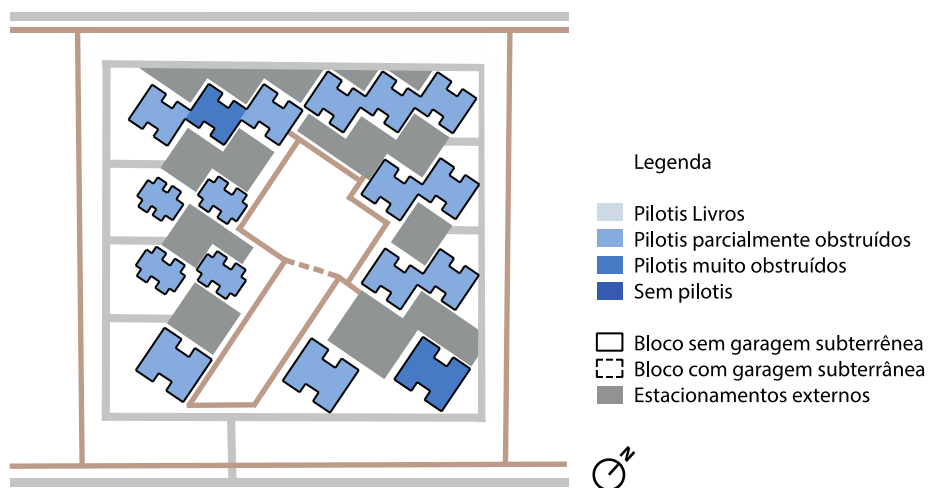
O espaço público da SQS 308 é marcado pela presença de núcleos de convivência espalhados ao longo da quadra, caracterizados por praças e pela presença de bancos. Devido à diferenciação dos espaços, nota-se a presença de pessoas de diferentes faixas etárias realizando atividades diversas. Na visita realizada no período da tarde, foram observadas pessoas passeando com cachorros, adolescentes conversando, idosos jogando dominó, crianças brincando, casais namorando e turistas passeando. Já no período da noite, foi possível perceber que a iluminação da quadra é deficiente e foram vistas apenas pessoas que chegavam para suas residências, não havia pessoas permanecendo no espaço público.

Superquadra Sul 207 (SQS 207)

A implantação da quadra 207 sul foi responsabilidade do Ipase (Instituto de Aposentadoria dos Servidores do Estado) e o projeto executado é de autoria de Francisco Mendes del Peloso. O formato do projeto da quadra resulta de um decreto de 1967 que passou a integrar o Código de Obras de Brasília, no qual ficou estabelecido que um mesmo proprietário poderia comprar uma quadra inteira e fazer o seu projeto

urbanístico, desde que atendendo a mesma taxa de ocupação. As visitas a essa quadra foram realizadas nos dias 5 de maio de 2014 (das 15h às 16h30) e 15 de junho de 2014 (às 21h).

O terreno da SQS 207 é marcado por uma topografia com declividade acentuada que, em conjunto com a planta em forma de H dos edifícios e sua implantação a 45° em relação aos limites do terreno, dão à quadra uma leitura distinta de grande parte das demais superquadras do Plano Piloto. Os edifícios da quadra possuem pilotis livres e seis pavimentos de apartamentos. Além disso, a circulação de veículos na quadra é feita de forma perimetral, devido ao sistema viário, que foi feito em forma de anel ao redor dos prédios. Isso permitiu que o espaço central da quadra permanecesse livre.

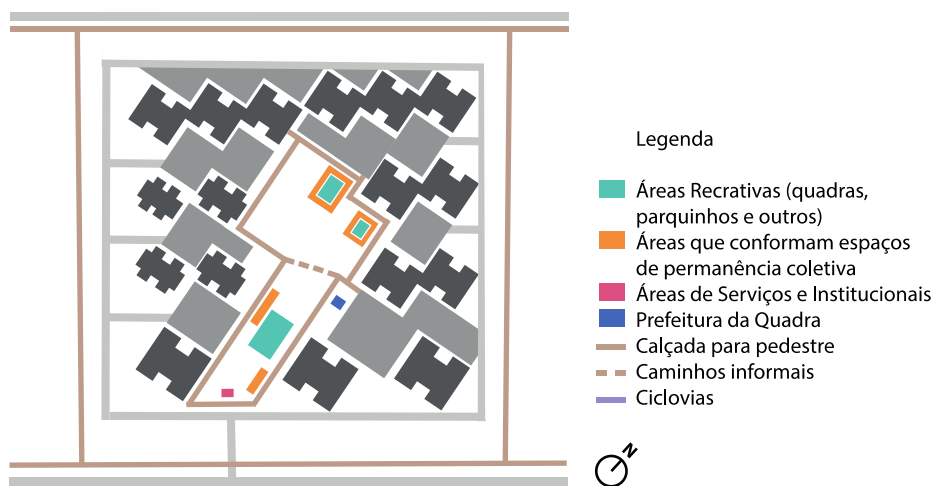


Mapa 3. Percepção da ocupação do pilotis e estacionamentos.

A princípio seriam construídas escolas na parte central da quadra, mas seus projetos não foram executados. Portanto, esse espaço atualmente é ocupado por uma grande área verde dotada de campo de futebol, dois parquinhos, bancos e a prefeitura da quadra. A presença de prefeito atuante na quadra é facilmente percebida pela qualidade de tratamento do seu espaço público. Os jardins equipamentos públicos da quadra são muito bem tratados e conservados, ganhando destaque.

Devido à declividade do terreno, as garagens, que usualmente são subterrâneas, afloram de dois lados dos prédios, gerando barreiras para a livre circulação ao longo da quadra. A forma adotada para manter a continuidade dos caminhos foi a adoção massiva de escadas, que estão presentes em todos os edifícios, fazendo a ligação entre o térreo com os pilotis e os patamares inferiores, formados devido à topografia diferenciada.

A forma H que caracteriza os prédios forma recintos nos quais, em alguns deles, foram colocados bancos, constituindo pequenos espaços de permanência. A percepção geral dos pilotis é que eles são livres de ocupação, e possuem apenas as torres de circulação vertical ocupando seus espaços, com exceção de um único edifício, que possui um salão de festas ocupando a área do pilotis.



Mapa 4. Uso e ocupação dos espaços públicos.

Durante as visitas, constatou-se que a maior parte das pessoas que ocupam o espaço público concentra-se na parte central da quadra. As atividades mais comuns encontradas no período da tarde foram pessoas conversando em bancos, casais namorando embaixo dos prédios, crianças brincando nos parquinhos e sendo observadas por adultos, pessoas passeando com cachorros e idosos caminhando pela quadra. Em contrapartida, durante a noite, observou-se que poucas pessoas ocupavam o espaço público, apenas algumas pessoas conversando nos pilotis e outras passeando com cachorros.

A entrequadra da SQS 207 possui uma extensa área de lazer cercada, dotada de quadras poliesportivas, parquinhos e campo de futebol. A comercial é dotada de lojas variadas, apresentando serviços como farmácia, padaria e restaurantes. Na entrada da quadra existe, ainda, uma banca de revistas, onde mesas estão dispostas, configurando um espaço no qual as pessoas podem permanecer.



Foto 7. Garagem aflorada de um lado.



Foto 8. Pilotis no nível do solo.



Foto 9. Banca de revistas.



Foto 10. Plantas em H.



Foto 11. Parquinho.



Foto 12. Área central com bancos e campinho.

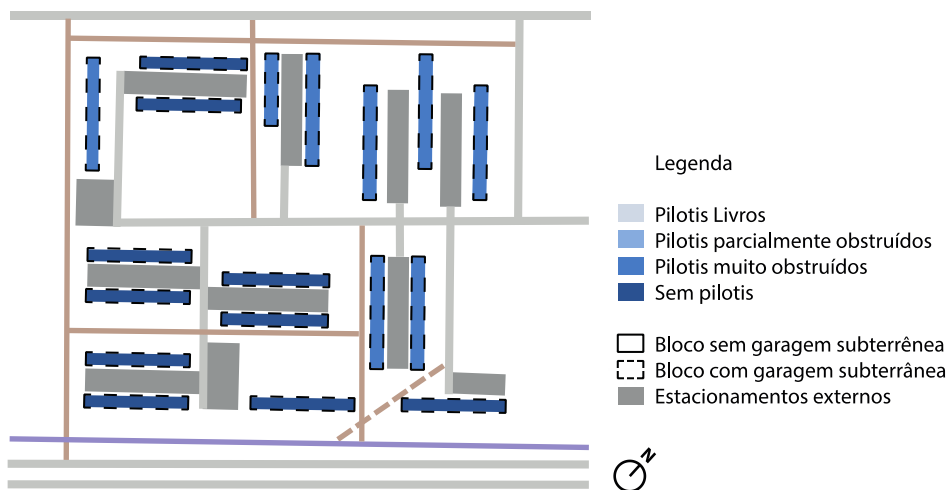
Painel 2. Fotos da SQS 207. Fonte: Camile Martins, 2014.

Superquadra Sul 412 (SQS 412)

A faixa das 400 caracteriza-se pela presença de quadras duplas, nas quais a entrada é única e o espaço é contínuo, mudando apenas o endereçamento dos blocos de apartamentos. O número de edifícios é maior do que nas demais faixas, totalizando dezoito em cada quadra. As visitas a essa quadra foram realizadas nos dias 5 de maio de 2014 (das 16h30 às 17h30) e 15 de junho de 2014 (às 20h).

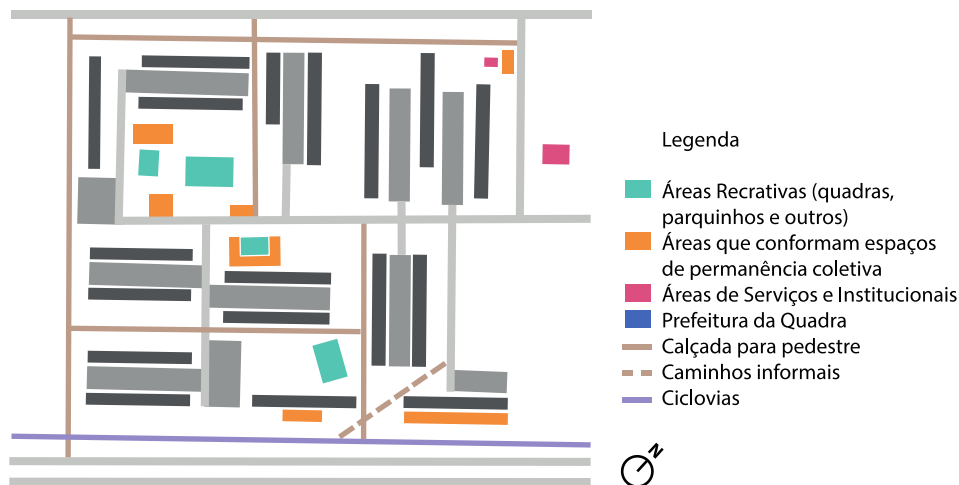
A 412 sul tem como particularidade a presença tanto de blocos com pilotis mais três pavimentos de apartamentos, quanto blocos assentados no chão, denominados blocos 'JK', cujo projeto é de autoria de Oscar Niemeyer. O resultado da sua implantação é a descontinuidade dos caminhos das superquadra, contrariando o princípio do chão livre, pois as pessoas são obrigadas a contornar os prédios para atravessar seu espaço público.

Em relação aos blocos que possuem pilotis, sua ocupação apresenta variações de um para outro, com alguns muitos ocupados e outros mais livres. Porém, a maior parte dos edifícios possui cercamentos vegetais ao redor do térreo, concentrando a circulação das pessoas em caminhos determinados ou obrigando-as também a dar a volta nas edificações. Na quadra os prédios não possuem garagens.



Mapa 5. Percepção da ocupação do pilotis e estacionamentos.

Quanto às áreas de lazer, há dois núcleos distintos. Um onde se encontra a quadra poliesportiva e outro maior localizado na parte mais central da superquadra. Este possui campo de futebol, parquinho, área de ginástica para idosos e praça, que foi construída por iniciativa dos moradores. Segundo informação oral obtida de um morador, a praça abriga eventos religiosos em algumas épocas do ano, no qual comparecem tanto moradores, quanto participantes externos. Anteriormente, a SQS 412 abrigava outros eventos, como uma festa junina tradicional. Eles eram organizados pela prefeitura local da quadra mas, com sua dissolução, esses eventos deixaram de acontecer.



Mapa 6. Uso e ocupação dos espaços públicos.

Em relação aos equipamentos, as escolas previstas para integrar a superquadra não foram construídas. Existe apenas uma banca de revistas na entrada da superquadra e uma Igreja, mas fica do lado da SQS 411. A entrequadra é dotada de um posto do correio e um posto policial, este atualmente desativado.

A maior parte das pessoas vistas durante o período da tarde estavam concentradas no espaço central. As principais atividades realizadas pela população da superquadra que puderam ser verificadas foram

pessoas passeando com cachorros, lendo, jogando futebol, conversando, crianças brincando supervisionadas por adultos e idosos passeando.

Durante as visitas noturnas verificou-se que o espaço público da quadra é predominantemente bem iluminado, com apenas algumas poucas áreas de penumbra. Mas grande parte da iluminação é proveniente dos próprios edifícios, como complementação da iluminação pública que, na configuração atual, não atenderia a iluminação necessária em diversos pontos. Apesar da iluminação pública suficiente, foram vistas poucas pessoas ocupando o espaço público no período noturno.



Foto 14. Praça montada por moradores.



Foto 15. Parquinho.



Foto 16. Blocos 'JK' e edifícios com pilotis.



Foto 17. Caminhos espontâneos.



Foto 18. Banca de revistas.



Foto 19. Pessoa passeando com cão.

Painel 3. Fotos da SQS 412. Fonte: Camile Martins, 2014.

3.2 Asa Norte

Superquadra Norte 109 (SQN 109)

Dentro da faixa das 100 norte, a quadra escolhida foi a 109, projetada pelo arquiteto Frederico de Holanda em 1985. As visitas à quadra foram realizadas nos dias 28 e 30 de abril de 2014 no período da tarde a noite respectivamente. Foi feita outra ida a campo no final de semana, no dia 10 de maio de 2014.

O projeto da superquadra se distingue, entre outros aspectos, por apresentar uma morfologia das vias de trânsito diferenciada das demais quadras, adotando sistema de anéis de circulação a fim de minimizar os percursos, ao invés de utilizar o sistema sinuoso adotado pela maioria das superquadras pioneiras.

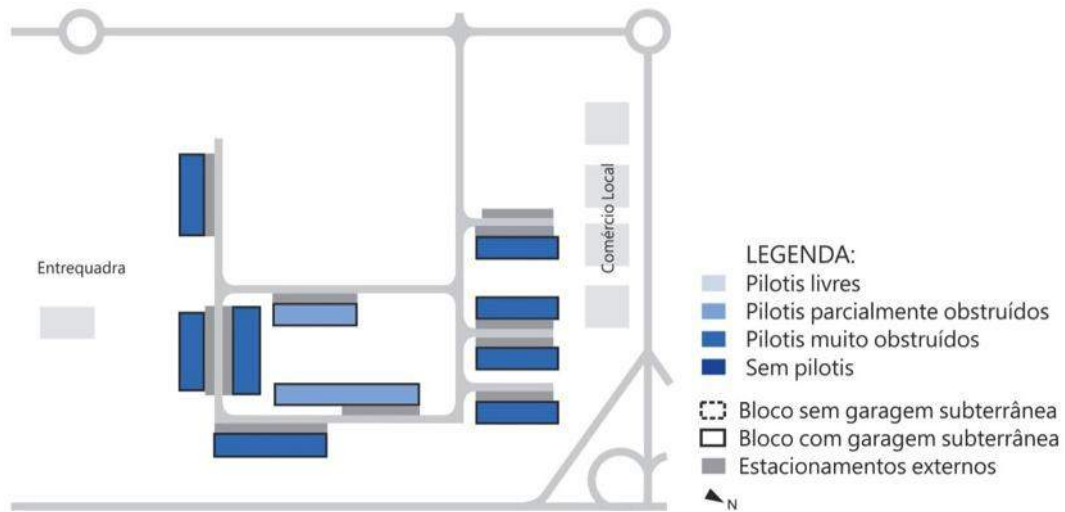
O projeto original propunha quinze edifícios residenciais, além de áreas de lazer, como quadra esportiva e playground, de prestação de serviço, como escola, distribuídos ao longo da quadra. Contudo, não foi construído integralmente, configurando atualmente uma quadra um tanto diversa da proposta pelo arquiteto. Esse fenômeno é algo característico da Asa Norte, que ainda não apresenta uma ocupação integral.

Hoje, devido a não conclusão do projeto, a superquadra 109 apresenta ocupação polarizada e bastante uniforme quanto aos usos. Do projeto, apenas dez blocos residenciais foram construídos, e são esses, em suma, as únicas construções. Esses se concentram na porção da quadra voltada para o Eixo Residencial Norte, criando no sentido oposto um grande vazio na quadra, que só é percebido por aqueles que vêm no sentido oeste-leste. Essa área vazia caracterizada por um gramado extenso tem como único uso o de passagem, marcado por um grande caminho espontâneo, que conecta o comércio da 309 norte com a parada de ônibus e a passagem subterrânea de acesso ao metrô presentes na 109.

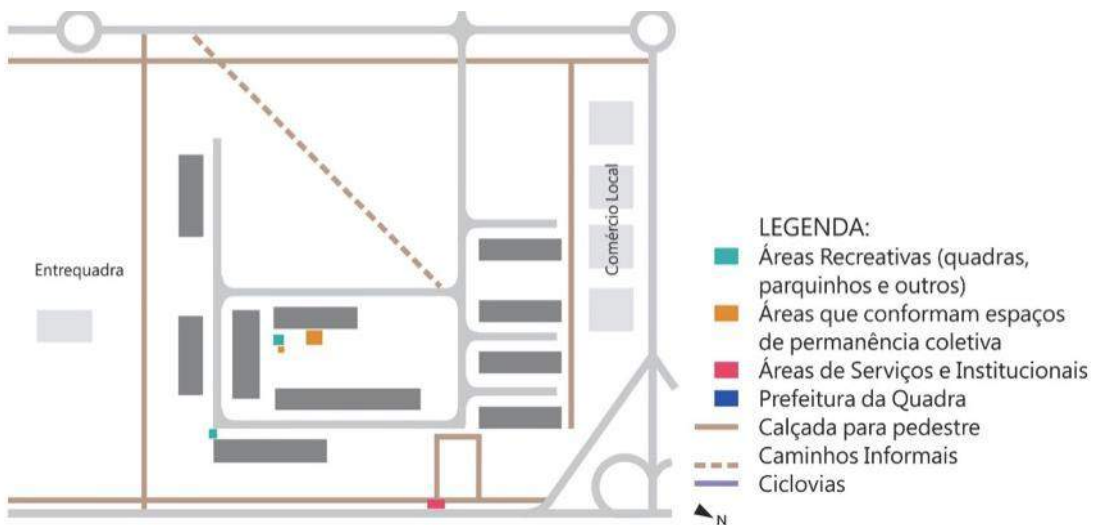
A quadra possui gabarito uniforme, seguindo a característica da faixa residencial 100, de pilotis mais seis pavimentos. Todos os edifícios possuem garagem subterrânea, além de um estacionamento externo. Os pilotis são bastante obstruídos pela construção de halls de entrada, portaria, salão para eventos entre outros usos. Um aspecto interessante observado é que alguns blocos possuem hortas comunitárias, revelando, dessa forma, alguma atividade coletiva.

Com relação aos espaços públicos, o que há de construção são apenas dois pequenos playgrounds associados aos blocos K e I, que ainda apresenta uma pequena área calçada com dois bancos, sem adequada infraestrutura para propiciar uso confortável. O que se notou, nesta superquadra, foi o uso da entrequadra para atividades de lazer. O espaço possui uma quadra esportiva utilizada para a prática de esportes e aulas de capoeira.

A vitalidade do espaço público dessa superquadra parece reduzida. Mesmo as áreas públicas construídas pelos moradores não apresentaram uso nas visitas realizadas. A quadra apresenta uma movimentação maior no período noturno, devido ao comércio local caracterizado pela concentração de estabelecimentos de alimentação.



Mapa 7. Percepção da ocupação do pilotis e estacionamentos.



Mapa 8. Uso e ocupação dos espaços públicos.



Foto 20. Parquinho da quadra.



Foto 21. Parquinho da quadra.



Foto 22. Espaços livres da quadra.



Foto 23. Espaços livres da quadra.

Painel 4. Fotos da SQN 109. Fonte: Bárbara Vasconcelos, 2014.

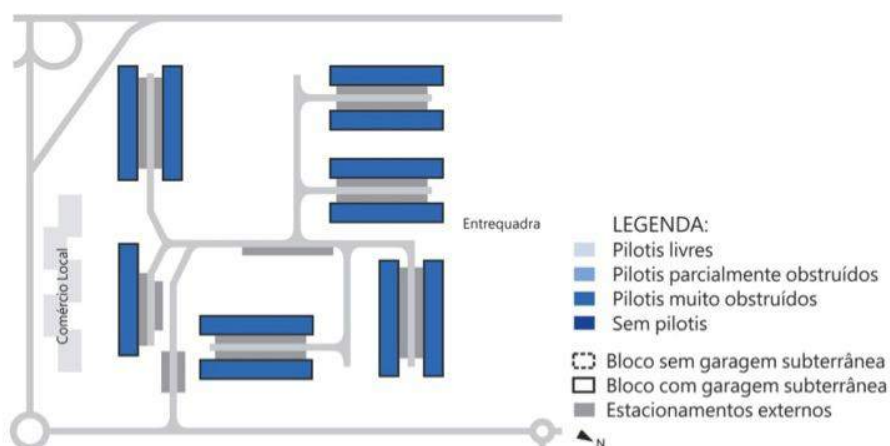
Superquadra 206 Norte (SQN 206)

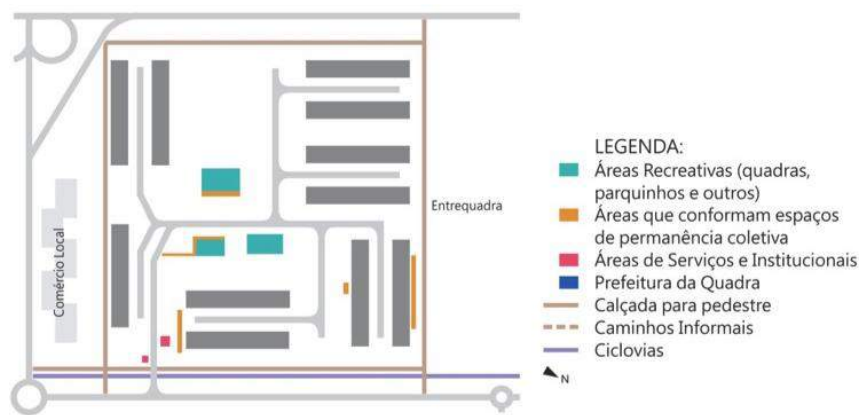
Do outro lado do Eixo Residencial Norte está a faixa das 200, onde está localizada a superquadra 206. As visitas a essa quadra foram realizadas nos dias 2 e 3 de maio de 2014. A 206 norte, que na época de sua construção era propriedade da Caixa Econômica Federal e da Universidade de Brasília, se destaca pela padronização de seus blocos residenciais, criados por Marcílio Mendes Ferreira e Takudoo Takada, arquitetos da Caixa na época da construção. Alguns blocos da quadra ainda são da UnB.

É fácil perceber o cuidado com a paisagem criada pelos blocos da quadra; suas fachadas possuem um arranjo de elementos pré-moldados que configuram grandes painéis, de forte expressividade para a identidade da quadra. São onze blocos residenciais construídos, todos alinhados de alguma forma com as linhas de contorno da quadra, criando uma área livre central. Nesse espaço estão localizados equipamentos de lazer da superquadra como campo de areia, quadra esportiva e playground. Entre os blocos G e H há ainda uma praça. A quadra também é marcada pela notável arborização dos espaços livres, além da topografia, com grande desnível, que é vencida por meio de parede de contenção (foto 10). A morfologia das vias de trânsito é bastante ramificada e todos os blocos possuem garagem subterrânea e estacionamento externo.

O comércio local é bem diversificado e pouco movimentado, não interferindo, dessa forma, na ocupação da quadra. Outra relação que não se configura é com a entrequadra, que é apenas um grande gramado que se estende até a 207, superquadra ainda não ocupada. Como estabelecimentos de serviço, a quadra possui uma banca de revista e ponto de táxi, ambos localizados na sua entrada.

A vitalidade da quadra é caracterizada por um público bem diversificado e mais intenso no final da tarde e à noite. Há muitos jovens que usam a quadra esportiva, crianças e muitas pessoas que caminham com cachorros. Além disso, a quadra possui uso dos pilotis pelos moradores, caracterizado pela presença de bancos em todos eles.





Mapa 10. Uso e ocupação dos espaços públicos.



Foto 24. Espaços livres e pilotis da quadra.



Foto 25. Parquinho da quadra.



Foto 26. Espaços livres quadra.



Foto 27. Pessoa passeando com cão.

Painel 5. Fotos da SQN 206. Fonte: Bárbara Vasconcelos, 2014.

Superquadra 315 Norte (SQN 315)

Por fim, a superquadra 315 norte, que se destaca pelo seu caráter comunitário. As visitas à quadra foram realizadas nos dias 7 e 10 de maio de 2014. A quadra possui onze blocos residenciais que seguem o gabarito de pilotis mais seis pavimentos. Os edifícios foram implantados no espaço da superquadra de modo a criar áreas públicas entre eles e principalmente no centro, que é o local principal da quadra. Nessa área, que recebe o nome de Praça Poliesportiva Edgar Bandeira Vilhalva, concentram-se equipamentos de lazer construídos pela própria prefeitura: bancos, playground, quadra esportiva, uma pequena casa construída com material reciclado, etc. Nas demais áreas públicas há equipamentos similares, porém dispostos isoladamente. Um aspecto que merece observação é a presença do cinturão verde, idealizado por Lucio Costa. Na vista aérea, fica nítida essa característica.

A vitalidade da quadra se concentra nessa praça central, apesar de haver equipamentos de lazer em outros pontos. A faixa etária do público varia ao longo do dia, porém em todos os horários da visita se observou o uso da praça. Outro ponto que caracteriza a quadra é a existência de uma feira de produtos orgânicos que ocorre na entrequadra, junto ao terreno da igreja que há ali. Além desses estabelecimentos, há banca de revista na entrada da quadra e parada de ônibus voltada para superquadra 115.

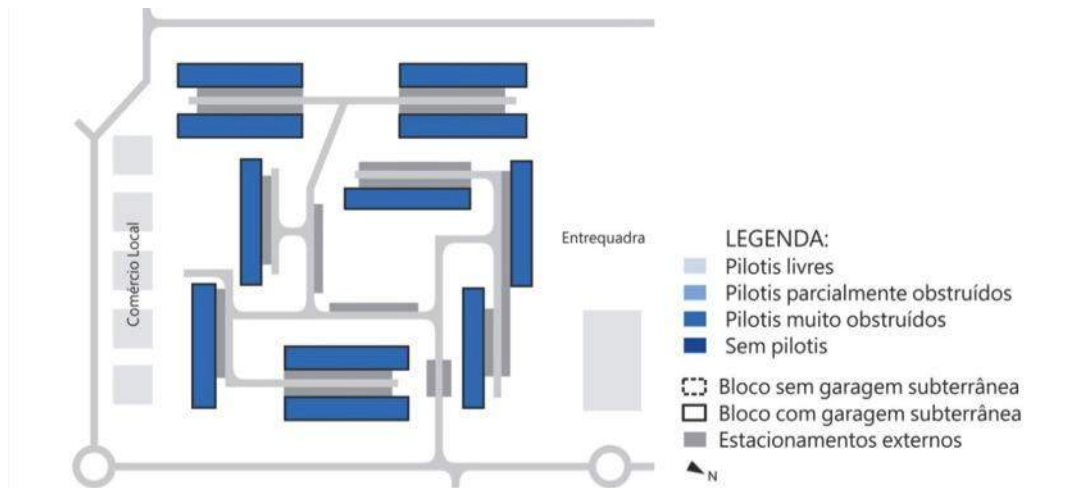


Foto 28. Quadra de poliesportiva na quadra.



Foto 29. Espaços livres na quadra.



Foto 30. Espaços livres quadra.



Foto 31. Parquinho da quadra.



Foto 32. Espaços livres quadra.



Foto 33. Parquinho da quadra.

Painel 6. Fotos da SQN 315. Fonte: Bárbara Vasconcelos, 2014.

3. Conclusões

A partir das visitas e com base nas leituras realizadas, foi possível desvelar o modo de ocupação e uso dos espaços públicos dessa pequena amostra de superquadras de Brasília. Por seguirem as mesmas diretrizes gerais de ocupação, tem-se uma ideia de padronização da forma de viver nas superquadras. Nesse sentido, a pesquisa mostra-se relevante para desvelar a heterogeneidade dos modos de usos e apropriação das superquadras de Brasília. Como ficou visível nos mapas, cada quadra possui seu próprio desenho de vias, arranjo de blocos residenciais e espaços públicos. Do mesmo modo, há particularidades quanto à dimensão social de cada quadra, envolvendo o perfil social, atividades comunitárias, presença de prefeitura.

Característica revelada foi a interação da quadra com o entorno. Os tipos de estabelecimentos presentes no comércio local podem influenciar a vitalidade da quadra e o modo de uso dos seus espaços livres públicos. Na 109 norte, por exemplo, o espaço onde se observou atividades de esporte foi na quadra esportiva existente na entrequadra. Outro aspecto que emerge das análises é uma tendência a concentração de pessoas nos espaços centrais das superquadras, o que se observa nas SQS 207, SQS 412 e SQN 315. Além disso, a presença de escolas na quadra é fator de estímulo ao uso do espaço público. O perfil etário da população também tem grande influência na distribuição de pessoas ao longo do dia e nos tipos de atividades realizadas por elas. Essas relações existentes revelam faces da dinâmica da Unidade de Vizinhança.

Com relação à ferramenta desenvolvida, apesar de englobar os principais fatores que influenciam a vitalidade dos espaços públicos, existem diversos outros aspectos que podem contribuir na forma como as pessoas os ocupam. Se ela fosse aplicada em conjunto com um questionário teria um potencial superior registrar a vida presente nas superquadras. Portanto, existe um grande potencial de continuidade da pesquisa, que consistiria em inventariar o espaço público de todas as superquadras do Plano Piloto de Brasília. Em face do exposto, conclui-se que, apesar da concepção das superquadras ter sido embasada por diretrizes comuns, existem diversos fatores que diferenciam umas das outras. E eles são responsáveis em grande medida pela forma como as pessoas se apropriam dos seus espaços e pela caracterização do público. No mais, não resta dúvida de que as diversas formas de uso e manifestação de vitalidade das superquadras são parte integrante do patrimônio imaterial de Brasília, e como tal, devem ser inventariadas no sentido de compor um registro dessa mosaico tão típico da cidade.

Referências bibliográficas

BOTELHO, Lídia Adjuto. O princípio das escalas no plano urbanístico de Brasília: sentido e valor além de proporção.

In: LEITÃO, Francisco (org). Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

COSTA, Lucio. Brasília Revisitada 1985-87. Cartilha de Preservação de Brasília. IPHAN - DF, 2009.

COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto. Brasília: GDF, 1991.

CULLEN, Gordon. (1971) Paisagem Urbana. Lisboa, Edições 70.

FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Mateus. A invenção da superquadra. Brasília: junho, 2011. IPHAN/ DF: Brasília, 2009.

FICHER, Sylvia; LEITÃO, Francisco; BATISTA, Geraldo Nogueira; FRANÇA, Dionísio Alves de. Os blocos residenciais do Plano Piloto de Brasília. In: LEITÃO, Francisco (org.) Brasília 1960-2010: passado presente e futuro. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

HOLANDA, Frederico de. (2010) Brasília: Cidade Moderna, Cidade Eterna. Brasília.

IPHAN – MinC. 2010. Plano Piloto 50 anos: Cartilha de Preservação de Brasília. Brasília: Superintendência do Iphan no Distrito Federal.UNESCO/ ICOMOS. WHC Nomination Document. 1986/ 1987.

LEITÃO, Francisco; FICHER, Sylvia. O legado cultural de Brasília In: LEITÃO, Francisco (org). Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

LIRA, Flaviana; COELHO, Manuela. ; SILVA, Mariana Leite . Apagando testemunhos: o desafio da preservação dos blocos residenciais modernos do Plano Piloto. In Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado - Arquivemória 4, 2013, Salvador. A Dimensão Urbana do Patrimônio. Salvador: IAB-BA, 2013.

LIRA, Fláviana Barreto. 2011. Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para monitoramento. Recife: Ed. Universitária.

MACAHADO, Marília. Escala residencial: superquadra – pensamento e prática urbanística. In: LEITÃO, Francisco (org). Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

TENORIO, Gabriela. (2012) Ao Desocupado em Cima da Ponte. Brasília, Arquitetura e Vida Pública. Brasília.

Uma 'vila nova' em África: para uma leitura morfológica da Arzila portuguesa

Jorge Correia

Lab2PT Laboratório de Paisagens, Património e Território, Escola de Arquitectura, Universidade do Minho
Campus de Azurém, 4800-058 Guimarães, Portugal, Telefone/fax: 00 351 916003064- 00 351 253510509
jorge.correia@arquitectura.uminho.pt

Resumo

Arzila é uma cidade do norte atlântico marroquino. A sua actual modesta dimensão esconde um passado de grande escala nos que aos seus aspectos urbanos e arquitectónicos diz respeito. Esta comunicação pretende analisar um dos seus estratos mais estreitos em termos cronológicos, porém extremamente relevante para a sua história urbana: a ocupação portuguesa entre 1471 e 1550. Os novos ocupantes decidiram-se por um encolhimento - 'atalho' - reduzindo Arzila à figura encerrada pelas actuais muralhas da sua *medina*.

A ocupação portuguesa, interrompendo um *continuum* árabe-islâmico parece, todavia, revelar sintomas de perenidade urbana até ao presente. Através de uma análise morfológica do tecido urbano, a imagem deste sector da cidade exhibe sinais claros do estrato português provenientes de uma época em que conceitos e práticas urbanas se renovavam através da fundação de vilas novas medievais e de um espírito higienista. Para uma compreensão de Arzila na sua *longue durée*, e à falta de uma cartografia histórica que documente este processo, metodologias aplicadas à morfologia urbana permitem chaves de leitura retrospectiva fundamentais para um entendimento instruído destas importantes sobreposições urbanas.

Palavras-chave

cidade islâmica, vila nova, morfologia urbana, Arzila, Marrocos

Abstract

Asilah is a town in northern Morocco. Its present size doesn't match the magnitude and importance of its past, especially as far as architectural and urban aspects are concerned. This paper examines one of its thinnest layers, yet extremely relevant for its urban history: the Portuguese occupation between 1471 and 1550. These new settlers decided a downsizing - 'atalho' - reducing Asilah to the size of its current walled medina.

*The Portuguese occupation, which interrupted an Arab-Muslim continuum, seems to reveal symptoms of urban perpetuity till the present. Through urban fabric analysis, this paper wishes to state how the narrow Portuguese stratum has marked the urban image of the town at a time when urban concepts and practices were being modernized through the experience with the founding of medieval new towns and a renovating hygienist spirit. For a comprehensive understanding of Asilah in its *longue durée*, and due to the lack of historical cartography that documents this process, urban morphology methodologies allow retrospective keys to the reading of important urban superpositions.*

Keywords

Islamic city, new town, urban morphology, Asilah, Morocco

Introdução

Arzila é uma pequena cidade do norte atlântico marroquino, a cerca de 40 km a sul de Tânger. (figura 1) A sua modesta dimensão actual esconde um passado de significativa importância política, económica e religiosa, mas sobretudo de grande escala nos que aos seus aspectos urbanos e arquitectónicos diz respeito. Esta comunicação pretende analisar um dos seus estratos mais estreitos em termos cronológicos, porém extremamente relevante para a sua história urbana: a ocupação portuguesa entre 1471 e 1550. Decorre da investigação realizada a partir de missões no terreno integradas num projecto de investigação mais abrangente, designado por "Cidades e arquitecturas portuguesas no norte de Marrocos: Alcácer Ceguer e Arzila", em colaboração com a *Direction Régional de la Culture - Tanger / Tétouan*.



Figura 1. Vista de Arzila

Processo histórico da urbe

Arzila faz parte de um processo de implantação de cidades portuguesas no Norte de África que decorreu entre 1415 e 1769, data de evacuação da última praça: Mazagão. Porém, o início do século XVI destaca-se como o período mais importante de actividade urbana e militar. (figura 2)

A cidade sofreu processos intensos de crescimento e redução da sua dimensão urbana ao longo de cerca de mil anos. Depois de um período áureo durante o domínio islâmico na Idade Média, quando a cidade preenchia uma superfície substancialmente vasta, o seu perímetro e área foram fortemente reduzidos pelos novos senhores, agora portugueses e cristãos. Conquistada em 1471 pela coroa portuguesa, os novos ocupantes decidiram-se por um encolhimento – ‘atalho’ - reduzindo Arzila à figura encerrada pelas actuais muralhas da sua *medina* histórica, voltada para o oceano.



Figura 2. Mapa do sul da Península Ibérica e Norte de África com indicação de todas as possessões portuguesas e algumas cidades de referência

A evacuação portuguesa de 1550 devolveu a cidade aos árabes que, até aos dias de hoje, reocuparam este sector central e expandiram-no extramuros. Com excepção do período de Protectorado espanhol da primeira metade do século XX, durante o qual a cidade cresceu para norte de acordo com uma nova grelha viária, a Arzila portuguesa coincide com uma interrupção num contínuo arabo-islâmico centenário. Para compreender a evolução urbana desta *medina* torna-se necessário observar o sistema que lhe confere a noção de organismo fechado, ou seja, as suas muralhas. A caracterização morfológica das suas componentes sugere três fases de evolução, sendo a segunda a portuguesa.

Torna-se difícil e arriscado tentar recuperar a imagem da Arzila pré-islâmica. Alusões ao seu passado romano ou normando confundem lenda com história, contribuindo para um discurso confuso e especulativo.¹ É certo, porém, que Arzila foi conquistada por forças árabes na sua marcha de conquista do noroeste africano. Descrições por geógrafos árabes a partir do século X dão ao sítio um estatuto de mercado secundário, evoluindo para uma cidade totalmente amuralhada, interrompida por cinco portas e possuindo uma mesquita junto à muralha oeste ou noroeste, bastante exposta a tempestades marítimas.² Para além destes pormenores, a cidade parecia oferecer então um bom porto e até um cemitério extramuros, para leste.

¹ ENCYCLOPÉDIE de l'Islam, 1960-2005, I, p. 727.

² AL BEKRI, 1918, pp. 218-219; IDRISSE, 1866, p. 202.

Através de imagem aérea ou do levantamento dos vestígios sobreviventes, é possível desenhar um longo perímetro circular que circunscreve o que hoje é grande parte da extensão extramuros da cidade. Em meados do século XX era ainda possível encontrar as ruínas de uma antiga porta islâmica colocada na direcção da cidade capital Fez, cuja localização recai exactamente no que parece ter sido o antigo perímetro islâmico, hoje uma rua curvilínea. Estatísticas demográficas apontam para seis a sete mil habitantes para Arzila no seu momento de maior vigor medieval, um número provavelmente inflacionado mas que, de qualquer modo, reforça a fama e importância da cidade então.³ A população trabalhava nos campos em redor da cidade, comerciando a norte e sul, respectivamente em Tânger e Larache. Assim, pode fazer sentido que das cinco portas da cidade enunciadas pelas descrições árabes, duas correspondessem às direcções dessas cidades, para além da de Fez. Para o lado do mar, haveria uma quarta permeabilidade para o gado e a Porta do Mar, entre a mesquita e a cidadela árabe, completaria o cenário. (figura 3)

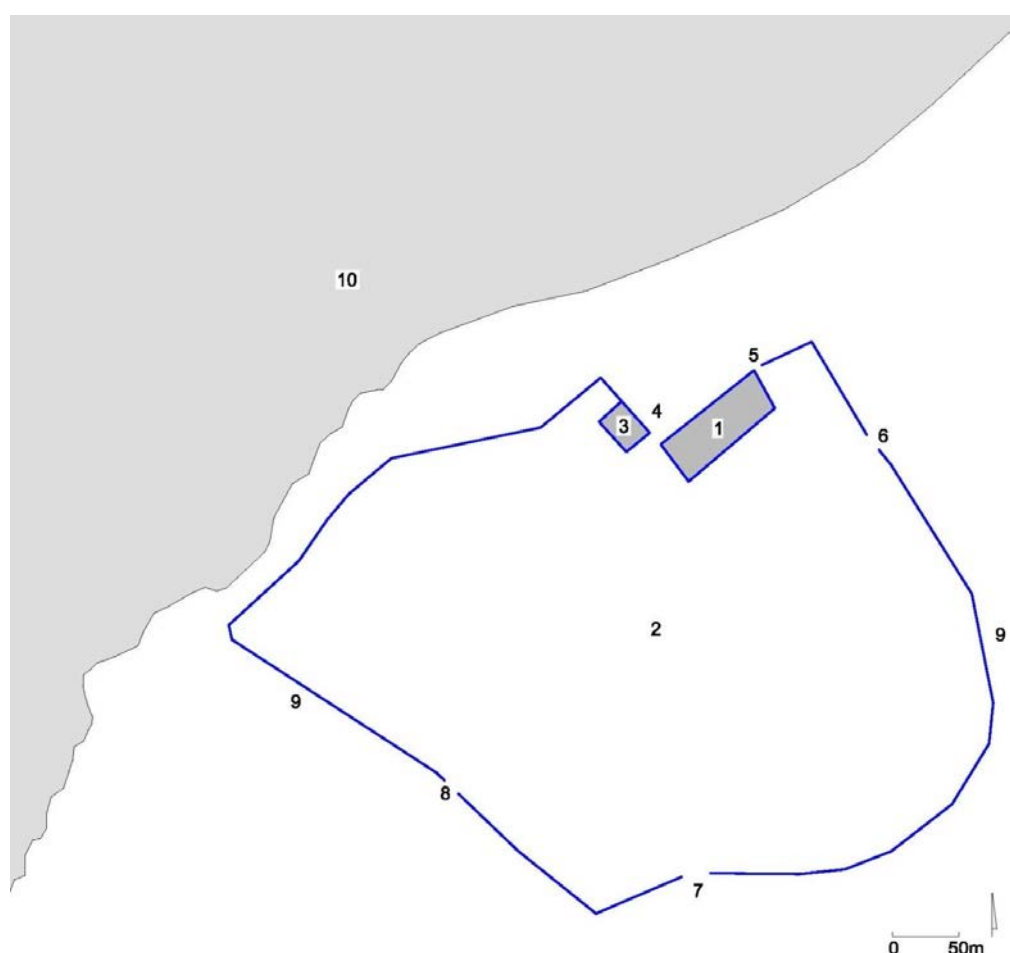


Figura 3. Arzila: reconstituição durante o período islâmico pré-português. Legenda: 1.Cidadela árabe, 2.Medina, 3.Mesquita, 4.Porta do Mar, 5.Porta do Gado, 6.Porta de Tânger?, 7.Porta de Fez, 8.Porta de Larache, 9.Muralha islâmica, 10.Oceano Atlântico

³ GÓIS, 1977, p. 70. O cronista refere cerca de cinco mil cativos e mais de duas mil mortes, incluindo mouros e portugueses. Supondo a fuga de alguns nativos, pode conjecturar-se uma população até sete mil pessoas, o que conferia uma densidade acentuada à urbe, impossível de conter num perímetro apertado como o da actual medina.

O crescimento comercial continuaria no século XIV com a visita de mercadores estrangeiros de várias nacionalidades, sobretudo de reinos da bacia mediterrânica ocidental tais como Génova, Catalunha, Maiorca, Castela e também Portugal. O apetite por este ponto da costa magrebina começava a aguçar-se nos monarcas portugueses que viam estas conquistas não só como um prolongamento da Reconquista Cristã, desta feita para lá do Estreito de Gibraltar, mas também como parte de um projecto político e económico mais vasto para controlar Marrocos.

Assim, quando os portugueses decidiram atacar e ocupar Arzila em 1471, a cidade era bastante mais vasta que a área actual intramuros encerra. Beneficiando de um tratado de tréguas por trinta anos, entre o rei de Portugal e o sultão de Fez,⁴ só na transição dos séculos XV para XVI, D. Manuel I sentiu necessidade de implementar medidas defensivas extraordinárias e concordou em reduzir a superfície urbana herdada, demasiado grande para uma eficaz sustentabilidade militar.

Esta operação denominada de 'atalho' foi aplicada em todas as conquistas portuguesas no Magrebe onde as cidades islâmicas herdadas foram cortadas e contraídas.⁵ Manifestando um espírito profundamente racional, esta técnica levou a uma exame radical das cidades apropriadas, regularizando-as geometricamente, direccionando-as para o canal marítimo e reavaliando a sua disposição interna. Como resultado de uma análise do tecido urbano e de recente trabalho de campo, esta comunicação pretende mostrar como a imagem deste sector da cidade exhibe claros sinais do estrato português provenientes de uma época em que conceitos e práticas urbanas tardo-medievais e proto-modernas na Europa.

O contra-ataque e assalto árabe de 1508 aceleraram o processo de implementação do 'atalho', reduzindo a cidade a cerca de 45% da sua extensão pré-portuguesa.⁶ Os portugueses mantiveram a metade voltada ao mar, sendo que a mancha seleccionada era composta por dois rectângulos justapostos: o mais pequeno correspondendo ao castelo e o maior ao burgo ou vila. (**figura 4**) Esta operação, desenrolada entre finais de Quatrocentos e princípios de Quinhentos, foi acompanhada por uma revisão total da arquitectura militar, incluindo uma torre de menagem e novos baluartes, num diálogo ambivalente entre simbolismo retórico e eficiência artilheira. A arquitectura militar desempenhou um papel fundamental, dispondo-se através de panos de muralhas ou baluartes geometricamente articulados de forma a criar um sistema defensivo eficaz, bem como um terraplano em torno para varrimento de tiro, aportando claras inovações proto-modernas de utilização de artilharia.

O mestre de obras Diogo Boitaca foi enviado a Arzila em 1509⁷ e, no espaço de um ano, não só dirigiu pessoalmente a edificação de uma torre de menagem, como também estabeleceu um plano de trabalhos

⁴ GUEVARA, 1940, p. 28.

⁵ CORREIA, 2008, p. 353-357

⁶ Um novo muro, de pedra e argila, traçava uma secante pelos baluartes que hoje se denominam de Tambalão e Santa Cruz. Cf: RODRIGUES, 1915-19, I, p. 11-12.

⁷ SOUSA VITERBO, 1988, I, pp. 123-125. Cf. ARZILA, Torre de Menagem, 1995, p. 34.

para ser conduzido por outro mestre, Francisco Danzilho, entre 1511 e 1514.⁸ A gravura de Braun, uma rara peça iconográfica coeva, exibe a situação durante o processo, com a torre de menagem já levantada, mas diversas porções das cortinas defensivas ainda por concluir. (figura 5) Contudo, o artista não tem dúvidas ao designar por *arx nova* (obra nova) as novas adições impostas pelo 'atalho' e por *art vetus* (obra velha) as aproveitadas do tempo islâmico. Boitaca regressaria a Arzila em 1514 para avaliar, medir e registar os trabalhos num auto.⁹



Figura 4. Arzila: planta após o 'atalho'. Legenda: 1.Castelo, 2.Vila, 3.Muro do 'atalho', 4.Antigo perímetro islâmico, 5.Zona urbanizada, 6.Torre de Menagem, 7.Porta do Castelo, 8.Porta do Mar, 9.Porta da Vila, 10.Oceano Atlântico

Embora este relatório se focasse essencialmente nas obras de cariz militar, o que se passou intramuros foi também de extrema relevância, ao reconhecer que os trabalhos avançaram para lá do originalmente estipulado, favorecendo um programa habitacional que substituiria as casas destruídas durante o assalto árabe de 1508.¹⁰ A ideia de um plano novo para a vila portuguesa nunca aparece abertamente referido;

⁸ ARCHIVO Histórico Portuguez, 1903-18, I, p. 365: "(...) Mandámos ora tomar a Diego de Alvarenga, cavaleiro da nossa casa, de todo o dinheiro e cousas que recebeo e despeneo nas obras da nossa villa de arzila, os annos de 509 e 510, em pagamento dos soldos da gente que na dita villa serviu, (...); e 10:000 rs. de mestre Butaqua; (...)". Ver também: SOUSA VITERBO, op. cit., I, p. 272-274, confrontando com RODRIGUES, op. cit., I, p. 77.

⁹ Livro das medidas de Arzila, Alcácer, Ceuta e Tânger, feitas por mestre Boytac e Bastião Luiz em 1514, in IAN-TT, Núcleo Antigo, nº 769, fls. 60-71.

¹⁰ "Ua cousa poso afirmar, que foi Francisco de Lenzina parte e causa com que Arzila se reformou de casas, porque estando as mais derrubadas dos mouros, ao tempo que entrarão, e dos soldados, nunca morador pedio ùa carga de

todavia, diversas evidências concorrem para o estabelecimento de uma nova vila na área devastada. Entre elas encontram-se várias referências a 'vila nova' versus 'vila velha'.¹¹ Tal como a gravura de Braun, a área excluída da Arzila islâmica aparece já totalmente arrasada, enquanto o burgo português surge já densamente povoado de construções, quiçá reflectindo mais um desejo que a situação real.



Figura 5. Arzila no início do século XVI, In BRAUN, Georg - *Civitates Orbis Terrarum*, 1572

Morfologia urbana: lendo o estrato português

Para encontrar o estrato português, a metodologia do trabalho assentou num cuidadoso levantamento topográfico do sector correspondente à actual *medina* de Arzila, em Marrocos, por um aturado levantamento arquitectónico das suas ruas, quarteirões ou parcelas, e pelo inventário sumário de todos os edifícios que constituem o tecido construído intramuros. Esta base actualizada de dados dimensionais e métricos permitiu gerar hipóteses interpretativas acerca da sua estratigrafia urbana na procura do período português. (figura 6)

cal ou duas que lh'a não dése, um dia e ùa semana, tudo tão liberal e largamente (...)", RODRIGUES, op. cit., I, p. 78.

¹¹ *Carta de Fernan Lopez de Cimarosa*, Arzila - 30 de Outubro de 1508, in GARCIA FIGUERAS, 1936, p. 6: "(...) los muros de la fortaleza ya munchas partes comenzadas a minar y toda la barrera de la fortaleza, que comeinza del mar hasta la Villa Vieja desamparada por falta de gente, y por mui aportillada no se atrebian a defendella, y tenianla atajada com un reparo mui flaco. (...) Los moros estan Señores de la Villa Vieja, y de la nueba, y hasta la puerta de la Fortaleza (...)".

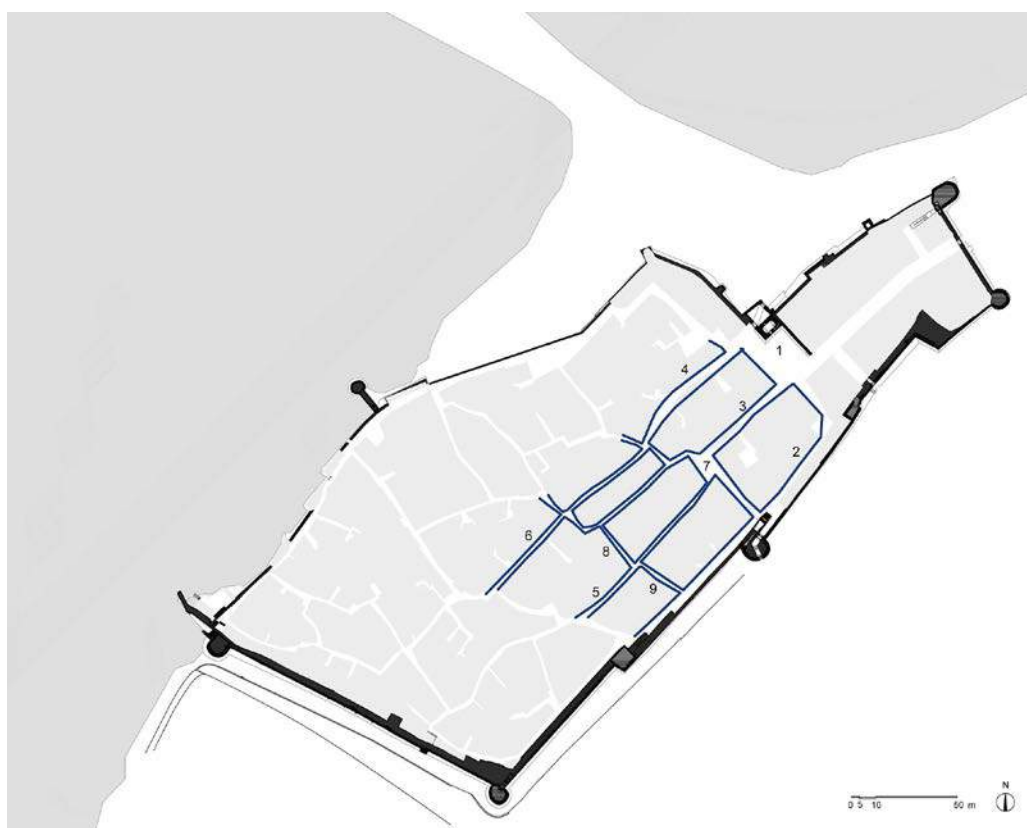


Figura 6. Arzila: reconstituição da urbe portuguesa. Legenda: 1.Place Abdellah Guennoun, 2.Rue Bab R'Mel, 3.Rue Sidi Ali Ben Handouch, 4.Rue Tijara, 5.Rue M'Jimaa, 6.Rue Kadi, 7.Place Sidi Benissa, 8.Rue Belhachemi, 9. ue M'Fadel

Alguns quarteirões com uma alta propensão para geometrias rectangulares foram formados no sector entre o castelo, a Porta do Mar e a Porta da Vila. Eram divididos por ruas paralelas e perpendiculares ao terreiro da vila, junto à torre de menagem, e às muralhas. Aproximadamente, estes quarteirões oblongos apresentavam 28 a 30 braças (cerca de 62 a 66 metros) de comprimento e um ratio de metade ou um terço para as suas larguras. Estavam rodeados por um canal desobstruído para movimentação de peças de artilharia junto aos muros da vila e estruturavam-se a partir da rua Direita, a espinha tradicional das urbes medievais portuguesas, que pode ser atribuída às actuais ruas Tijara, Sidi Ali Ben Handouch ou Bab R'Mel. O auto de Boitaca reforça este espírito racional de intervenção mencionando o cuidado dedicado no pavimento das ruas ou na distribuição pública de água através de fontes.¹²

Apenas um magro estrato na longa história da evolução desta cidade, a ocupação portuguesa parece, todavia, revelar sintomas de perenidade urbana até ao presente. Através de uma análise morfológica do tecido urbano, a imagem deste sector da cidade exhibe sinais claros do estrato português provenientes de uma época em que conceitos e práticas urbanas se renovavam através da fundação de vilas novas medievais (ou *bastides*) e de um espírito higienista subjacente a uma modernidade que se anunciava na Europa.¹³ A destruição da vila durante o contra-ataque árabe de 1508 fez deste território urbano uma

¹² Livro das medidas de Arzila, Alcácer, Ceuta e Tânger, feitas por mestre Boytac e Bastião Luiz em 1514, op. cit., fl. 64.

¹³ CORREIA, op. cit., 379-380.

quase tábua rasa. Subsequentemente, a busca de uma nova identidade decorrente de um novo senhor e de uma nova fé traduziu-se em estratégias de regularização viária, hoje mascaradas por um processo de permanente re-islamização. Ao gesto colonial tendencialmente regular e regulado sobrepôs-se, desde meados do século XVI e até à actualidade, um modelo de cidade que responde a imperativos de privacidade e sociabilidade comandadas pelo Islão. Do sistema aparentemente reticular, implantado pelos portugueses aquando da sua ocupação, ao beco que distribui um conjunto de habitações da cidade muçulmana posterior, o ambiente construído em Arzila exhibe marcas de identidades urbanas antagónicas. Efectivamente, uma série de impasses ou cul-de-sacs, designados por *derb*, têm vindo a invadir a geometria herdada do tempo português, uma marca distinta do urbanismo islâmico que privilegia padrões de privacidade.¹⁴ (figura 7)



Figura 7. Medina de Arzila: mapeamento de *derb*

Esta racionalidade imposta pelo tempo português mostra similitudes com Azamor no que aos quarteirões centrais diz respeito, com medidas semelhantes. Através de uma comparação entre Azamor e Arzila, é possível deduzir lógicas de intervenção que ultrapassam, não só o arco geográfico em questão, mas também os agentes envolvidos. Os conceitos de intervenção compreendidos nas duas praças inserem-se numa longa tradição tardo-medieval europeia de desenho e construção de *bastides*. (figura 8)

¹⁴ Sobre a diferença entre o pólo *haram* (público, autorizado ou acessível) versus o pólo *halal* (privado, proibido) da organização de uma cidade tradicional islâmica, consultar: PETRUCCIOLI, 1990, p.38.

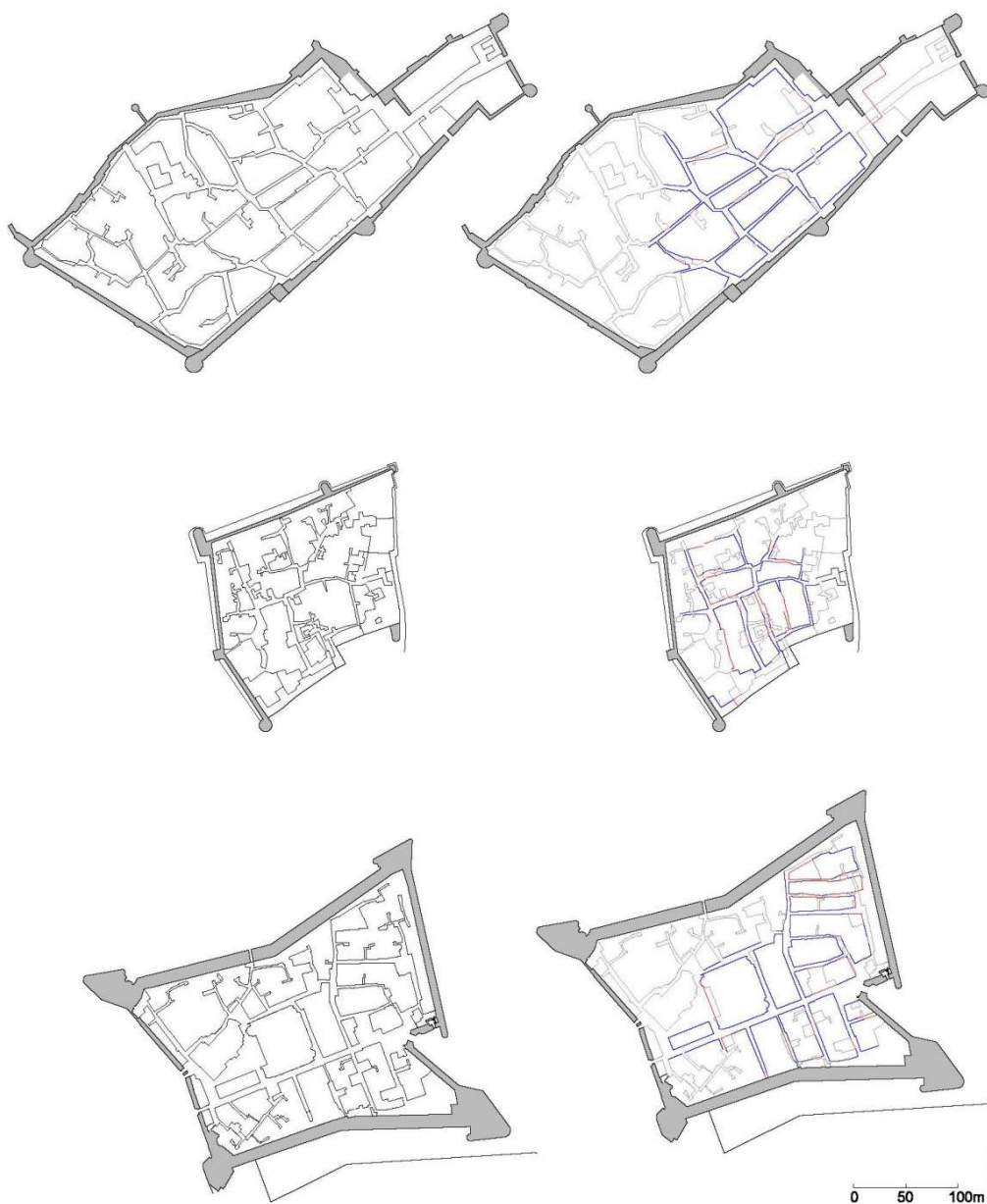


Figura 8. Diagrama comparativo entre Arzila, Azamor e Mazagão, durante o período português (de cima para baixo)

Por conseguinte, acreditamos que a fundação da vila-fortaleza de Mazagão em 1541 deva ser lida como o corolário de uma tradição urbana centrada na primeira metade do século XVI.¹⁵ Embora Mazagão represente uma ruptura epistemológica com a arquitectura militar precedente, importa anunciar que as motivações do seu desenho de cidade se comprometem também e ainda com a tradição urbana desenvolvida nos exemplos referentes a ocupações por conquista. Azamor e Arzila tornam-se pertinentes pelas suas localizações nos grupos meridional e setentrional de implantação portuguesa em Marrocos, demonstrando que nem a presença de mestres diferentes, nem a proximidade a outras experiências, impediu a emergência, o desenvolvimento e a circulação de conceitos e modelos urbanos.

¹⁵ CORREIA, op. cit., 410-411.

Conclusão

Em Arzila, a retoma árabe de 1550 veio iniciar um processo de expansão extramuros.¹⁶ A reocupação reintegra a 'vila velha' arrasada pelos portugueses e avança no sentido do antigo perímetro, agora em ruínas. Mais recentemente, na primeira metade do século XX, a política urbanística do Protectorado Espanhol desenhou uma nova ampliação reticulada, adjacente à antiga *medina*, estabelecendo as bases do desenvolvimento urbano que Arzila testemunha, fruto de recentes dinâmicas turísticas. (figura 9) Para uma compreensão de Arzila na sua *longue durée*, e à falta de uma cartografia histórica que documente este processo, metodologias aplicadas à morfologia urbana permitem chaves de leitura retrospectiva fundamentais para um entendimento instruído destas importantes sobreposições urbanas, nomeadamente a portuguesa que ainda define as presentes dimensão, forma e distribuição viária de Arzila. Por conseguinte, para uma leitura retrospectiva da morfologia urbana desta cidade, alguns binómios - colonial vs. autóctone; imagem urbana cristã vs. islâmica; regular vs. orgânico - devem ser permanentemente convocados.

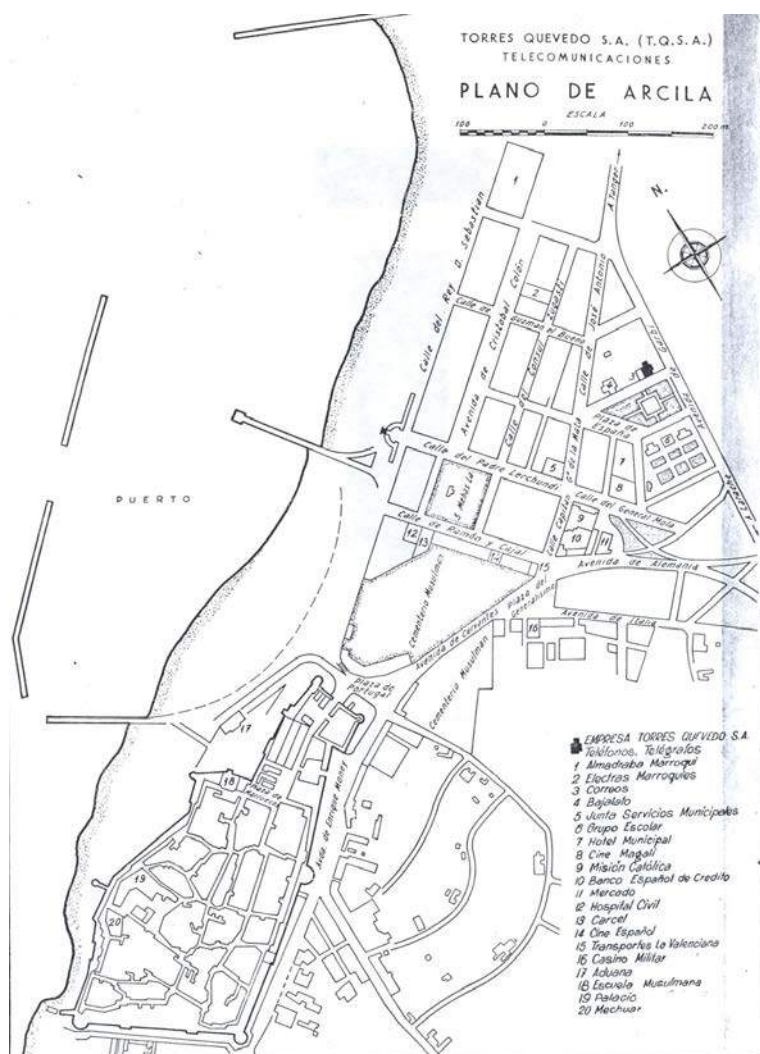


Figura 9. Plano de Arcila, in Mobile Unit Road Map (primeira metade do século XX)

¹⁶ Sobre o abandono de Arzila e Alcácer Ceguer, as duas praças setentrionais evacuadas entre 1549 e 1550, consultar: FONTOURA, 1998, p. 167-171.

Referências bibliográficas

AL BEKRI, A. O. **Description de l'Afrique Septentrionale**. Traduction par Mac Guckin de Slane. Alger: Typographie Adolphe Jourdan, 1918.

ARCHIVO Histórico Portuguez. Lisboa: [s.n.], 1903-1918. 11 vols.

ARZILA, Torre de Menagem = Le donjon d'Asilah. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

CETIN M. Contrasting perspectives on the Arab city. **Urban Morphology**. Journal of the International Seminar on Urban Form. Dorchester, v. 15, n. 1, p. 79-84, 2001.

CORREIA, J. **Implantação da cidade portuguesa no Norte de África: da tomada de Ceuta a meados do século XVI**. Porto: FAUPpublicações, 2008.

CORREIA, J.; TEIXEIRA, A.; CRUZ, M. A. L. Building and performing: early 16th-century Portuguese presence in Azammūr. **The Journal of North African Studies**, Routledge, v. 19, n. 1, p. 93-109, 2014. Special Issue.

ENCYCLOPÉDIE de l'Islam. Nouvelle Édition. Leiden : E. J. Brill / Paris: Éditions G-P. Maisonneuve & Larose S.A., 1960-2005. 11 vols.

FONTOURA, O. R. **Portugal em Marrocos na Época de D. João III: Abandono ou Permanência**. Dissertação para a licenciatura em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1966. Funchal: Centro de Estudos da História do Atlântico, 1998.

GARCIA-FIGUERAS, T. Documents espagnols sur le siège d'Arzila en 1508. **Hespéris**. Paris, v. XXIII, p. 3-8, 1936.

GÓIS, D. **Crónica do Príncipe D. João**. Edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977.

GUEVARA, A. L. **Arcila durante la ocupación Portuguesa (1471-1549)**. Tanger: Publicaciones del Instituto General Franco para la Investigación Hispano-Arabe, 1940.

GUIDONI, E. Urbanística islâmica e città medievali europee. **Storia della Città**, v. 7, p. 4-10, 1978.

HAKIM, B. S. **Arabic-Islamic Cities: Building and Planning Principles**. London: KPI, 1986.

IDRISSI **Description de l'Afrique et de l'Espagne**. Traduction, notes et glossaire par R. Dozy et M. J. Goese. Leye: E. J. Brill, 1866.

PETRUCCIOLI, A. **Dar al-Islam**. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1990.

RODRIGUES, B. **Anais de Arzila: crónica inédita do séc. XVI**. Direcção de David Lopes. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915-19. 2 vols.

SOUSA VITERBO, F. **Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses. Fac-simile da edição de 1899-1922**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1988. 3 vols.

TORRES BALBAS, L. **Ciudades hispano-musulmanas**. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores, 1985.

YOUSSEF HOTEIT, A. **Cultura, espacio y organización urbana en la ciudad islámica**. Madrid: Instituto Juan de Herrera, 1993.

Parâmetros urbanísticos e a preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Goiás

Karine Oliveira

Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, COPEDOC, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Praça Brasil Ramos Caiado, nº 04, Centro, Goiás/GO. Telefone: (31) 9224-7363
karinee@gmail.com

Resumo

O artigo apresenta os resultados do trabalho desenvolvido através do programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN. Propõe-se uma reflexão acerca da interface entre os campos do planejamento e preservação urbana, através da análise de como os parâmetros urbanísticos contribuem para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás, tombado pelo IPHAN. Nesse sentido, partindo do contexto das atividades institucionais de preservação realizadas pelo Escritório Técnico do IPHAN em Goiás, primeiramente buscou-se identificar os valores atribuídos à cidade pelo tombamento federal e as normativas urbanísticas incidentes sobre a área protegida. Também foi possível avaliar a aplicação e as limitações dos parâmetros urbanísticos estabelecidos como dispositivos de gestão do patrimônio urbano e identificar os embates entre as normas de preservação e as demandas cotidianas de intervenções. Espera-se que o trabalho contribua para aprofundar as discussões sobre o planejamento urbano enquanto mecanismo legítimo de preservação do patrimônio cultural urbano, capaz de vincular a manutenção dos valores atribuídos e a qualidade de vida nas cidades.

Palavras-chave

Patrimônio Cultural, Planejamento Urbano, Tombamento, Parâmetros Urbanísticos, Goiás.

Abstract

The article presents the results of work undertaken by the Professional Master's program in Preservation of Cultural Heritage of IPHAN. This proposes a reflection about urban planning and preservation fields, analyzing how the urbanistic parameters contribute for the preservation of the Architectural and Urbanistic set of the city of Goiás, listed by the IPHAN. Seeking this, within the context of the institutional activities of preservation taken by the Technical Office of IPHAN in Goiás, the first step was to identify the value assigned to the city by the federal declaration and the preservation rules that apply on urban land of Goiás. It was also possible to evaluate the application and limitation of the urbanistic parameters set as devices for the management of urban heritage and identify the conflicts between preservation standards and everyday demands of interventions. It is expected that this study will contribute to deepen the discussion on urban planning as a legitimate mechanism for preserving urban cultural heritage, being able to attach the maintenance of values attributed to the life quality in cities.

Keywords

Cultural heritage, Urban Planning, Registration, Urbanistic Parameters, Goias.

Observando as características específicas da cidade de Goiás, especialmente no que diz respeito à sua dinamicidade e ao interesse da preservação, surgiu o interesse em investigar como parâmetros urbanísticos podem ser utilizados como instrumento de gestão do patrimônio urbano, observando as dificuldades e as possibilidades de sua utilização na preservação dos valores atribuídos ao bem.

O caso da cidade de Goiás é extremamente pertinente para a discussão apresentada, uma vez que a trajetória do seu tombamento permite-nos fazer uma análise comparativa com as transformações conceituais sobre o patrimônio urbano e a própria instituição de preservação.

A partir do tombamento é possível depreender as motivações e os valores que foram reconhecidos na estrutura urbana, quais devem ser preservados como referência cultural. Através de critérios específicos como parâmetros urbanísticos, a atuação do IPHAN deve atender às necessidades contemporâneas e contribuir para manutenção dos valores patrimoniais atribuídos através do tombamento.

Hoje, a cidade de Goiás possui o maior conjunto arquitetônico e urbanístico tombado no âmbito federal no estado de Goiás, cujo acervo é constituído pelos monumentos tombados isoladamente nos anos 1950, representativos do período colonial, e do conjunto arquitetônico e urbanístico cujo perímetro, foi tombado em 1978 e rerratificado em 2004.

O critério da excepcionalidade, conjugada aos valores artísticos e históricos que se atribuiu a Goiás, balizou a escolha dos bens a serem tutelados, ainda que fosse ponderada a simplicidade e austeridade do conjunto. Entretanto, vale observar que, já naquele primeiro momento, fora considerada a relevância de Goiás no contexto territorial e político da época, ressaltando-se o fato de ter sido a primeira vila portuguesa fundada a oeste de Tordesilhas, a centralidade política como capital do Estado e às lendas do bandeirismo. Foram selecionados, para o tombamento, os conjuntos arquitetônicos do Largo do Chafariz, da antiga Rua da Fundição; das Igrejas de N.Sra. da Boa Morte, do Carmo, da Abadia, São Francisco e Santa Bárbara, incluindo imagens, móveis e demais objetos de culto; os edifícios da Casa de Câmara e Cadeia, o Palácio dos Governadores, o antigo Quartel do 20º Batalhão e o Chafariz da Boa Morte; as esculturas pertencentes ao Palácio dos Governadores e a imagem de N.Sra. do Rosário da antiga igreja.

As demais áreas do conjunto foram consideradas “gravemente desfigurada[s] no seu aspecto tradicional, em consequência de reformas muito prejudiciais realizadas na maioria talvez das suas construções antigas” (Processo de tombamento nº 0345-T-42, Volume I, fl. 16.). A heterogeneidade hoje encontrada, que representa valor histórico do patrimônio urbano de Goiás, não foi compreendido como autêntico na época.

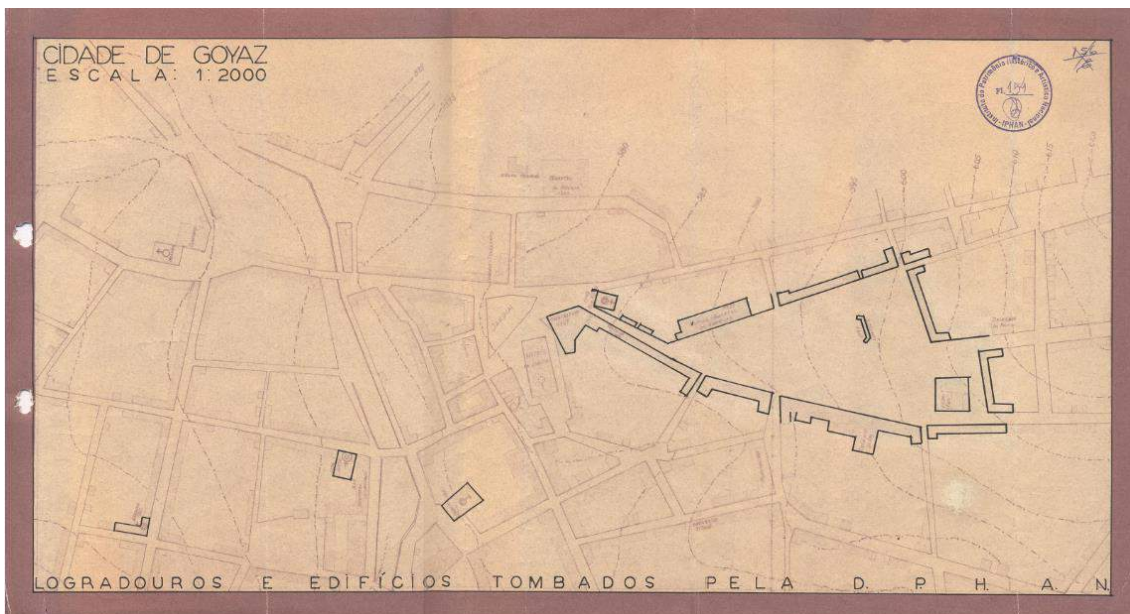


Figura 1. Planta da cidade de Goiás com marcação dos bens tombados nos anos 1950. Fonte: Processo de tombamento nº 0345-T-42, Volume I, fl. 154.

A partir dos anos 1970 o conceito de patrimônio urbano foi ressignificado. Marcia Sant'Anna (1995) associa a nova postura adotada pelo órgão de preservação às possibilidades de aproveitamento econômico do patrimônio como vetor de desenvolvimento e turismo. Neste contexto foi realizado um estudo denominado 'Roteiro Histórico e Artístico de Goiás', pelos arquitetos Belmira Finageiv e Alcides da Rocha Miranda, sobre os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos localizados na vizinhança imediata aos monumentos já tombados e das áreas referentes aos três grandes largos que estruturam o tecido urbano de Goiás: Largo do Chafariz, do Coreto e do Rosário, para fins de aplicação do tombamento.

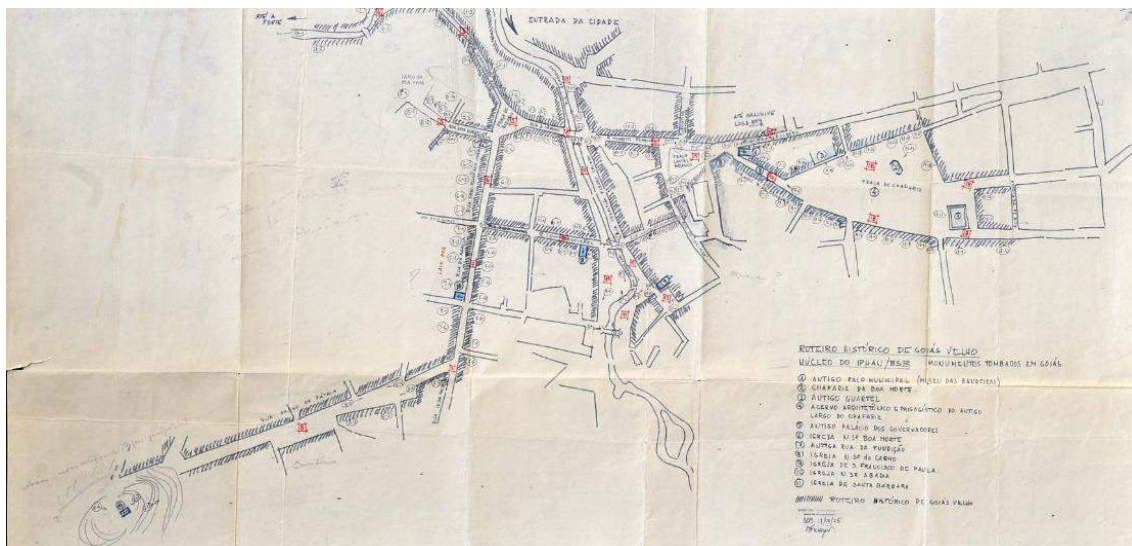


Figura 2. Estudo realizado pelos técnicos Belmira Finageiv e Alcides da Rocha Miranda para proposição da extensão do tombamento da cidade de Goiás, a partir dos logradouros protegidos pela Lei Municipal nº 16/1975. Fonte: Processo de tombamento nº 0345-T-42, Volume I, fl. 155.

A inscrição do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e Histórico é resultante de uma nova construção de valores, que reconhece o valor de documento da formação e constituição urbana. Para tanto, foram reconhecidos

aspectos específicos do trato urbano tal como conformação urbana, ambiência, cuja manutenção implica na volumetria, gabarito, recuos, etc.

Em 2001, a cidade conquistou o título de Patrimônio Mundial, observando os seguintes critérios, que se enaltecem o aspecto vernacular:

(ii) – com seu traçado e sua arquitetura, a cidade histórica de Goiás é um notável exemplo de uma cidade com características europeias admiravelmente adaptada às condições climáticas, geográficas e culturais da área central da América do Sul.

(iv) - Goiás representa a evolução de uma forma de estrutura urbana e arquitetônica representativa da colonização da América do Sul, que fez uso completo dos materiais e técnicas locais e conservou sua excepcional paisagem (Processo de tombamento nº 0345-T-42, Anexo IV, fl 0420).

Atentando para as orientações realizadas pelos técnicos da UNESCO, diante das pressões que se distenderam em função do recente título e das novas discussões no campo do patrimônio, o processo de tombamento foi novamente aberto, em 2004, para rerratificação da área tombada.

As correntes discussões sobre paisagem cultural e a dimensão antropológica do patrimônio articularam a nova construção de valores. Também havia o interesse de proteger as áreas adjacentes ao conjunto urbano histórico da especulação do solo, comprometendo a ambiência do conjunto.

A constituição da forma urbana da cidade de Goiás pode ser associada à características do urbanismo português. Embora existam muitas divergências entre os autores sobre a urbanização brasileira colonial, é inegável que as primeiras cidades brasileiras apresentavam muitas características semelhantes aos modelos de cidades portuguesas, no entanto, com as necessárias adaptações as condições climáticas, a disponibilidade de material e de mão de obra locais. Um dos pontos mais discutidos entre os estudiosos é se houve um planejamento efetivo na implantação das primeiras cidades no Brasil, uma vez que são identificadas tipologias tanto regulares, como irregulares ou mistas.

As ocupações se iniciaram na medida em que os territórios fossem interessantes para o aproveitamento econômico. A sobrevivência desses núcleos se deu por motivos específicos, no caso da antiga Vila Boa (atual cidade de Goiás), a permanência da cidade se atrela a história do Estado de Goiás (SANTANA, 2005) e a constituição de uma rede de cidades no interior do Brasil (GALVÃO JR, 2009).

Segundo os conceitos de incidentalidade e intencionalidade (COELHO, 2001), o desenvolvimento urbano da antiga Vila Boa se deu de forma incidental a principio, motivada pela atividade da mineração que determinou a divisão do território em datas ao longo do Rio Vermelho, isto é glebas privadas que acabaram por delimitar o espaço público. Entretanto o desenvolvimento urbano consequente da

ascensão política e econômica da Villa Boa, fez com que fosse necessário assumir algumas orientações com relação a forma e função urbana. O processo se inverteu e os espaços públicos criados no entorno dos edifícios institucionais e religiosos passaram a orientar e delimitar a ocupação privada.

Alguns ordenamentos e reformas promovidos pelos governadores que sucederam ainda no século XVIII sugerem algumas intencionalidades, através de ordenamentos e regularizações no núcleo; entretanto o declínio da mineração de economia já incipiente, que, segundo Santana (2005), na realidade nunca chegou a um apogeu como ocorreu em Minas Gerais, associada ao distanciamento dos grandes centros urbanos condicionou a manutenção da macroestrutura urbana (MARTINS, 2004; p.12-17), que não se modificou nem se ampliou substancialmente por praticamente todo século XIX, condicionada, novamente, aos princípios da incidentalidade.

A Carta Régia de 11 de fevereiro de 1736 mandava o então governador e capitão-general da capitania de São Paulo, o conde de Sarzedas criar uma vila nas minas de Goiás a fim de controlar a extração aurífera e a ocupação, Todavia somente D. Luiz de Mascarenhas, o fez em 1739. Trata-se do primeiro documento com ordenações para implantação da estrutura urbana. Porém, como a vila foi estabelecida no já existente Arraial de Sant'Anna e não criada, já que as condições ambientais se adequavam ao desejado, as ordenações tais como a linearidade do tecido urbano e dos terrenos não pôde ser seguida à risca. Santos (2001) afirma que

pela planta da vila, vê-se que o traçado não foi feito em linhas retas, não sendo obedecido nesse particular, o que mandava a carta régia. (...) Foram os acidentes do terreno – o rio, os outeiros cobertos de mata, etc. – que deram a configuração das principais ruas da vila (SANTOS, 2001; p. 60).

A preocupação estética foi norteadora para estas primeiras diretrizes, havia orientação para alinhamento das residências e para que seguissem o mesmo padrão tipológico daquelas existentes. As diretrizes mais próximas a algum parâmetro urbanístico, dizem respeito a manutenção da largura das vias e a delimitação de um perímetro urbano.

O esforço mais notório no sentido de ordenar e qualificar o espaço urbano foi promovido pelo governador Luiz da Cunha Menezes, em 1782, através da realização de um prospecto. O documento continha ainda um plano de alinhamento das ruas, melhorias nos edifícios e expansão reticulada da malha urbana, o que conflitou com os já proprietários dos terrenos por onde passariam a projeção de novas vias (GALVÃO JR, 2009; p.36)(MARTINS, 2004; p.49-51).



Figura 3. Plano urbano de 1782 elaborado pelo Governador Luis da Cunha Meneses. Fonte: DOSSIÊ, 2000, anexo IA, p.14, CDROM.

O século XIX foi um período de estabilização do espaço urbano da Vila Boa. Num contexto geral, o período foi caracterizado pela busca de alternativas para a base econômica e de alterações nas relações socioeconômicas. Parte da mão de obra que já não ocupava os aluviões e minas, devido ao esgotamento do modelo extrativista, foi empregada no tratamento das arquiteturas da vila, que era nada menos que capital. Todavia, as novas tecnologias construtivas, os novos padrões estéticos baseados no estilo eclético e ainda os novos padrões de vida que advieram com a insurgência da industrialização, chegaram até Goiás em ritmo lento.

Durante o período em questão, as informações que se tem a respeito da forma urbana e das arquiteturas que constituíam o espaço em Vila Boa constam nos relatos e desenhos de viajantes e cientistas, como o francês Auguste de Saint-Hilaire (1819), o inglês William John Burchell (1828), e o alemão Johann Emanuel Pohl (1819). Giovana Luz (2012) analisa que o século XIX é um período de conservação da imagem da cidade, constituída pelos atributos da sua paisagem.



Figura 4: Vila Boa retratada pelo explorador inglês William Burchell em 1828. Perspectiva da cidade no sentido de norte para sul. Fonte: Arquivo ETEC Goiás.

Nos desenhos de Burchell, datados de 1828, pode-se contemplar a mesma estrutura de paisagem retratada nos prospectos anteriores, de 1751 e 1782. Toda estrutura consolidada no século anterior, permaneceu sem que houvesse alterações expressivas até então, a expansão se prolongou das ruas já existentes à medida que a topografia fosse conveniente. Pode-se relacionar, também, o fato de que não há registros de qualquer plano urbano de reformas ou melhoramentos na estrutura da cidade.

Neste nível de intervenção, verifica-se a busca pelos melhoramentos não apenas por conforto, mas pelo requinte que eles indicavam e por afirmação sociocultural. Nos Códigos de Posturas aparecem com frequência os termos “reparo, conservação, ruína, estrago e dano” (LUZ, 2012; p. 75) associados a “embelezamento e benfeitoria” (LUZ, 2012; p.75).

À espelho do que dizia a Carta Régia de 1736, sobre o alinhamento dos perfis das casas, aparecem regulações desde o controle de venda e remembramentos de terrenos de forma que não existissem largos espaços ociosos no tecido urbano. Ainda que não afetasse a essência da realidade material urbana, é evidente o esforço político em controlar o desenvolvimento físico da cidade ao longo do século XIX.

O espaço urbano de Goiás chegou ao século XX conservando a estrutura básica da sua formação, no século XVIII e seguindo as principais diretrizes para sua expansão. Ao sobrepor as malhas urbanas referentes ao começo dos séculos XIX e XX percebe-se a manutenção das grandes áreas livres, caracterizadas pelos espaços de poder, uma vez que neles estão implantados grandes equipamentos institucionais de ordem política e civil e religiosos, foram fundamentais para permanência da forma urbana. A produção arquitetônica manteve basicamente os mesmos padrões: alinhamentos frontal e laterais, ritmo de aberturas, empena de cobertura e o esquema base de planta baixa (ver: MARTINS, 2004).

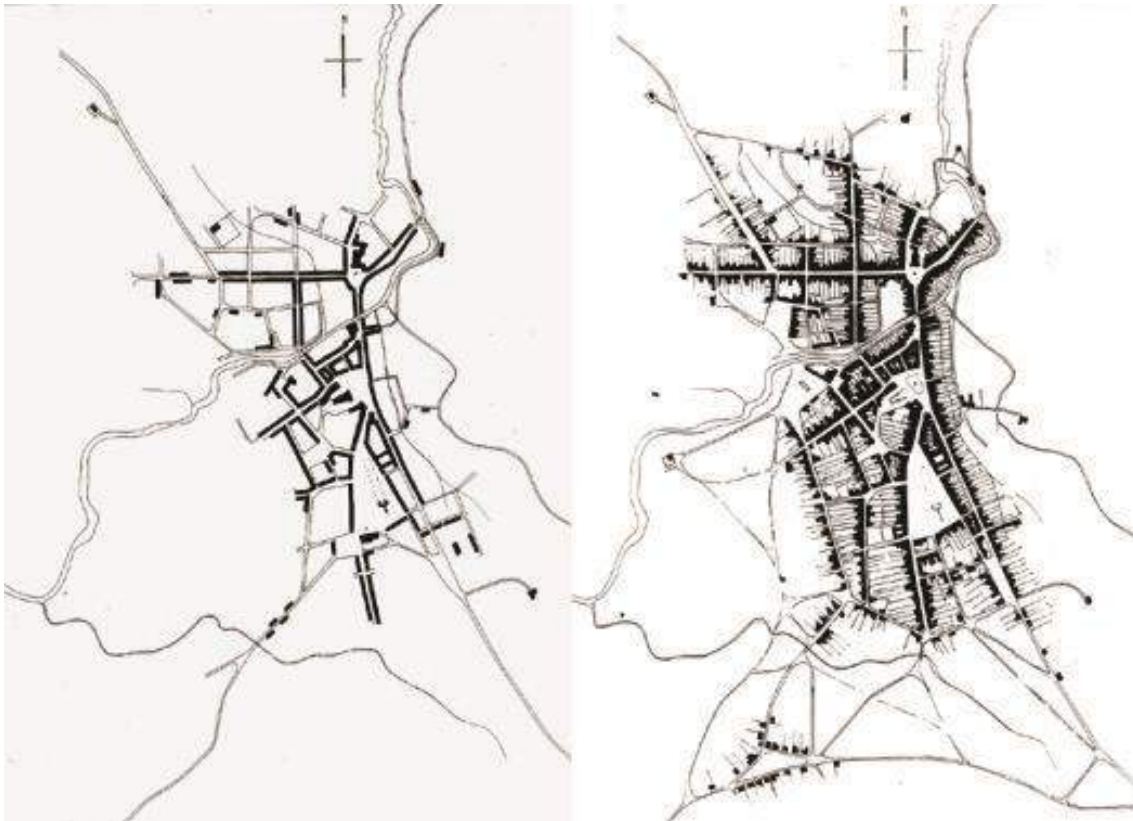


Figura 5. Esquemas de planta da estrutura urbana da cidade de Goiás nos começos dos séculos XVIII (à esquerda) e XIX (direita). (GALVÃO Jr, 2009, p.35)

Algumas transformações pontuais foram expressivas no contexto da paisagem urbana como a substituição da antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos colonial por outra neogótica, cuja torre configura um elemento marcante na paisagem urbana. Ou então a criação jardim público no largo da Matriz, e demais melhorias estruturais urbanas como a instalação da iluminação pública, água encanada. (TAMASO, 2007).

Embora a macro estrutura urbana tenha permanecido como a base tipológica da arquitetura colonial, os parâmetros urbanísticos foram alterados, caracterizando uma expressiva transformação. Os processos de desmembramentos e remembramentos do microparcelamento descaracterizaram as vias secundárias e vielas, que por sua vez, se tornaram vias de acesso, nas quais surgiram fachadas; não obstante, também é consequência disso a alteração nas taxas de permeabilidade e de ocupação, inversamente proporcionais.

Os Códigos de Postura do começo do século não tratavam objetivamente a noção de patrimônio, todavia uma série de conceitos podem ser associados à tendência do urbanismo sanitalista, demonstrando também o interesse de manutenção da paisagem e da ordem urbano, remetendo a visão do século XIX. A partir daí pode-se pensar uma incipiente noção de preservação, para a qual é recorrente o uso dos termos: “alinhamento” e “linearidade”, no esforço em manter um padrão de legibilidade urbana, consolidando a imagem e a ordem da capital.

Estes princípios definiram aspectos como contiguidade e linearidade, além do padrão das edificações, caracterizando um perfil edilício e de urbanização, cuja macroestrutura se mantém até hoje. As novas tipologias, elementos e estilos foram sendo introduzidos gradualmente, de forma que não comprometeram a estrutura e o agenciamento arquitetônico e urbano.

Concernia ao poder público neste momento a manutenção de uma imagem ordenada dos espaços públicos, consoante as preocupações higienistas e sanitaristas do começo do século, mas mantendo a leitura urbana que se constituiu desde o século XIX.

A transferência da capital para Goiânia, em 1937, efeito do projeto progressista do estadista Pedro Ludovico, foi traumática no aspecto urbanístico. A mudança de grandes instituições e famílias inteiras alterou completamente a dinâmica urbana, deixando em desuso não apenas imóveis, mas espaços públicos e estagnando as atividades econômicas. O abandono fez surgir, em pouco tempo, ruínas e edifícios inabitáveis, motivo pelo qual é muito frequente encontrar na legislação dos anos 1940, apoio fiscal para os imóveis que se encontrassem nesta condição. Entretanto, a espoliação, vislumbrada a partir da contemporaneidade, foi um dos fatores que contribuiu para a manutenção da estrutura urbana e arquitetônica existente.

A preocupação de se propor legislações que conservassem a paisagem harmoniosa da capital segundo o padrão de edificações alinhadas e com ritmo foi determinante para a manutenção do patrimônio urbano da cidade de Goiás. Isto é, elas condicionaram que determinados padrões permanecessem nas estruturas arquitetônica e urbanística, muito embora sinalizassem alguma repulsa ao estilo arquitetônico tradicional, utilizando termos pejorativos como “beiradão” ou permitissem a inserção do “gosto moderno”, o que resultou na introdução dos novos estilos arquitetônicos do século XX no contexto tradicional. É interessante observar que no recorte temporal dos anos 1940/1950 – interim entre a perda da capital e os primeiros tombamentos – houve um grande volume de melhoramentos e empreendimentos na infraestrutura urbana, como obras de pavimentação de ruas, estradas, ordenação de tráfego, construção e reconstrução de pontes.

Isabela Tamasso (2004) se refere aos tombamentos como “o paradoxal início da restituição” (TAMASSO, 2004, p.119), o início das predisposições para preservação foram motivadas pela retórica da perda, acentuada no momento da mudança da capital.

Com os primeiros tombamentos, surgiram conflitos com a população, devido a equívocos sobre o que este ato representava. Houve bastante resistência, uma vez que o senso comum pregava que o tombamento comprometeria o progresso numa cidade já estagnada, com o congelamento da estrutura urbana. Diante dos embates, a ação do poder público foi tentar atenuar o que entendia como sendo ônus ao proprietário de imóvel tombado, através de incentivos fiscais.

Muitos equívocos acompanharam a incorporação da categoria “patrimônio histórico” na cidade de Goiás, sendo o mais significativo o fato de que as políticas urbanas empreendidas pelo poder público municipal, nos primeiros anos de proteção não se pautaram nas discussões sobre preservação.

A partir do tombamento, especialmente ao longo dos anos 1970, foi constatada uma mudança de paradigma com relação à definição de critérios de preservação. A Lei nº16 de 03 de julho de 1975, que propôs a proteção de logradouros além da definição da área então tombada, tão logo ensejou a ampliação do próprio tombamento, resultante da construção de novos valores, que por sua vez influenciou as legislações nos anos seguintes.

O conjunto da legislação urbanística dos anos 1980, entre elas, as Leis de Uso e Ocupação do Solo, Zoneamento e Código de Edificações estabeleceram diretrizes e definições gerais de preservação, não especificando parâmetros urbanísticos. Todavia, cabe observar que, mesmo que de forma incipiente, os novos valores atribuídos à área tombada ampliada, foram assimilados pelas novas posturas. Inclusive as áreas verdes que logo seriam incluídas na reatificação do tombamento, já foram interpretadas como elementos de valor paisagístico naquele momento. Também o Plano Diretor notoriamente absorveu as noções sobre visibilidade e ambiência em discussão. Mesmo que os parâmetros ainda estivessem vagos, os conceitos aparecem nas definições sobre os elementos a serem preservados, respaldando a preservação do conjunto.

No âmbito institucional, das atividades de preservação do IPHAN, a Portaria nº001 de 22 de abril de 1993 foi o marco regulatório das intervenções na área protegida, construída sob os valores que ensejaram o tombamento em 1978, além dos princípios de visibilidade e ambiência, especialmente considerando abordagem para definição da área de entorno, cuja delimitação foi formalizada por este instrumento.

Apesar de, novamente, os perímetros de tombamento e da área de entorno do bem terem sido ampliados em 2004, sob a noção de paisagem cultural, a Portaria nº001/1993 ainda é o marco regulatório utilizado nas atividades cotidianas de preservação. Após verificar que, de fato, os parâmetros urbanísticos determinados ao longo da história da ocupação e das transformações da cidade de Goiás condicionaram sua estrutura urbana, seus padrões arquitetônicos e contribuíram para sua preservação, foi necessário entender o outro lado do embate, isto é, quais são as demandas de transformação que defrontam (ou não) os critérios de preservação.

As atividades e procedimentos de praxe que compõem a atribuição institucional de preservação do IPHAN são pautadas nos valores atribuídos pelo tombamento e subsidiadas por critérios e determinações técnicas tais como normativas e legislações. A fim de verificar se os atuais parâmetros urbanísticos enquanto instrumento de planejamento urbano tem contribuído para a preservação da área protegida,

foram sistematizadas informações do trabalho realizado pelo Escritório Técnico do IPHAN – ETEC - na cidade de Goiás.

O método utilizado para se construir um perfil das demandas de transformação consistiu no levantamento documental das solicitações para intervenções em imóveis inseridos na área tombada e dos despachos após a análise de tais solicitações no ETEC. Os procedimentos de análise, assim como as ações de fiscalização são regulamentados pelas Portarias IPHAN nº420 e nº187, ambas de 2010 – por isso, para fins da pesquisa foi determinado o recorte temporal 2011-2013. A sistematização destes documentos em dados permitiu inferir a linguagem utilizada pela instituição de preservação e o perfil das demandas de transformação no Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás. Os Requerimentos, formulários de solicitação de intervenção, revelam o programa de necessidades da área e Pareceres Técnicos, enquanto despachos, manifestam a interpretação e a posição institucional, concorde ou não com tais solicitações.

No formulário de Requerimento constam as seguintes informações: a identificação do requerente e do bem a que se pretende intervir, e a solicitação pretendida, que pode ser classificada em: 1. Informação Básica; 2. Consulta Prévia; 3. Reforma Simplificada ou Instalações Provisórias; 4. Instalação de Equipamento Publicitário; e 5. Realização de Obras.

Os tipos “Informação Básica” e “Consulta Prévia” remetem as consultas e solicitação de orientações sobre quais intervenções são possíveis em determinado terreno ou edificação. Para a primeira, o IPHAN deve informar os critérios e parâmetros incidentes sobre o local da intervenção e para a segunda, procede-se a análise do estudo preliminar de projeto de intervenção, orientando o desenvolvimento do anteprojeto que, ao ser concluído, deve ser novamente submetido a análise. Os demais tipos se referem ao procedimento de análise dos projetos de instalação de engenhos de publicidade; de reformas simplificadas, que consistem na realização de procedimentos de manutenção e de realização de obras mais complexas que implicam em alterações no arcabouço do imóvel ou construções novas.

O formulário ainda possui campo destinado a “Descrever os serviços a serem executados”. A partir das informações relatadas neste campo, foi possível estabelecer uma série de correlações entre as interpretações das categorias de intervenção e os serviços que caracterizam as demandas de solicitações. Nas solicitações tipo Reforma Simplificada, verificam-se algumas expressões frequentes como “reforma geral do imóvel” ou “reparos internos e externos”, que podem representar uma vasta gama de serviços possíveis.

A partir do acompanhamento das intervenções na rotina institucional, pode-se constatar que as solicitações do tipo Reforma Simplificada remetem à realização de serviços de manutenção tais como: troca de piso ou de esquadrias, instalação de forro, reparo de reboco, execução ou ampliação de muro.

Em outros casos, menos frequentes, se referem a alterações de layout ou remanejamento dos vãos internos, construção de anexos e instalações elétricas ou hidrossanitárias. Frequentemente são especificadas as intervenções pretendidas como “reforma geral: “demolição/construção de parede interna; abrir vão; construção de banheiro na parte posterior do imóvel” entre outros.

Cabe destacar, dentro do universo total das solicitações, há predominância para realização de pintura externa da edificação. Este dado pode ser relacionado às atividades rotinas do ETEC Goiás. O chamado “Estudo de Cor” consiste na simulação digital da intervenção pretendida através de máscaras sobre foto do imóvel em questão. É uma metodologia utilizada tanto para prestação de orientação técnica, promovendo aproximação e diálogo com a comunidade, como para as análises de projeto dentro das atividades internas. De alguma forma, essa prática se popularizou entre a comunidade, que positivamente, passou a frequentar o IPHAN para discutir, em conjunto, as propostas de intervenções. Vale observar que a pintura dos imóveis, além de uma prática preventiva de conservação, também valoriza a paisagem urbana e sinaliza que existe cuidado dos proprietários ou usuários com os imóveis.



Figura 6. Estudo de cor imóvel Largo do Rosário. Simulação das cores dentro da paleta possível conforme o estilo do imóvel. Fonte: arquivo ETEC Goiás.

As alterações mais significativas na composição de fachada remetem principalmente à abertura de vãos de garagem ou vitrines. A crescente utilização de carros nos centros históricos se refere não apenas a demanda de melhoria da mobilidade urbana, incluindo a necessidade de prever estacionamentos, mas também do acréscimo de garagem ao programa arquitetônico da arquitetura tradicional. Esta é uma demanda a ser enfrentada pelo IPHAN que merece uma discussão institucional específica.

Com relação às intervenções no espaço urbano, foram verificadas poucas solicitações, nos quais são descritos serviços de instalações provisórias no espaço público e mobiliário urbano. Esta é uma questão especialmente delicada, uma vez que se trata de um conjunto urbanístico tombado, inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A dificuldade institucional reside no fato de que os meios e instrumentos disponíveis para a preservação nem sempre acompanham efetivamente as transformações conceituais nos campos do patrimônio e urbanismo. Verifica-se que a noção e o valor da

escala urbana ainda são preteridos em função da abordagem do objeto arquitetônico, nos instrumentos de gestão do patrimônio urbano.

A posição institucional, pautada nos valores atribuídos pelo tombamento, cuja missão consiste em preservar o conjunto urbano, é estruturada no Parecer Técnico. O documento apresenta breve caracterização do bem e da solicitação procedente. Também estabelece categorias de intervenção a serem assinaladas no campo “Motivo Solicitação”, semelhantes as categorias enumeradas no formulário de Requerimento: 1.Informação Básica; 2.Consulta Prévia; 3.Equipamento Publicitário/Sinalização; 4.Reforma Simplificada; 5.Reformas ou Construções Novas e 6.Obras de Restauração. São possíveis três despachos para a solicitação: “deferida”; “deferida conforme especificações do parecer”; e “indeferida”.

Do total de pareceres emitidos no período, a maior parte concluiu por deferir as solicitações. Deste universo de aprovações, a expressiva maioria corresponde às solicitações de “Reforma Simplificada”, em geral referentes aos serviços de manutenção do imóvel. Grande parte das “Obras de Restauração” também foram deferidas, sendo consideradas, nas análises, como “procedimentos favoráveis a conservação do bem”¹. Também cabe destacar que as intervenções deferidas se concentraram nos imóveis assinalados como pouco alterados ou em bom estado de conservação.

Do universo de “deferimentos conforme especificações”, maior parte correspondem às “Reforma Simplificada” e instalação de “Equipamento Publicitário/Sinalização”. De fato, é necessário prestar orientações técnicas para tais demandas. Conforme já observado, muitas vezes não são apresentados projetos de intervenção para a categoria “Reforma Simplificada”, diante disso, o Parecer Técnico apresenta as recomendações para a intervenção.

Com relação à aplicação da Portaria nº001/1993, marco referencial dos critérios de preservação do conjunto, verifica-se sua alusão direta especialmente nos pareceres que concluem pelo indeferimento ou deferimento conforme especificações. Da amostra de Pareceres em que a Portaria nº001/1993 é mencionada, é curioso observar que a maior parte responde por intervenções na área de entorno, o que é bastante contudente com a própria estrutura da Portaria, qual se desdobra mais exaustivamente sobre os critérios e parâmetros para a área de entorno. Os artigos citados mais frequentemente dizem respeito aos critérios sobre volumetria, a composição de fachadas e de telhados das novas construções e definição da taxa de ocupação máxima.

Investigando a amostra dos indeferimentos, verificou-se, nos Pareceres que não citam a Portaria nº001/1993, a construção de argumentos pautada em estudos técnicos específicos, tais como: estudos

¹ Infere-se que, por se tratar de serviços altamente especializados, os projetos apresentados para as Obras de Restauração, observam e adotam aos critérios e princípios de preservação, de forma que são predominantemente deferidos, ou deferidos conforme exigências.

de visadas, estudos de perfil de via, levantamentos arquitetônicos para análise do arcabouço e tipologia do imóvel, análises de vizinhança imediata, entre outros, para a definição dos critérios de intervenção. Estas questões apontam as limitações e fragilidades da Portaria nº001, bem como das demais normativas e leis incidentes sobre o solo urbano protegido, com relação ao perfil das demandas atuais.

A questão dos valores atribuídos aos bens materiais consiste em aspectos subjetivos os quais, muitas vezes, são de difícil interlocução, pois envolvem valores afetivos ou simbólicos. Qualquer ação em bens culturais não é exclusivamente técnica, pois exige uma reflexão crítica fundamentada nos valores e significados que lhes foram atribuídos.

Outra dificuldade de gestão consiste na especificidade dos instrumentos legais, que contemplam mais os aspectos arquitetônicos que urbanísticos. A pauta de gestão de uma área urbana tombada deve ser indissociável do planejamento urbano, tendo relação estreita com planos diretores, plano de mobilidade, de expansão urbana, de áreas verdes, entre outros, além das legislações de uso e ocupação. A visão de proteção urbana, ao que parece, no atual quadro da gestão do conjunto protegido, concentra-se mais nas diretrizes de manutenção das tipologias e características arquitetônicas das edificações que compõem o conjunto urbano. O que se percebe das normativas de preservação é que são estabelecidos prioritariamente critérios para as edificações e que estes, por sua vez, devem ratificar a preservação do todo, isto é, da cidade.

Não significa que o planejamento urbano assegure por completo a preservação do patrimônio cultural das cidades, nem se pretende estigmatizar a atual lógica entre preservação e planejamento, mas sugere-se a exploração de novas perspectivas em que se possam conciliar os campos e seus dilemas. O planejamento é uma importante ferramenta e um campo de discussão que pode trazer novas possibilidades para a proteção de áreas urbanas tombadas de maneira objetiva. Os parâmetros urbanísticos, quando aplicados em áreas urbanas protegidas, oferecem suporte e consistência às decisões práticas.

Em termos gerais, o que se percebe das legislações urbanísticas incidentes sobre a área protegida pelo tombamento na cidade de Goiás é que as definições quanto às intervenções são muito vagas, e o diálogo com a preservação é postergado em função da definição de critérios pelo IPHAN. Na pauta da gestão da preservação, devem ser levantadas as pautas das competências concorrentes e complementares dos diferentes âmbitos do poder público, definidas pela Constituição Federal de 1988, bem como a necessidade de um diálogo mais estreito entre as diferentes instituições voltadas para a preservação do patrimônio cultural. Por outro lado, na definição das normativas institucionais, cabe converter, de maneira mais clara e prática, os conceitos e valores atribuídos em diretrizes que sirvam de referência tanto para a definição de parâmetros urbanísticos e demais índices, quanto para a regulamentação dos instrumentos instituídos pelos poderes competentes, para orientar os estudos técnicos.

O que deve estar claro é que todas as definições para intervenções em bens culturais urbanos devem ter “por completo o objetivo primeiro (...) conservar e transmitir ao futuro o legado do passado” (CUNHA, 2010, p.158). Para que o planejamento urbano seja válido enquanto ferramenta de preservação, é fundamental a reflexão sobre as definições e os critérios mais adequados ao bem, sempre afinados aos valores atribuídos.

Espera-se que as discussões aqui levantadas incitem novas reflexões sobre a gestão do patrimônio cultural urbano através da interface entre os campos da preservação e do planejamento urbano. É preciso aprofundar o debate se propor novas formas eficientes para que se possa preservar a memória das cidades, conciliando a qualidade de vida da população. Além do que, acredita-se que os questionamentos possam subsidiar o aperfeiçoamento da gestão institucional, que deve ser constante, com o fim maior de proteger, valorizar e fomentar o patrimônio cultural urbano.

Referências bibliográficas

- ACERVO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, LISBOA, PORTUGAL. Acervo Documental. IPEHBC/UCG. Goiânia/GO.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
- ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN/ SEÇÃO RIO DE JANEIRO. Série Processos de Tombamento. **Processo nº 345-T-42 - Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás (Go)**. 04 vol.
- BARROS, Ana Maria Furbino Bretas; CARVALHO, Celso Santos; MONTANDON, Daniel Todtmann. O Estatuto da Cidade comentado. In: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia. **O Estatuto da Cidade comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades, 2010. p. 91-117.
- BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século VIII**. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: USP, 2007.
- BOITO, Camilo. **Os Restauradores**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- BRANDI, Cesare, **Teoria da Restauração**. Cotia –SP: Ateliê Editorial, 2004.
- BRASIL, Antônio Americano do. **Súmula de história de Goiás**. 2. ed. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1961.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CASTRO, Sônia Rabello de. **O estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.
- CJ ARQUITETURA: 40 anos do Patrimônio Histórico**. Rio de Janeiro: Pc Editora, n. 17, 1977.
- COELHO, Gustavo Neiva. **Arquitetura da mineração em Goiás**. Goiânia: Ed. UCG, 1996.
- _____. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás**. Goiânia: IAB, 1999.
- _____. **O Espaço urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.
- CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. São Paulo: Global Editora, 14. ed. 1987.
- _____. **Villa Boa de Goyaz**. São Paulo: Global, 2 ed. 2003.
- CORONA, Eduardo e LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: Artshow Books, 1989.
- CUNHA, Claudia dos Reis. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do Iphan**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2010.
- CURY, Isabelle (org.). **Cartas patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- DELGADO, Andrea Ferreira. **A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias**. Tese de Doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2003.
- DOSSIÊ de **Proposição de inscrição da cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade**. Goiânia, 2000. CD-ROM, 6 anexos

- FINAGEIV, Belmira. **Carta à cidade de Goiás**. Brasília: IPHAN, 1983.
- GALVÃO JUNIOR, José Leme. **Patrimônio cultural urbano – Preservação e desenvolvimento**. Brasília: UnB, 2009.
- _____ e BERTRAN, Paulo. **Evolução Urbana da cidade de Goiás no período colonial**. Belo Horizonte: 1987, (sem publicação).
- GEERTZ, Clifford. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Editora UNB, 1996.
- LACERDA, Regina. **Vila Boa: história e folclore**. Goiânia: Oriente, 1977.
- LAMAS, José M. R. Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Ed. Calouste Gulbekian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnologia, 1992.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.
- LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Ed. Unicamp, Aracaju: Ed. UFS, 2004.
- LUZ, Giovana Emos. **Goyaz, entre a forma e a função urbana: um estudo sobre a imagem da cidade no século XIX (1845-1880)**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2012.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LYNCH, Kevin. **De que tempo es este lugar?** Para una nueva definición del ambiente. Barcelona: Gustavo Gili, 1975.
- MADEIRA, Fernando; VALIO, Walter Vilhena. **Nova carta à cidade de Goiás**. Brasília: IPHAN, 2007.
- MARICATO, Ermínia. O estatuto da cidade periférica. In: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia. **O estatuto da cidade comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades, 2010. p. 5-22.
- MARTINS, Fátima de Macedo. **Arquitetura vernacular de Goiás: análise de um patrimônio cultural**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2004.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. **A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano**. In: MORI, Victor Hugo (Org.). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: Edições 9ª SR/IPHAN, 2006. p. 36-72
- MOTTA, Lia. A Apropriação do Patrimônio urbanos: Do Estético-Estilístico Nacional ao Consumo Visual Global. In: **Espaço da Diferença**. ARANTES. Antonio (org.). São Paulo: Papyrus, 2000.
- MOTTA, Lia. O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, nº. 34, p.249-280, 2012.
- MUNFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- OLIVEIRA, Karine Camila. **Reabilitação ambiental urbana**. Monografia de conclusão de curso. Uberlândia: UFU, 2010.
- OLIVEIRA, Karine Camila. **Parâmetros urbanísticos e a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPHAN, 2014.

- PALACIN, Luís. **O século do ouro em Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, 1994.
- REIS, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000.
- ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Província de Goiás**: tradução de Regina Regis Junqueira. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1975.
- SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade documento** - a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1995.
- SANTANA, Beatriz Otto. **Espaços urbanos: a casa vilaboenses no século XIX** – memória de um tempo e de um povo. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UCG, 2005.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- SPHAN; PRÓ/MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1980.
- TAMASO, Izabela. **Em nome do patrimônio** – Representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2007.
- TEIXEIRA, Manuel C. A influência dos modelos urbanos portugueses na origem da cidade brasileira. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, IV., 1997, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 1997, p. 216.
- TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia, Ed. Oriente, 1978.
- TELES, José Mendonça et. al (coord). **Arquivo Histórico Ultramarino Lisboa-Portugal**. Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura/IPEH-BC, 2001.
- VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard. **Intervenções em Centros Urbanos**. Objetivos, Estratégias e Resultados. Barueri, SP: Manole, 2006.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasil, 1988.
- _____. **Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasil, 1937.
- _____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade. Brasil, 2001.
- GOIÁS. **Decreto-Lei nº02, de 20 de janeiro de 1941**. Goiás, 1941.
- _____. **Lei nº06, de 14 de setembro de 1983**. Dispõe sobre o zoneamento do solo urbano de Goiás e dá outras providências. Goiás, 1983.
- _____. **Lei nº07, de 14 de setembro de 1983**. Código de Edificações do Município de Goiás e dá outras providências. Goiás, 1983.
- _____. **Lei nº08, de 14 de setembro de 1983**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do Município de Goiás e dá outras providências. Goiás, 1983.
- _____. **Lei nº 16, de 03 de julho de 1975**. Fixa normas para a aprovação de projetos de edificação, restauração, demolição ou qualquer outra modificação nos edifícios de qualquer natureza no perímetro urbano da cidade de Goiás. Goiás, 1976.

_____. **Lei nº206, de agosto de 1996.** Plano Diretor. Estabelece a política urbana, o perímetro, a preservação do patrimônio histórico e patrimônio natural, a locação das atividades, o parcelamento do solo, normas para edificações e posturas no município de Goiás. Goiás, 1996.

_____. **Lei nº382, de 28 de janeiro de 1916.** Obrigando as pessoas que pretenderem construir, acrescentar ou modificar prédios no perímetro urbano a apresentar plano completo da obra. Goiás, 1916.

_____. **Lei nº548 de 11 de outubro de 1925.** Código de Posturas do Município da Capital de Goyaz. Goiás, 1925.

_____. **Lei nº2.985, de 23 de junho de 1918.** Código de Posturas. Goiás, 1918.

_____. **Lei nº382, de 28 de janeiro de 1916.** Obrigando as pessoas que pretenderem construir, acrescentar ou modificar prédios no perímetro urbano a apresentar plano completo da obra. Goiás, 1916.

_____. **Lei nº39, de 14 de dezembro de 1916.** Código de Posturas. Goiás, 1916.

_____. **Projeto de Decreto-Lei nº 371 de 25 de maio de 1940.** Regulando a isenção de impostos. Goiás, 1940.

_____. **Projeto de Lei nº 25 de 26 de dezembro de 1978.** Institui o código de edificações e dá outras providências. Goiás, 1978.

_____. **Projeto de Lei nº 30, de 1975.** Concede desconto de 50% no imposto predial tributado aos proprietários que conservarem seus imóveis dentro dos padrões coloniais. Goiás, 1975.

_____. **Projeto de Lei nº 495, de 21 de novembro de 1960.** Fixa em 10% os impostos predial urbano todos os prédios tombados pelo Insitituto Histórico Geográfico, e outras providencias. Goiás, 1960.

_____. **Recorte de Lei não identificado, de 29 de novembro de 1952.** Goiás, 1952.

IBPC. **Portaria nº001, de 21 de dezembro de 1993.** Brasília, 1993.

IPHAN. **Portaria nº187, de 11 de junho de 2010.** Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações. Brasília, 2010.

_____. **Portaria nº420, de 22 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. Brasília, 2010.



Análise Tipológica das Casas Térreas e dos Sobrados do Centro Histórico de Belém do Pará

Lúcia Hidaka

Núcleo de Estudo de Projetos Especiais – NUPES, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas.
Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro dos Martins, CEP: 57072-900, Maceió/Alagoas/Brasil, Telefone/fax: 55 082 93311635.
lucia.hidaka@fau.ufal.br

Resumo

Este artigo apresenta parte de pesquisa desenvolvida há pouco mais de uma década no Centro Histórico de Belém do Pará – CHB. Os objetos de estudo são casas térreas e sobrados do período colonial brasileiro. Estes foram estudados segundo o método de análise tipológica de Savério Muratori, focando a conformação interna do morar nestes. A importância da análise tipológica de bens não excepcionais, que geram a ambiência do sítio patrimonial, é a identificação das constantes, neste trabalho consideradas o “tipo”. A informação de campo foi cruzada com as referências sobre habitação colonial no Brasil frente o olhar teórico da Escola Muratoriana. Concluiu-se que no CHB existe apenas um tipo base. São quatro esquemas de planta baixa que explicitam uma conformação funcional de separação das áreas semipúblicas e privadas em lotes retangulares. Em imóveis com dois ou mais pavimentos, ocorre inserção da circulação vertical no referido esquema. Com relação ao processo tipológico encontrado, caracteriza-se por uma evolução de acréscimos e parcelamentos de cômodos. Fatores determinantes são as dimensões dos lotes e o programa de necessidades. Assim, identificar a lógica de desenvolvimento do construído possibilita projetar intervenções conscientes de que o valor patrimonial deve ser conservado quando do atendimento das necessidades da contemporaneidade.

Palavras-chave

Análise tipológica, Patrimônio cultural urbano, Escola Muratoriana, Centro Histórico de Belém do Pará.

Abstract

This article presents part of research carried little over a decade in the Belém do Pará Historical Center - CHB. The objects of study are buildings of the Brazilian colonial period. These were studied according to the typological method of analysis of Saverio Muratori, focusing on the internal conformation of living in these. The importance of typological analysis not exceptional assets that generate the ambience of the heritage site, is the identification of constants, this study considered the "type". Field information was crossed with the references to colonial housing in Brazil ahead of the theoretical look Muratoriana School. It was concluded that in CHB there is only one "base type". Four floor plan diagrams that explain a functional conformation of separation of semi-public and private areas in rectangular lots. In buildings with two or more floors, there is insertion of vertical circulation in that scheme. Regarding the typological process found, it is characterized by an increase of additions and subdivisions of rooms. Determining factors are the dimensions of lots and the needs of the program. This will identify the built logic of development enables designing interventions aware that the heritage values should be maintained when the meeting the contemporary needs.

Keywords

Typological analysis, urban cultural heritage, Muratoriana School, Belém do Pará Historical Center.

Introdução

Este trabalho é parte da Dissertação de Mestrado, apresentada à Universidade Federal de Pernambuco no ano de 2000, intitulada: *“A essência do Existir: Um Estudo sobre a Conservação da Autenticidade Tipológica de Áreas Históricas Patrimoniais: o Caso do Centro Histórico de Belém do Pará – C.H.B.”* (Hidaka, 2000). No todo ou em parte, os resultados deste trabalho já foram apresentados em outros seminários nessa última década. Neste artigo o objetivo é refletir sobre a tipologia de casas térreas e sobrados — denominação dada às edificações residenciais do período colonial brasileiro — que permeiam os sítios urbanos de interesse patrimonial do Brasil. O olhar de análise é a Teoria do Tipo de Savério Muratori.

No Brasil, os estudos sobre tipologia habitacional, não excepcional, são encontrados em obras de autores como Sylvio de Vasconcelos, Carlos Lemos, Nestor Goulart Reis Filho, entre outros. Estudos que se desdobram sobre o universo da ocupação do solo e do morar brasileiro da colônia aos dias atuais, principalmente sobre as cidades brasileiras mais antigas.

A interseção entre as várias investigações no âmbito das questões tipológicas, no Brasil, geralmente tem como eixos ou o desvendar do processo de apropriação do solo, no que tange ao desenvolvimento dos assentamentos urbanos, ou os estudos sobre a forma de morar em períodos distintos, segundo os aspectos históricos e sociais. O ponto de convergência é que em praticamente todo Brasil a casa urbana colonial apresentou a mesma conformação interna de cômodos, diferindo apenas as técnicas construtivas no que tange à mão de obra e aos materiais utilizados.

Construções geminadas, construídas em lotes estreitos e profundos, os cômodos eram dispostos alinhados ao longo da edificação. Muitos sobrados se alteraram sobre primitivas casas térreas conservando, porém, traços evidentes de seu anterior agenciamento mesmo com mudanças funcionais. Na grande maioria das cidades e vilas brasileiras da fase colonial do Brasil (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Ouro Preto, Sabará, Parati, etc.) o elemento mais característico, além das construções religiosas, é o conjunto de pequenas casas térreas ou assobradadas daqueles que, enriquecendo, fazem seu sobrado na vila.

A literatura ratifica e denomina que as pequenas casas térreas ou assobradadas herança do passado colonial brasileiro expressam duas tipologias distintas: casas térreas e sobrados. Mas será que são tipos distintos mesmo? Esta pergunta procurou respostas nos estudos tipológicos de Savério Muratori na Itália.

Então, o Centro Histórico de Belém do Pará – CHB, especificamente as edificações habitacionais não excepcionais, casas térreas, com porão habitável ou não, e os sobrados de dois e três pavimentos foram analisados segundo a teoria do tipo de Savério Muratori. Especificamente, o estudo desenvolve-se

segundo a análise tipológica da conformação interna no morar nestas edificações. Espera-se contribuir com o dilema da reabilitação de estruturas não excepcionais, da habitação civil, para atender às necessidades da contemporaneidade frente à premissa da conservação da significância cultural dos sítios urbanos patrimoniais.

Métodos e Técnicas

1. O objeto empírico

A área de estudo denomina-se o Centro Histórico de Belém do Pará – CHB. É composto pelos bairros da Campina e do Comércio, consolidados no final do século XVIII. É a área marco da origem da cidade de Belém do Pará, uma cidade desenhada por rios, igarapés e canais.

A cidade de Belém do Pará foi fundada em 12 de janeiro de 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco, com a construção do “Forte do Presépio” em plenas margens do Rio Guamá, Baía de Guajará. Expandiu-se até os limites da 1ª Léguas Patrimonial, a partir dos eixos de penetração existentes, em articulação perfeita entre o tecido urbano tradicional, remanescente da colonização portuguesa no século XVII, e o tecido demandado pelo urbanismo moderno, a exemplo das reformas ocorridas na Espanha.

A fundação da cidade ocorreu segundo os critérios portugueses de estabelecimento de novos núcleos urbanos. A primeira Rua de Belém nasceu paralela ao rio Guamá partindo da Praça d’Armas e ia até onde hoje se encontra a Igreja do Carmo. Foi chamada “Rua do Norte”, atual Rua Siqueira Mendes, no Bairro da Cidade Velha, eixo-guia das novas ruas e travessas posteriormente abertas. Já em fins do século XVII, o novo assentamento conformava-se como embrião de 02 núcleos urbanos separados pelo Igarapé do Piri: a “Cidade” perto do Forte do Presépio, atual Forte do Castelo; e a “Campina” em torno da Rua dos Mercadores, hoje, Rua Conselheiro João Alfredo (trecho situado entre o largo das Mercês — atual Praça Visconde do Rio Branco — e o Piri).

Tanto na “Cidade” quanto na “Campina”, a paisagem urbana pouco diferia nessa época (Penteado, 1968). As vias eram estreitas e tortuosas, especialmente as travessas, abertas perpendicularmente às ruas que seguiam paralelas à Rua do Norte. Existiam poucas edificações, mas importantes igrejas e conventos já se sobressaíam em meio às casas de um só pavimento em taipa, com as portas ao caminho. De fato, o Patrimônio Religioso tem papel fundamental na sua estrutura morfológica, principalmente no século XVIII.

No século XVIII, a cidade já apresenta uma expansão urbana, ainda que diluída, nas ruas abertas nos atuais bairros do Reduto, Nazaré e Batista Campos (bairros do entorno do núcleo inicial). Entretanto, até metade do século seguinte (Penteado, 1968), ainda conserva a paisagem de suas casas caiadas térreas à margem do rio, dominadas pelas cúpulas e torres das igrejas, rodeadas pela floresta ‘virgem’.

Em termos de edificações (em 1885, 6.551 prédios segundo Penteado (1968)) civis, multiplicam-se os sobrados de dois e três pavimentos (uns de quatro e a maioria de um pavimento), com coberturas de quatro águas, mais apurados tecnicamente (melhoria da mão de obra local) e com ornamentos e acréscimos reflexos do ecletismo do final do século passado. Platibandas, arcos plenos, molduras em massa, forros trabalhados, foram melhorias que se adaptaram até mesmo aos imóveis de proporções menores, mais modestos.

Da arquitetura neoclássica de Landi (que adotou Belém como morada), à arquitetura moderna dos arranha-céus da Av. Presidente Vargas, o núcleo urbano origem da cidade é ímpar. Suas Igrejas, palácios, praças, sobrados, mercados e portos são, hoje, a informação material da memória da “Cidade das Mangueiras”; assim como seu traçado urbano, que materializa o pensamento da modernidade europeia (Duarte, 1997).

O CHB foi escolhido para o estudo porque conservou esse tecido tradicional intacto; assim como a maioria das suas edificações de casas térreas e sobrados. Destaca-se por uma atividade comercial intensa e significativa atividade de serviços, presentes desde as origens da cidade, tem nas suas travessas, ruas, quarteirões e lotes a identidade materializada e traduzida na arquitetura dos edifícios religiosos, comerciais ou habitacionais, públicos e institucionais. O CHB representa quase quatro séculos de existência luso-brasileira em plena floresta equatorial.

2. A abordagem teórica- metodológica

2.1 A Teoria do Tipo de Savério Muratori

Savério Muratori analisou o processo de construção de cidades italianas tradicionais, fazendo desta análise a base para uma teoria de *design* urbano. Suas análises baseiam-se em extensas classificações de edifícios e de espaços livres relacionados, desde seu estado original, passando pelas diversas transformações através do tempo, na conformação da cidade como um todo. Para Muratori, a forma da cidade só poderia ser entendida historicamente, tendo a tipologia dos prédios como base da análise urbana.

Ele defendia que a forma e a estrutura urbana são um agregado de várias ideias, escolhas e ações que se materializam em determinados prédios e nos espaços públicos do entorno (jardins, ruas, etc.) Estes prédios e espaços, chamados *edilizia* em italiano e traduzidos livremente como a *paisagem construída*, podem ser classificados pelo *tipo*, e o que resume a sua essência de existir (Moudon, 1994). Estes diferentes tipos tornam-se *tipologia edilizia* ou uma tipologia dos prédios e espaços livres relacionados, o que define a essência da estrutura da paisagem construída, do edifício e da cidade.

A “*Leitura dell’ Edilizia di Base*” (Caniggia e Maffei, 1995) propõe-se justamente a “*um exame da estruturação antrópica [humana] atuante, no interior do seu modo de ser, intrínseco ao seu processo de formação e de mutação*”. Estudos tipológicos tratam, justamente, do estudo da morada, da habitação, sua evolução desde a origem, observando transformações e permanências ao longo do tempo, no espaço. Um verdadeiro quebra-cabeça.

Portanto, ampliando e estruturando uma metodologia de “Leitura ou Análise Tipológica”; observa-se que esta constitui mais que um “*método de estudo que procede do particular ao geral, mediante fracionamento de um todo orgânico nas partes o que compõem*”; pois, definindo o objeto de interesse e a escala de análise ou leitura, a investigação estrutura-se segundo os instrumentos apropriados, em que o tempo e o lugar são variáveis presentes e influentes do processo.

A construção do conceito de “tipo” vem a partir do significado atribuído ao termo “consciência” e “[o tipo base] *indica um tipo de edifício que, pode ser destinado à residência familiar da maioria, é o tipo que conforma, em uma determinada época e lugar, a maioria dos edifícios de determinado conjunto*” (Caniggia e Maffei, 1995:109). Os estudos sobre a paisagem construída urbana (*edilizia*), em grande parte, mergulham sobre os fatos antrópicos envolvidos na atividade de produção da construção do ambiente citadino. Fatos que possuem como características principais, intrínsecas e inter-relacionadas à historicidade, à sociabilidade, à totalidade e à *ambientalidade*.

Historicidade que diz respeito ao ambiente construído enquanto produto de releitura da própria evolução humana. *Sociabilidade* em relação à realidade construída enquanto fato histórico resultado de trabalho individual, condicionada pelo espaço e pelo universo social de vizinhança em questão. *Totalidade* como característica própria dos fatos humanos, compreendida pela apreensão da paisagem construída (*edilizia*) do passado como resposta das exigências prática e da moral de determinada época. *Ambientalidade* entendida como exercício da atividade construtiva, fundamentada numa predisposição imitativa, interpretativa e inovativa do preexistente, na qual a individualidade formal fixava-se a história comum da natureza e sociedade (Maretto, 1986).

Promove-se então, a individualização de duas tipologias de assentamento dos elementos tecnológicos em sistema estrutural, na estrutura mais empírica, ou seja, observam-se estruturas descontínuas (individuais) de elementos justapostos ou sobrepostos, e estruturas contínuas (conjunto) de elementos conexos ou estratificados. Finalmente, cruzam-se as informações relacionando os elementos a ambos os tipos de materiais escolhidos.

De tal análise comparativa emergem tipos fundamentais de estruturação arquitetônica concreta (Maretto, 1986), definidos a partir do entendimento sobre a implantação espacial, a qual reassume em si os valores

da arquitetura enquanto promove e finaliza as concepções tecnológicas e as capacidades técnico-estruturais em espaços adaptados às exigências do homem.

É assim que a prioridade da instituição formal torna-se individualmente possível e socialmente válida, pois a forma arquitetônica é a presença operante na consciência coletiva do ambiente e do tempo de uma ideia ou conceito tipológico (arquitetônico), que, por ser tipologia de forma-organismo, já é síntese de relativa tipificação dos componentes tecnológicos, estruturais, espaciais ou compositivos. A semelhança dos tipos arquitetônicos revela, também, a existência de um mínimo arquitetônico construtivo denominado de *célula*, pois se trata da mais elementar organização unitária dos fatores (tecnológicos, estruturais, espaciais e formais) “necessários e suficientes” a constituírem arquitetura e a produzir paisagem construída.

Como visto, a análise concebe-se segundo um procedimento metodológico de investigação por meio de comparações, que objetivam descobrir as identidades e analogias estruturais do construído observado (tipologias civis comuns ou excepcionais). Partindo de uma primeira fase de pesquisa que procura decompor as formas invariáveis, distinguindo-as de seus conteúdos variáveis, posteriormente permite a especificação das estruturas segundo funções diretamente relacionadas. Em seguida, realiza-se levantamento histórico sobre as transformações da paisagem construída da cidade, para desenvolver a leitura tipológica do construído existente.

2.2. Estudos sobre a habitação residencial no Brasil

Os estudos sobre a habitação residencial no Brasil destacam que “*a história da arquitetura civil doméstica no Brasil começa com o estabelecimento do Governo Geral e a fundação da cidade de Salvador em 1549*” (Smith, 1969). Segundo Marx (1991), o parcelamento do solo em lotes urbanos tem origem a partir da própria colonização do território, mas efetivamente os *lotes* só irão fazer parte da paisagem brasileira em meados do século passado.

A divisão da porção de terra, do lado oriental do Tratado de Tordesilhas, em *capitanias hereditárias*, pelos portugueses, inicia o processo, sendo posteriormente suplantado pelas chamadas *sesmarias*, *datas*, *glebas* até finalmente o *lote* propriamente dito. Mais que reflexo do processo de colonização (e da propriedade fundiária), a conformação dos lotes urbanos está diretamente ligada às concessões de *patrimônios religiosos*, *patrimônios públicos* e *patrimônios leigos* no Brasil (Marx, 1991). Segundo Marx (1991), a conformação de lotes estreitos, característicos de nossas aglomerações urbanas mais antigas, deve-se ao fato de que

a forma do lote terá (...) vantagens em assumir a figura de um quadrado ou retângulo, geralmente este último, pois a frente ainda guarda seu privilégio, que interessa ao futuro loteiro, ao loteador, ao governo municipal. Tal retângulo, regular e

ortogonal, mostra-se como a figura geométrica mais adequada para o retalhamento de uma gleba. A sua área refletirá a tensão entre a necessidade de atender ao comprador e a de obter o maior lucro possível. (...) O lote não se concebe por si mesmo, mas como módulo de uma vasta superfície a ser repartida.

Praticamente em todo Brasil a casa urbana colonial apresentou a mesma conformação interna de cômodos, diferindo apenas as técnicas construtivas no que tange à mão-de-obra e aos materiais utilizados — “as casas absolutamente idênticas, tanto interna como externamente, diferem apenas pelo número de janelas” (Debret, v. I, 1975:226). Com construções geminadas, construídas em lotes estreitos e profundos em sua maioria, reflexo do parcelamento do solo (Marx, 1991), os cômodos eram dispostos alinhados ao longo da edificação. “Cada casa tem apenas uma porta e uma janela, isto é, a unidade básica de habitação nas cidades coloniais brasileiras” (Smith, 1969).

“Assim quem viu uma casa brasileira, viu quase todas. Uma sala na frente, uma sala nos fundos; comunicando-se a cada uma das peças, há uma ou duas alcovas fechadas por meio de portas envidraçadas; entre esses dois grupos, um corredor, mais ou menos comprido, de onde parte a escada e para onde dão, às vezes, diversos cubículos sem iluminação. Tal é a disposição geral dos andares acima do rés-do-chão” (Vauthier, 1943).

No litoral brasileiro, embora não tenham sido fundadas cidades segundo um xadrez rigoroso de implantação territorial, com praças retangulares, os povoados se construíram em reticulados e em áreas exíguas, inclusive para fins de defesa, “adotando partido bastante diverso dos observados pelos longelíneos povoados mineiros” (Vasconcelos, 1943). Dos arraiais às cidades — através da apropriação da terra segundo patrimônios religiosos, públicos e, finalmente, leigos na conformação dos lotes urbanos — apesar de pequenas diferenciações, houve uma íntima ligação e correlação entre a uniformidade dos lotes e a uniformidade dos partidos arquitetônicos que atravessou o período Colonial, Imperial, e adentrou a República em todo o território brasileiro.

3. A metodologia desenvolvida

A investigação no CHB estruturou-se em três etapas: 1) identificação e levantamento de dados dos imóveis objetos de estudo; 2) interpretação da organização de cômodos; 3) confronto das informações com as referências brasileiras sobre o morar. Procedimentos metodológicos foram necessários em cada uma das etapas para o cumprimento das mesmas.

Na etapa 1, identificação e levantamento de dados dos imóveis objetos de estudo, contou-se com o apoio a) da Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL, que tinha uma lista de 271 edificações do CHB com a definição da abrangência do tombamento (preservação total, parcial, ou descaracterização), e

com o do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN do Pará que estava realizando o levantamento cadastral dos imóveis de interesse à preservação do CHB. A pesquisa trabalhou com 55 imóveis da lista da FUMBEL e com uma parte dos levantamentos do IPHAN-PA, mas tiveram que ser feitos levantamentos de campo também. Desenho das plantas baixas dos imóveis, cortes e fotos foram informações coletadas nessa fase.

Na etapa 2, interpretação da organização de cômodos o procedimento foi necessário simplificar a complexidade de paredes e aberturas, conforme a abordagem teórico-metodológica. Em seguida realizar um procedimento de classificação de acordo com constantes formais.

A etapa 3, confronto das informações com as referências brasileiras sobre o morar, foi a mais desafiadora do ponto de vista metodológico. Como o CHB é relativamente “novo” em relação aos das cidades italianas, não se pode contar com um levantamento cadastral como os realizados pela Escola Muratoriana. Assim, as referências sobre as edificações de casas térreas e sobrados do período colonial brasileiro foram a fonte de informação para a interpretação do tipo no CHB. As referências fundamentais além da literatura clássica sobre o tema foram as primeiras Revistas do IPHAN. Nisto contou-se com o apoio do IPHAN-PE.

Resultados e Discussões

A partir da análise tipológica podemos afirmar nos estudo no Centro Histórico de Belém do Pará que existe um tipo único na arquitetura civil residencial, não excepcional de casas térreas e sobrados. E que este tem seu processo de evolução descrito conforme a **Figura 1**.



Figura 1. Tipo Base encontrado no C.H.B, em relação à habitação não excepcional – cruzamento da pesquisa bibliográfica e de campo. (Esquemas planta baixa). Fonte: Hidaka, 2000.

Esse tipo base representa-se por 04 (quatro) esquemas de planta baixa que explicitam uma conformação funcional de separação das áreas semipúblicas e privadas em lotes de formato retangular. Em se tratando de imóveis com mais de um pavimento, ocorre a inserção da circulação vertical no referido esquema.

Os usos atuais das casas térreas e os sobrados do CHB são predominantemente habitacional e comercial (desde sua origem). Com isso, ocorreram aproximadamente 71,7% e 39,6% de incidência de uso residencial e comercial, respectivamente, nos imóveis estudados. 56,6% foram de usos mistos dentre as edificações da amostra. Aqueles que se diferenciaram não se originaram do uso residencial ou misto. São, porém, imóveis que possuem características afins aos esquemas expostos, pois seguem parte da conformação interna de cômodos e áreas funcionais.

Com relação ao processo tipológico encontrado, caracteriza-se por uma evolução de acréscimos e parcelamentos de cômodos. Acréscimos e parcelamentos que se determinam primeiro, pela dimensão dos lotes, pelo programa de necessidades demandado. Em geral, apresentam partidos em "1", "L" ou "C", no alinhamento das vias.

Concluiu-se que o tipo base da habitação civil não excepcional, no CHB, evolui até um esquema que se estrutura em 03 (três) partes distintas (ver **Figura 2**), as quais se denominam neste trabalho de Corpo principal (1ª), Puxado (2ª) e Pós-puxado (3ª), em lotes retangulares de profundidade acentuada. Observou-se ainda, a existência de um esquema anterior ao tipo mais evoluído, estruturado em duas partes, de Corpo Principal (1ª) e mescla de Puxado e Pós-puxado (2ª), em lotes retangulares, onde o comprimento se aproxima da largura (ver **Figura 3**).

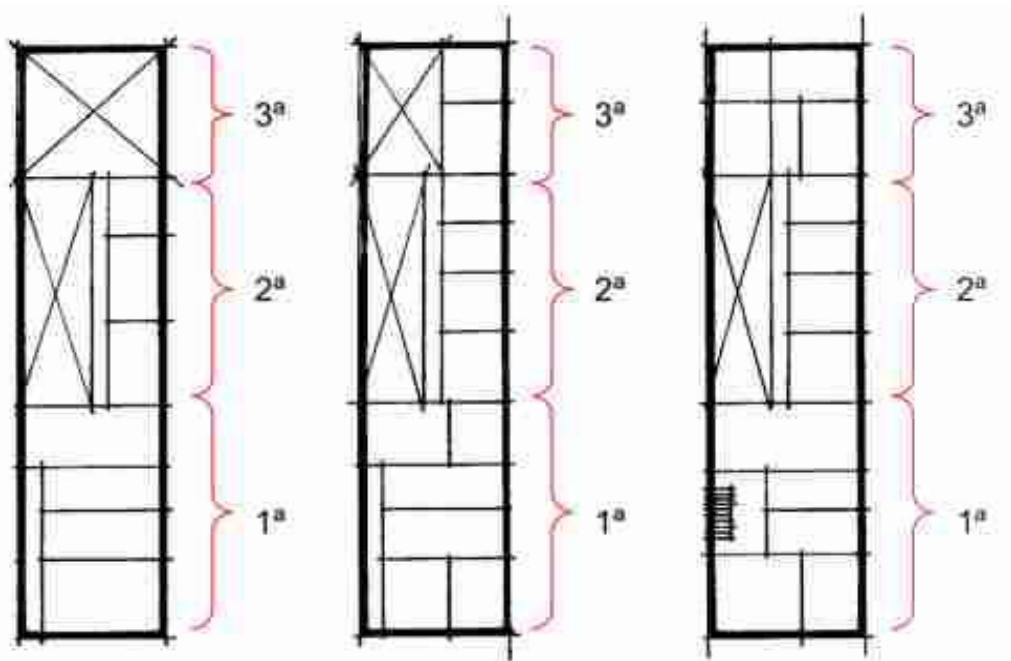


Figura 2. O 1º tipo evoluído conforma-se em três partes distintas. (Esquemas planta baixa).
Fonte: Hidaka. 2000.

De fato, a habitação civil não excepcional no C.H.B. inicia-se com o partido em "I" das casas térreas, onde as áreas de serviço e banheiro (a "casinha") não estavam sob o mesmo teto da morada de cômodos íntimos e sociais ou comerciais. Porém, o partido já começa a apresentar modificações com a cozinha,

ligando-se a casa propriamente dita, conformando o chamado “puxado”, assim como o acréscimo de cômodos. É a conformação do partido em “L”. A edificação toma a grande extensão dos lotes, através do suceder-se de cômodos, mas é só no século XIX, com a prosperidade que Belém adquire com o dinheiro da borracha, que o banheiro completa a edificação, já que se tinham condições financeiras para usufruir dos recursos existentes de instalações sanitárias e hidráulicas caras.

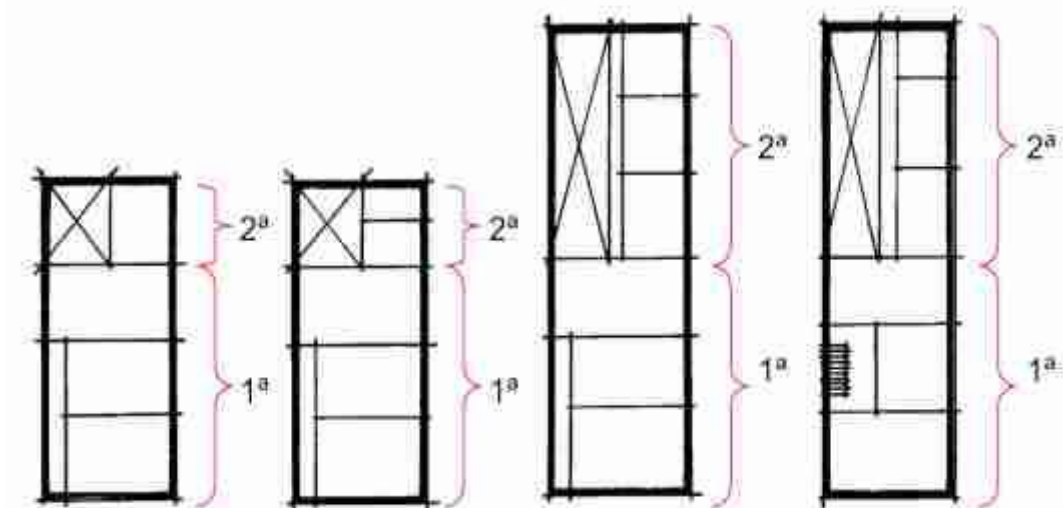


Figura 3. O 2º tipo evoluído conforma-se em duas partes distintas. (Esquemas planta baixa).
Fonte: Hidaka, 2000.

Ainda em relação à implantação no lote, o CHB consolida-se anterior à prática dos afastamentos frontais e laterais do lote. O “*morar à francesa*” não é característico da área, pois o parcelamento urbano não comportava, sendo apenas viável nos bairros em expansão. Mas, os arranha-céus se fazem presentes e muitos foram responsáveis por uma perda considerável de matéria histórica do CHB. São, porém, a prova de que o centro histórico é um local multifacetado e multitemporal – é o local de identidade e memória dos diversos tempos vividos pela cidade e sociedade que a habita.

Constatou-se, por fim, que a evolução tipológica no C.H.B. segue as características gerais da habitação brasileira, de casas térreas e de sobrados, mas que de acordo com peculiaridades históricas e geográficas locais, diferenciam-se nos acréscimos das plantas baixas estudadas e nas características de uso, como foi exposto.

Conclusões

No âmbito do patrimônio cultural, o *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention* (UNESCO, 2008) considera a análise das formas de uma área urbana patrimonial a fase inicial do processo de investigação e intervenção desta. Além disso, entende que o objetivo da gestão de

áreas históricas patrimoniais é a conservação da significância cultural destes bens de alta complexidade diante do seu caráter de mudança permanente pela dinâmica social.

Em se tratando de Centros Históricos, a função residencial é característica marcante e objeto constante de intervenções projectuais. Compreender o modo como se realizam os diversos tipos de construções habitacionais, em seus aspectos internos e externos, parte do entendimento prévio da estruturação tipológica do assentamento em questão para a intervenção no mesmo.

A análise tipológica, ou leitura tipológica é uma ferramenta importante para a conservação do legado cultural, pois, a partir de fontes de informações materiais e históricas, e de usos e funções, permite conhecer, aprender e intervir de maneira consciente as estruturas históricas patrimoniais. É a possibilidade de trabalhar os imóveis não excepcionais de interesse à conservação frente aos interesses da contemporaneidade.

O “tipo” não é uma invenção lógica, e sim, um produto da “consciência espontânea” (“*atitudes de um sujeito ativo para adequar-se, no seu agir, à essência civil herdada, sem a necessidade de mediação ou escolha*” [por parte de profissionais experts]) (Caniggia e Maffei, 1995), do fazer e desfazer cidadão num tempo e num momento, mas que possui uma lógica de apreensão e evolução. A busca do “tipo” em questão observa o seu processo de evolução e desenvolvimento, identifica sua forma elementar e aprende suas transformações subsequentes.

Observou-se, então, que a evolução da tipologia habitacional brasileira, até o “*morar à francesa*”, existia apenas uma família tipológica, vinda da casa térrea, perpassando pela casa de porão não habitável, chegando ao porão habitável que poderia ser usado para diversos fins comerciais, até o uso misto dos comerciantes – uma evolução de *continuidade*.

É importante salientar que os estudos brasileiros sobre habitação civil urbana, não excepcional, equivocam-se em relação a análise tipológica, pois concebem a casa térrea e o sobrado como tipologias distintas. Não são. O sobrado é esquema evoluído da casa térrea, ou melhor, a diferenciação é a inserção da circulação vertical, sem que isso implique verdadeiramente mudanças de conformação do partido arquitetônico.

Outra colocação equivocada é a de que o porão habitável é marco de uma nova tipologia urbana de habitação civil não excepcional. Ele é apenas elemento acrescentado num evoluir tipológico de continuidade. Além disso, é uma versão mais modesta do sobrado, já que o porão não deixa de ser piso que sobra (a mais) na edificação.

O *vestíbulo* é que vai ser a *transformação*, pois concebe uma nova organização funcional do morar. O prédio de apartamentos, que no caso dessa pesquisa não é abordado, também caracteriza uma nova tipologia de evolução de transformação. Já as casas operárias e cortiços foram simplificações do morar segundo a grande demanda habitacional com o aumento considerável da classe trabalhadora.

As características arquitetônicas, estáticas e construtivas vão acompanhando as mudanças gradativas na habitação e mutuamente influenciam e são influenciadas pelas necessidades sócio-culturais que se apresentam. A especialização da mão de obra, principalmente vinda do exterior, foi fator decisivo no processo.

É importante frisar que na habitação civil, não excepcional no Brasil, não existe elemento que a integre na rigidez de uma ordem (Rodrigues, 1945); assim como, não se pode apontar tendência para expressões de caráter regional no período colonial. Por todo país, as casas e edifícios públicos são quase idênticos: “quanto a plantas, sistema construtivo e ornamentação, as formulas reinantes são essencialmente as mesmas, de Belém do norte, a Santos no sul” (Smith, 1969).

Neste artigo, o universo da pesquisa foi o CHB, mas a análise proposta e desenvolvida pode e deve ser estendida ao restante da cidade, especialmente em relação aos bairros de entorno do CHB. Provavelmente, possibilitaria um enriquecimento e complementação da temática aqui tratada, assim como dos resultados alcançados. Além disso, também se faz importante estender a análise a uma gama maior de imóveis de interesse à preservação.

Referências bibliográficas

Caniggia G, Maffei G (1984) *Il Progetto Nell'Edilizia di Base*. Veneza: Saggi Marsilio Editori S.P.A.

_____ (1995) *Lettura dell'edilizia di Base*. Veneza: Marsilio Editori S.P.A.

Debret J B (1975) *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins, v. I e II.

Duarte, C F (1997) *Belém do Pará na virada do século XIX: modernidade no plano urbanístico de expansão da cidade*. Dissertação de mestrado, FAU/ UFRJ.

Hidaka, L T F (2000) *A Essência do Existir: Um Estudo sobre a Conservação da Autenticidade Tipológica de Áreas Históricas Patrimoniais: O Caso do Centro Histórico de Belém do Pará – C.H.B.* 2000. 204p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Lemos, C (1978) *Cozinhas, etc. Um estudo sobre as Zonas de Serviço da Casa Paulista*. São Paulo: Perspectiva.

_____ (1979) *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Ed. USP.

_____ (1989) *Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo: Nobel.

_____ (1996) *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto (Coleção Repensando a História).

_____ (1999) *A República ensina a morar melhor*. São Paulo: Hucitec.

_____ (1999) *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Ed. USP.

Maretto, P (1986) *La Casa Veneziana nella storia della città dalle origini all' Ottocento*. Venezia: Marsilio Editori.

Marx, M (1980) *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos.

_____ (1988) *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

_____ (1991) *Cidade no Brasil Terra de quem?* São Paulo: Livraria Nobel S.A.

_____ (1999) *Cidade no Brasil em que termos?* São Paulo: Studio Nobel Ltda.

Moudon, A V (1994) Getting to Know the Built Landscape: Typomorphology. In Franck, K A and Schneekloth, L (eds.) *Ordering spac: types in architecture and design*. New York: Van Nostrand Reinhold, p. 289-311.

Penteado, A (1968) *Belém, estudo de geografia urbana*. Belém: Universidade Federal do Pará, v. I e II.

Prefeitura do Município de Belém. (1994) *Dispõe sobre a preservação e proteção de Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do município de Belém e dá outras providências*, n. 7.709, 18 de maio de 1994. Diário Oficial do Município.

Reis Filho, N G (1970) *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Ed. Perspectiva.

Rodrigues, J W (1945) A casa de moradia no Brasil. Rio de Janeiro: *Revista do SPHAN*, n. 9, p. 159-198.

Smith, R C (1945) Documentos baianos. Rio de Janeiro: *Revista do SPHAN*, n.9, p. 85-134.

_____ (1969) Arquitetura Civil no Período Colonial. Rio de Janeiro: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 17, p. 27-126.

_____ (1979) *Igrejas, casas e móveis: aspectos de arte colonial brasileira*. Recife: MEC/UFPE/IPHAN.

Unesco (2008). *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*. Paris: World Heritage Centre.

Vasconcelos, S (1959) Formação urbana do arraial do Tejuco. Rio de Janeiro: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 14, p.121-134.

_____ (1977) *Vila Rica*. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A.

_____ (1979) *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

Vauthier, L L (1943) Casas de Residência no Brasil. Rio de Janeiro: *Revista do SPHAN*, n. 7, p. 128-208.

Veríssimo F S, Bittar W S M (1999). *500 anos da Casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de morada*. Rio de Janeiro: Ediouro.

A estrutura morfológica da paisagem de Ouro Preto

Maria Manoela Gimmler Netto, Stael de Alvarenga Pereira Costa, Maria Cristina Villefort Teixeira

Universidade Federal de Minas Gerais

End. Rua Paraíba, 697 - Funcionários, Belo Horizonte - MG, Cep 30130-140.

Telefone/fax: 00 (31) 9937 2669 e (31) 3409-8819

E-mail: manolanetto@yahoo.com.br, staelalvarenga@gmail.com, mcristvt@gmail.com

Resumo

O presente trabalho busca a compreensão da estrutura morfológica da paisagem de Ouro Preto, por meio da investigação do processo de urbanização do seu território, fundamentado no instrumental da morfologia urbana. Os estudos clássicos da Morfologia Urbana apresentam sua divisão conforme suas principais escolas: a Italiana e a Inglesa. Da escola italiana será estudada a teoria que entende o território como um organismo, na qual se destaca a importância dos caminhos para a estruturação urbana. Da escola inglesa será abordada a teoria que apresenta a análise formal do plano urbano e sua transformação no tempo. Procura-se relacionar os estudos morfológicos clássicos aos brasileiros. Investigando a história da ocupação territorial promovida pelos bandeirantes no Brasil, destaca-se a forte influência da cultura indígena, por meio de suas trilhas, na conformação das paisagens urbanas brasileiras. E abordando estudos morfológicos da arquitetura e do urbanismo coloniais desenvolvidos em Ouro Preto. Essas teorias correlacionadas fundamentam as análises da estrutura urbana de Ouro Preto em 2013. Conclui-se que o entendimento da estrutura morfológica da paisagem contemporânea de Ouro Preto é alcançado quando se relaciona o sistema viário ao sítio geográfico, refletindo o caráter da paisagem urbana.

Palavras-chave

Estrutura morfológica, urbanização, paisagem, Ouro Preto.

Abstract

This paper seeks to understand the morphological structure of Ouro Preto landscape, through the investigation of the urbanization process of the territory, based on the instrumental of urban morphology. Classic studies of Urban Morphology present their division as its main schools: the Italian and English. From the Italian School will be studied the theory that considers the territory as an organism, which shows the importance of the pathways to urban structure. From the English School will be addressed the theory that presents a formal analysis of the urban plan and its transformation in time. It is intended to relate morphological classic studies to Brazilian. Investigating the history of territorial occupation promoted by the pioneers in Brazil, there is the strong influence of indigenous culture through their pathways, in shaping the Brazilian urban landscapes. And addressing morphological studies of colonial architecture and urbanism developed in Ouro Preto. These theories correlated establish the analysis of the urban structure of Ouro Preto in 2013. It was concluded that the understanding of the morphological structure of the contemporary landscape of Ouro Preto is reached when relating the road system to the geographical site, reflecting the character of the urban landscape.

Keywords

Morphological structure, urbanization, landscape, Ouro Preto.

Introdução

Este artigo procura fundamentar a análise da estrutura morfológica da paisagem de Ouro Preto, por meio da investigação das teorias da morfologia urbana. O objetivo é a compreensão do processo de ocupação e de urbanização do território, bem como de suas conseqüentes transformações. A abordagem da morfologia urbana será dividida conforme suas principais escolas: a italiana e a inglesa.

Da escola italiana será investigada a teoria da década de 60, que entende o território como um organismo formado a partir da conexão entre rotas, assentamentos, áreas de produção e organismos urbanos, conteúdo do artigo: *Territorial organism as individuation of typical connections between route, settlement, productive and urban organisms* (Caniggia e Maffei, 2001). Esta teoria demonstra que as rotas e os caminhos determinam a forma urbana.

Da escola inglesa será estudada a teoria, também da década de 60, que aborda a paisagem urbana como um fenômeno geográfico, pelo artigo denominado *Urban Morphology: A Geographical Approach*, (Conzen, 2004). Este artigo aborda que a forma urbana pode ser lida por meio do plano urbano para a compreensão da paisagem urbana ao longo do tempo.

Estas duas teorias fundamentam as análises da estrutura urbana de Ouro Preto em 2013. Demonstra-se a importância dos caminhos para a geração da forma urbana por meio de análises do sistema viário, que reflete o plano urbano. Mas procura-se, também, aplicar as teorias à realidade brasileira, especificamente em Ouro Preto e para isto serão correlacionados outros dois estudos. O primeiro, investiga a história da ocupação territorial promovida pelos bandeirantes no Brasil, demonstrando a forte influência da cultura indígena, por meio de suas trilhas, na conformação das paisagens urbanas brasileiras (Holanda, 1994). E o segundo, intitulado Vila Rica, aborda as características formais da arquitetura e do urbanismo coloniais desenvolvidos em Ouro Preto (Vasconcellos, 2011).

Os caminhos como estrutura morfológica

De acordo com a escola italiana de morfologia urbana a ação humana sobre o território se inicia com o estabelecimento de rotas. Os assentamentos e os núcleos urbanos geralmente se originam de uma prévia área produtiva e de uma rota estruturada.

A rota é a primeira estrutura implantada pelo homem, sendo definida como a fase inicial de ocupação do território. Na segunda fase, determinados locais do território surgem espontaneamente como área favorável ao pouso, na qual os recursos naturais podem ser coletados ou retirados. Progressivamente, as áreas produtivas adquirem características de permanência, transformando-se em assentamentos. A terceira fase é considerada a partir do momento em que há produção artificial (criada pelo homem) por meio da fixação e uso do solo, conectando um sistema de produção apto a mudar a ordem natural do lugar em uma ordem de produção humana constante. Então, a quarta fase, a de transformação do território por ação humana, define uma hierarquia entre os assentamentos, por meio da implantação de

um sistema comercial e de atividades manufatureiras, que passam a consistir espacialmente em protonúcleos urbanos (CANIGGIA E MAFFEI, 2001).

Cada fase tem um paralelo na história da evolução da civilização humana. As rotas correspondem à fase nômade da humanidade. Os assentamentos relacionam-se a fixação humana no território. As áreas de produção são caracterizadas pelo cultivo do meio, pela agricultura, pela criação de animais e pela capacidade de estocagem. E a quarta fase, refere-se ao estabelecimento dos protonúcleos, definindo espacialmente a organização urbana do território.

Alguns conceitos são importantes para compreendermos a teoria de evolução dos núcleos urbanos. Assim, Território Tipo é o conceito de lugar em cada época, relaciona-se com as maneiras de atravessá-lo, escolha do local de assentamento, atividade produtiva, centros comerciais e dimensões, ou seja, refere-se à caracterização do território. E Área Cultural é a consciência adquirida pelo conhecimento, que incluem códigos de conduta, costumes e linguagem que diferem determinado território de outras localidades. A extensão cultural depende do tipo territorial pertencente a um lugar e uma época. Isto define os diferentes tamanhos das cidades e sua passagem de assentamento para núcleo urbano e deste para metrópole (CANIGGIA E MAFFEI, 2001).

Aplicação à realidade brasileira

A teoria apresentada de evolução dos organismos urbanos pode ser aplicada no Brasil, com algumas variações de tempo (duração das fases), de sequência (retorno, ou saltos no processo) e de adaptação às características físicas (territórios planos ou montanhosos, áreas desérticas ou alagáveis, florestas). No Brasil, as primeiras rotas foram implantadas pelos povos indígenas, referindo-se analogamente à pré-história. Com a chegada das embarcações de imigrantes europeus e escravos africanos observa-se um salto na formação de núcleos urbanos no litoral do país. As áreas culturais definem-se a partir das diferentes formas de miscigenação das culturas europeias, indígenas e negras estabelecidas em diferentes territórios tipo.

Após a ocupação dos territórios litorâneos, inicia-se um ciclo de ocupação do interior do país, ilustrado na **figura 1** que demonstra e expansão das fronteiras de dominação cultural por meio do estabelecimento de rotas. Isto significa um retorno à fase inicial de ocupação do território definida por rotas e assentamentos. O movimento de ocupação do interior do Brasil foi liderado pelos bandeirantes que procuravam áreas com recursos naturais a serem explorados, principalmente relacionados com riquezas minerais. Nos locais onde estes recursos eram encontrados rapidamente os assentamentos transformavam-se em áreas produtoras e em núcleos urbanos. As rotas favorecem o surgimento de novos núcleos urbanos e propiciam conexões entre as cidades por meio do estabelecimento de relações de trocas comerciais, configurando uma hierarquia e definindo uma organização espacial territorial.

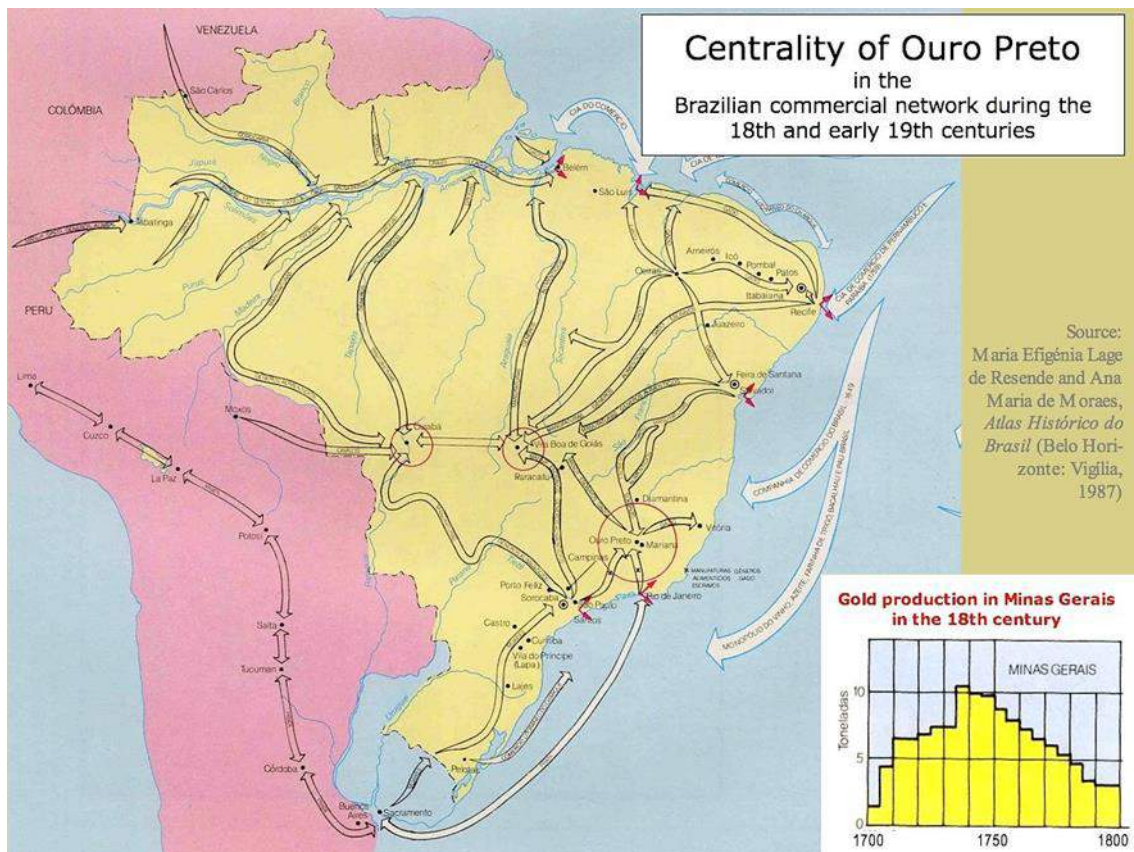


Figura 1. Mapa com as rotas comerciais que determinam a organização espacial territorial do Brasil.

Fonte: Resende, 1987.

A evolução das rotas no Brasil

Na **figura 1**, pode-se observar a cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, de onde chegavam às rotas que partiam de Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. E partiam rotas para Vitória e para o interior do país, rumo ao planalto central. A lenta ocupação territorial promovida pelos bandeirantes no país, por meio dos caminhos, delineou as conformações espaciais e culturais das paisagens brasileiras.

Holanda (1994, p. 19) sugere que os bandeirantes seguiam os caminhos anteriormente abertos pelos indígenas e que reconheciam essas trilhas “graças aos galhos cortados à mão de espaço em espaço. Uma sequencia de tais galhos, em qualquer floresta, podia significar uma pista”. Dessa forma, a influência da cultura indígena no modo pelo qual os bandeirantes avançaram pelo território torna-se evidente em uma série de aspectos, tais como a assimilação dos meios de orientação espacial e temporal indígena.

Para orientar espacialmente, os caminhos eram marcados com golpes de machado nos maiores troncos e utilizavam duas varetas para sinalizar a direção dos rios. A maior vareta era fincada na terra e a menor, em ângulo reto com a primeira, apontava para a localização do curso de água. Estabelecia-se uma espécie de comunicação sutil que somente poderia ser percebida por determinado grupo cultural. Para orientar-se temporalmente, guiavam-se pelo sol, durante o dia, através da sombra que o polegar deixa na mão, funcionando como um relógio solar. E durante a noite, marcavam as horas pela observação das estrelas e constelações (HOLANDA, 1994).

Os rios e outros elementos naturais, como as montanhas, serviam como meio de orientação pela capacidade de observação da natureza. Dessa relação entre o homem e seu meio nasce uma intuição, composta de imaginação e atenção, que permitem deduzir quais os melhores caminhos, resultando em uma sensibilidade que ultrapassa qualquer raciocínio. Assim, os caminhos indígenas, de acordo com Holanda (1994, p. 33), contribuíram para “marcar de modo definitivo a fisionomia da terra onde vagaram”.

Então a escolha cuidadosa, pelos indígenas, dos locais mais apropriados aos caminhos, preservava a direção geral do traçado e nos lugares mais acidentados, orientava o trajeto por sítios favoráveis. A pouca largura destes caminhos definia o sistema de marcha a pé característica dos índios, que serviram mais tarde aos europeus, permitindo sua expansão através do território.

No traçado das estradas, como no estabelecimento de arraiais e povoações, o problema da água desempenhou quase sempre um papel de importância primordial. Viajantes estrangeiros, como Saint-Hilaire e Burton, chegaram a assinalar a constante preferência dos povoadores do centro do Brasil pelas baixadas e fundos de vale. A regra sofreria exceção, apenas nas zonas mineiras, onde a posição exata dos povoados não podia depender do arbítrio exclusivo de seus fundadores, ou então nos estabelecimentos de origem religiosa, que a tradição mandava construir em eminências de terreno (HOLANDA, 1994, p. 41).

A marcha a pé foi, então, o modo de locomoção característico da expansão bandeirante. Somente no século XVIII é que se inicia a locomoção animal, e ainda assim, onde houvessem terras já desbravadas e povoadas. Na verdade, somente por volta de 1730, é que o cavalo, vindo do sul do país, começa a trilhar os caminhos do interior do Brasil. Começam a introduzir, junto aos cavalos, os muares que são animais adaptados ao transporte de cargas, muito utilizados até o começo do século XX, principalmente em locais de topografia acidentada como em Ouro Preto (HOLANDA, 1994).

Das trilhas indígenas para a criação de rotas comerciais, exigia-se um salto na evolução da ocupação do território brasileiro ao longo do século XVIII. O primeiro obstáculo era a insuficiência de estradas e suas estreitas larguras, caminhos criados unicamente para a escala do pedestre. Evidencia-se que a mudança de tecnologia, neste caso para a tração animal, acarreta transformações físicas e espaciais no ambiente construído. As Estradas Reais são a resposta espacial a essa necessidade de conectar os portos do litoral as áreas de extração de ouro e de diamante no interior do Brasil, como ilustra a **figura 2**.

O Caminho Velho foi delineado pela bandeira de Fernão Dias, a partir de 1674, partindo de São Paulo rumo à região das minas, a pedido do rei de Portugal. No trajeto, os bandeirantes escolhiam locais para pouso e plantavam e criavam animais. Assim, originavam-se os primeiros arraiais ao longo do caminho. A descoberta de ouro de aluvião nos rios das Velhas, Doce e das Mortes transformou o caminho em uma via larga e movimentada. O Caminho Novo configurou-se na mais importante das rotas comerciais ligando Minas Gerais ao Rio de Janeiro. E o caminho da Bahia ou dos Diamantes ligava a região aurífera

à Diamantina e às fazendas próximas aos rios das Velhas e São Francisco que contribuíam para o abastecimento das minas (WAGNER, 2003).



Figura 2. Mapa dos caminhos da Estrada Real.

Fonte: Estrada Real, 2014.

As Estradas Reais já nascem com natureza oficial, pois eram as únicas vias autorizadas de acesso à região das reservas de ouro e diamantes da capitania de Minas. As circulações das pessoas e dos animais, com minerais e mercadorias, eram obrigatoriamente feitas nas Estradas Reais, pois constituía crime contra a Coroa a abertura de novos caminhos. (WAGNER, 2003).

Estas rotas comerciais articulavam as vilas e cidades. E embora fosse a Coroa Portuguesa quem decidisse sobre o modelo de administração territorial, adaptações ocorreram devido ao contexto geográfico distinto. O isolamento dos povoados exigia que os próprios habitantes procurassem soluções para as questões de ocupação e urbanização do território (MORAES, 2005).

A Estrada Real induzia o surgimento e o desenvolvimento das cidades ao longo de seu eixo. Os trechos da Estrada Real tornavam-se, frequentemente, a rua principal de quase todas as vilas coloniais (PEREIRA COSTA, 2007). Em Ouro Preto este trecho da Estrada Real, que conduz a ocupação urbana, foi denominado por Vasconcellos (2011) como Caminho Tronco.

As rotas em Ouro Preto

A origem dos primeiros arruamentos de Ouro Preto teriam sido os caminhos e as estradas de acesso às minerações. Resulta dos primeiros caminhos o aspecto alongado do arraial mineiro. (OLIVEIRA, 2006). A estruturação dos caminhos em Ouro Preto estava relacionada diretamente com as áreas de produção, onde se encontrava ouro, surgia o assentamento. Este era definido pelo local da mina, onde aos poucos eram implantadas as construções provisórias que serviam de abrigo aos trabalhadores. A venda tornava-se necessária para obtenção dos produtos alimentícios, uma vez que estes não eram produzidos no local.

A mão-de-obra estava voltada a extração mineral, e não havia terrenos favoráveis à agricultura. No centro do assentamento, formava-se um largo, um espaço livre, onde se implantava o equipamento social de maior significação para a comunidade: a capela (VASCONCELLOS, 2011).

Vasconcellos (2011) demonstra que oito assentamentos, denominados arraiais, interligados pelo caminho tronco, que se adaptava ao relevo de encostas deram origem à paisagem urbana de Ouro Preto, como ilustra a **figura 3**.

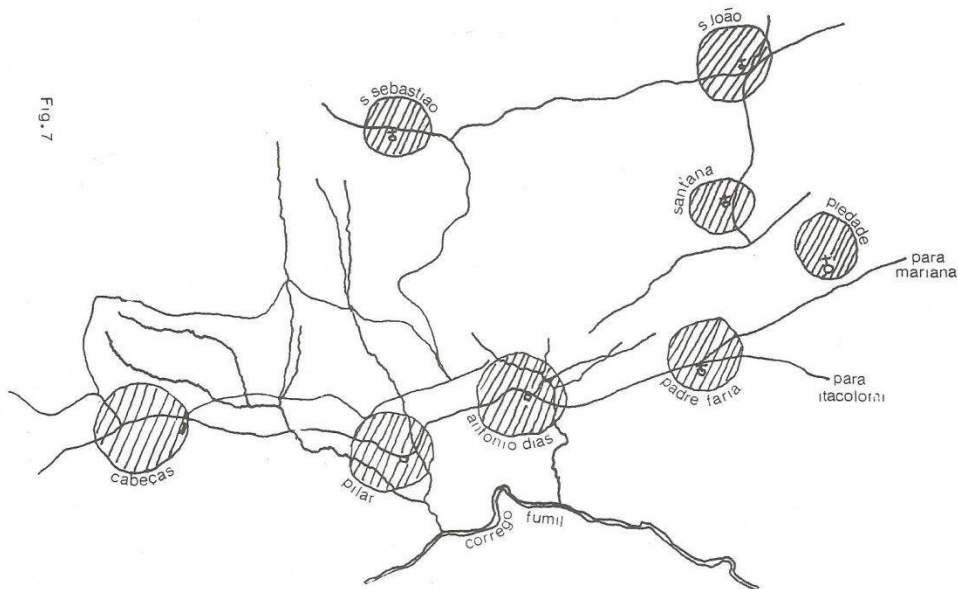


Figura 3. Planta esquemática dos primeiros assentamentos em Ouro Preto.

Fonte: Vasconcellos, (2011, p. 72).

Vasconcellos (2011, p. 71) relata o percurso do caminho tronco, “subindo para as Cabeças; desce para a Matriz do Pilar, no fundo de Ouro Preto, de onde galga o morro Santa Quitéria; decai para Antônio Dias, novamente sobe para o Alto da Cruz, de onde vira e sai” para Mariana. Pela narração é possível constatar a adaptação do caminho às formas do relevo de encostas demonstradas na **figura 4**.

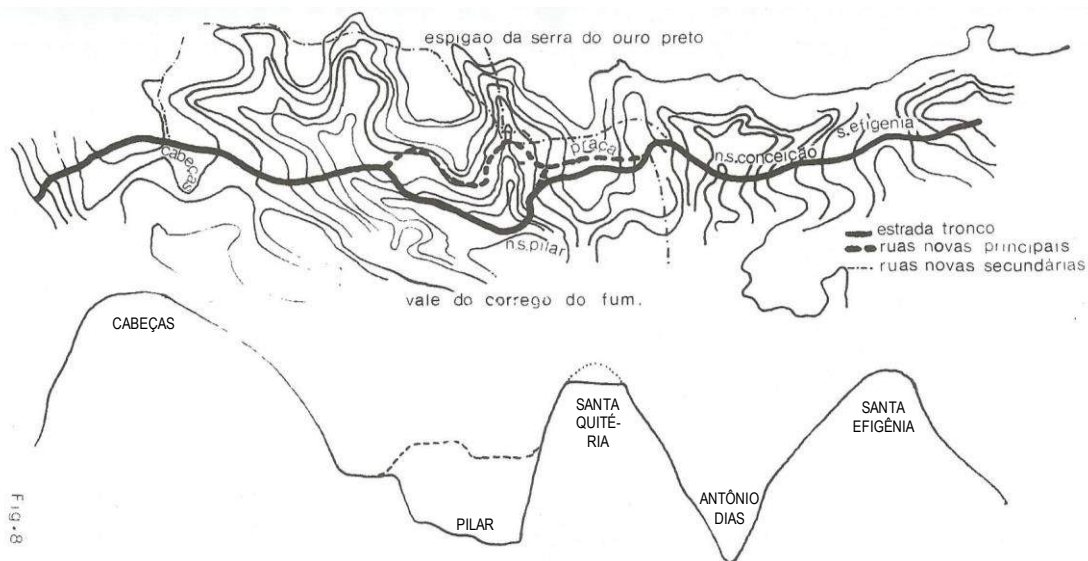


Figura 4. Corte esquemático demonstrando a adaptação da rota ao relevo de Ouro Preto.

Fonte: Vasconcellos, (2011, p. 73).

No topo do morro Santa Quitéria, construiu-se a Praça Tiradentes, unificando a Vila Rica em 1740 que constitui até o século XXI a centralidade significativa de Ouro Preto. O local da praça era onde se efetivavam as trocas comerciais entre os dois povoados: dos portugueses, cuja Matriz do Pilar representava o local de encontro social; e dos paulistas, cuja Matriz N.S. da Conceição de Antônio Dias era a principal representante. (VASCONCELLOS, 2011).

Com a Praça Tiradentes, o Caminho Tronco se consolida como eixo estruturador da paisagem colonial, cujas características formais contidas no plano urbano podem ser analisadas conforme a teoria da Escola Inglesa apresentada a seguir.

A estrutura morfológica da paisagem urbana

A escola inglesa aborda a paisagem urbana como um fenômeno geográfico, demonstrando interesse nas características morfológicas dos padrões de assentamentos. Segundo Conzen (2004) a geografia é um campo do conhecimento que tem o espaço geográfico como objeto central de investigação, o que inclui o ambiente humano, cuja arquitetura e planejamento urbano são atividades resultantes das necessidades humanas de organização espacial. As paisagens urbanas são, portanto, representações culturais das formas de organização espacial de determinada sociedade, em determinado tempo. E para entender a complexa estrutura e as características morfológicas da paisagem urbana contemporânea é necessária à análise histórico-geográfica.

O plano urbano se estrutura por meio do sistema viário e do padrão de parcelamento do solo em grandes glebas. Esse apresenta maior tendência de permanência no tempo, devido a sua escala de interferência social e econômica. Como resultado observa-se uma variação espacial na capacidade de expressão histórica da cidade, determinando áreas onde se deve garantir a continuidade das características formais e outras que demonstram tendência à transformação e à expansão (CONZEN, 2004).

É neste contexto que se torna importante introduzir o conceito de historicidade, entendido aqui como a manifestação no presente, da evolução histórica da paisagem urbana, evidenciando tratar-se das permanências. A historicidade é um atributo da paisagem que, de acordo com Conzen (2004), varia em intensidade entre diferentes paisagens urbanas. Os centros históricos das cidades são as regiões urbanas com a mais alta historicidade, devido a sua intensa camada histórica, ou seja, acúmulo de períodos históricos. Portanto, o centro antigo é a área que mais expressa a historicidade demonstrando a formação da identidade da cidade (CONZEN, 2004).

O plano urbano

A hierarquia dos espaços urbanos era uma condição essencial para a organização da cidade, mesmo nos planos urbanos articulados com o território. Conforme Teixeira (2012, p. 72) “em um primeiro momento de construção da cidade, os locais dominantes eram os lugares topograficamente mais elevados”. As localizações privilegiadas das tipologias especiais refletiam sua importância funcional e o maior investimento arquitetônico. Estes passavam a constituir elementos de referência na paisagem urbana,

definindo o sistema de percursos e a lógica de organização da cidade, por meio da estruturação dos espaços públicos definindo a importância e as dimensões das ruas, dos largos e das praças.

Em Ouro Preto, durante o período colonial, estabeleceu-se um urbanismo em que os eixos hierárquicos organizam o espaço urbano. Nesses, os pontos focais dão lugar às igrejas de ordens terceiras, distribuídas entre ruas e becos que fluem pelo relevo de encostas. As regularidades presentes no urbanismo barroco de Vila Rica podem ser percebidas nos detalhes, pois é impossível identificar regularidade derivada da geometrização ortogonal. (BITTENCOURT, 1999).

As regularidades deste urbanismo não serão encontradas em representações geométricas sobre a superfície plana do papel, mas insistimos que elas podem ser vistas e entendidas em seu processo lógico coerente. São as regularidades do visível, sensibilidade tão percebida quanto pouco compreendida, difícil de ser abstraída desse chão de terra no qual está desenhada. BITTENCOURT (1999, p. 137).

Como a historicidade se manifesta de forma mais intensa no centro histórico das cidades, os sucessivos períodos inscrevem suas formas na paisagem, apagando em parte os registros dos períodos prévios.

Neste sentido, a paisagem urbana se torna um palimpsesto. Esse termo remete a prática do uso do pergaminho, cujo texto foi apagado para permitir sua reutilização. Assim, a reutilização do pergaminho conduziu à perda de inúmeros textos antigos.

Da mesma maneira, os registros são desigualmente distribuídos sobre o ambiente construído, e segundo Conzen (2004), demonstram necessitar de análise morfológica cuidadosa. Assim, a ideia da paisagem urbana como um palimpsesto está relacionada com o processo de transformação, podendo significar a perda de suas informações. Esse conceito introduz a noção do tempo como ente transformador da paisagem urbana.

O tempo

Conzen (2004) depõe que até a segunda Guerra Mundial, as novas necessidades funcionais eram raras, resultando dificilmente nas substituições de formas antigas por novas. Sobreviviam, assim, as formas originais por muito tempo, apresentando apenas diferentes graus de adaptação às novas necessidades funcionais. Assim, a regra geral era a permanência das formas construídas.

Considerando dois períodos históricos distintos, o primeiro até 1945 e o segundo após a segunda guerra mundial. Conzen (2004) explica que, durante o primeiro período histórico, a escala na construção da forma da paisagem urbana é orientada para o pedestre, ou seja, para a escala humana do indivíduo ou para locomoção à tração animal, até a revolução industrial.

No segundo período, ocorre uma ruptura de escala, com novo padrão das locomoções, exigindo novas estruturas como a construção de ferrovias, de vias para veículos, de grandes equipamentos industriais.

Dessa forma, os novos tipos edifícios projetados para demandas funcionais, transformam o padrão do lote através do desmembramento e remembramento.

Ocorre uma acentuada tensão entre a permanência e a substituição das formas na paisagem urbana, conduzidas por necessidades de sua sociedade ocupante, traduzindo-se em uma crise de natureza material e psicológica, ameaçando a identidade fisionômica das cidades. Esta crise tem suas raízes no processo de industrialização e no aumento consequente da urbanização.

Um terceiro período deve ser acrescentado para a compreensão da realidade complexa das cidades contemporâneas. No início do século XXI, observa-se uma tendência de supressão ou transformação formal nas quadras resultante do não parcelamento do solo, induzidas pelo estabelecimento de novas relações produtivas e comerciais. Neste sentido, a logística corresponde a matriz dominante da economia na era da globalização, baseada em rodovias arteriais que determinam transformações urbanas significativas, cujos resultados visíveis são a dispersão e a expansão urbana (PEREIRA COSTA, 2013).

O formato e o tamanho das vias dependem da velocidade do meio de transporte utilizado. Mas a regularidade ortogonal não demonstra adaptação, pois os barcos, e os aviões não se movem em linha reta, e as rodovias e ferrovias necessitam curvas abertas e eixo inclinado, acompanhando as variações do terreno. Conforme Bittencourt (1999, p. 9), “a velocidade depende da tecnologia, e esta, por sua vez, depende da capacidade do olho para controlar a máquina e observar a paisagem”.

O observador é parte fundamental da análise da paisagem. Para ver adequadamente é preciso não apenas o olho, mas todos os sentidos atentos em conjunto, bem como o repertório de informações e experiências, que permitem compreender aquilo que se vê num certo momento, em certo lugar. (BITTENCOURT, 1999). Fundamentados nesses estudos, a seguir procura-se fazer a leitura e a análise da estrutura urbana de Ouro Preto em 2013.

A estrutura urbana contemporânea de ouro preto

A estrutura urbana de Ouro Preto, no início do século XXI, pode ser compreendida por meio de abordagens baseadas nas teorias de ambas as escolas de Morfologia Urbana, a italiana e a inglesa, respectivamente.

As rotas são entendidas como geradoras do sistema viário. E este como estruturador da lógica de organização formal do espaço, traduzido como o plano urbano. Assim, o sistema viário apresentado na **figura 5**, conecta as abordagens italiana e inglesa neste estudo.

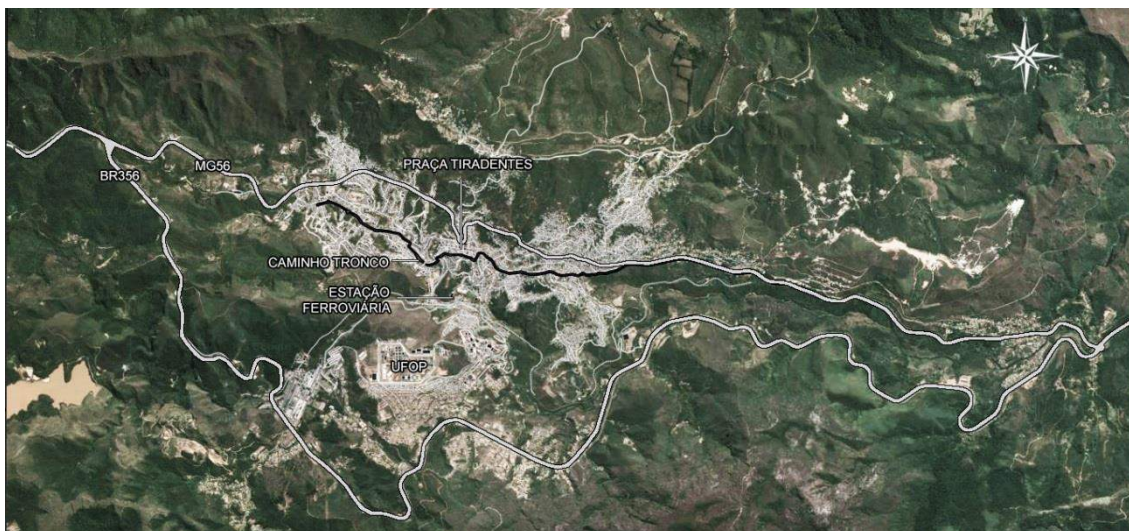


Figura 5. Esquema do sistema viário de Ouro Preto.

Fonte: Google Maps, 2013 e SMPDU, 2012. Desenhado por Lima e modificado por Gimmler Netto, 2013.

A MG 56, na parte superior da imagem é o principal acesso à Ouro Preto. Esta estrada é formada por dois trechos, existentes anteriormente como ruas, cujas dimensões e funções foram alteradas, passando a conformar via de acesso ao centro histórico de Ouro Preto. O acesso à cidade pela rodovia MG 56, à esquerda na imagem, conduz diretamente a Praça Tiradentes, que é a principal centralidade da cidade. E o segundo trecho da mesma rodovia, à direita, constitui a ligação da referida praça à cidade de Mariana, cujo vínculo histórico e cultural existe desde a origem de ambas.

A rodovia BR 356, contorna a malha urbana e leva à área industrial e universitária ao sul da cidade. Este é um acesso rápido a outras cidades da região sudeste do estado de Minas Gerais. A BR 356 juntamente com a MG 56 formam um anel de contorno à ocupação urbana que ocorre no seu interior.

O centro histórico de Ouro Preto se distribui ao longo do Caminho Tronco, apresentando direção leste-oeste, identificado pela linha preta no centro da **figura 5**. O Caminho Tronco, definido por Vasconcellos (2011), representa em 2013 o eixo de estruturação da centralidade e da paisagem colonial preservada de Ouro Preto.

O mapa da **figura 6** apresenta a síntese da estrutura urbana de Ouro Preto em 2013. Pode-se observar além do sistema viário estruturador, a malha urbana, o curso do Ribeirão Funil, a mancha urbana, as centralidades, a barreira física que corresponde ao topo da Serra de Ouro Preto e as principais tendências para a expansão urbana.

Entre o centro histórico e área industrial e universitária situada no Morro Cruzeiro, corre o Ribeirão Funil também no sentido leste-oeste no fundo do vale. Este rio foi o fio condutor da povoação de Ouro Preto, pois é onde, provavelmente, descobriu-se o ouro no final do século XVII. Vasconcellos (2011, p. 15) credits “aos paulistas a descoberta do ouro que, em grãos cor de aço, vai o mulato (...) encontrar em modesto riacho, perdido entre agrestes montanhas”.

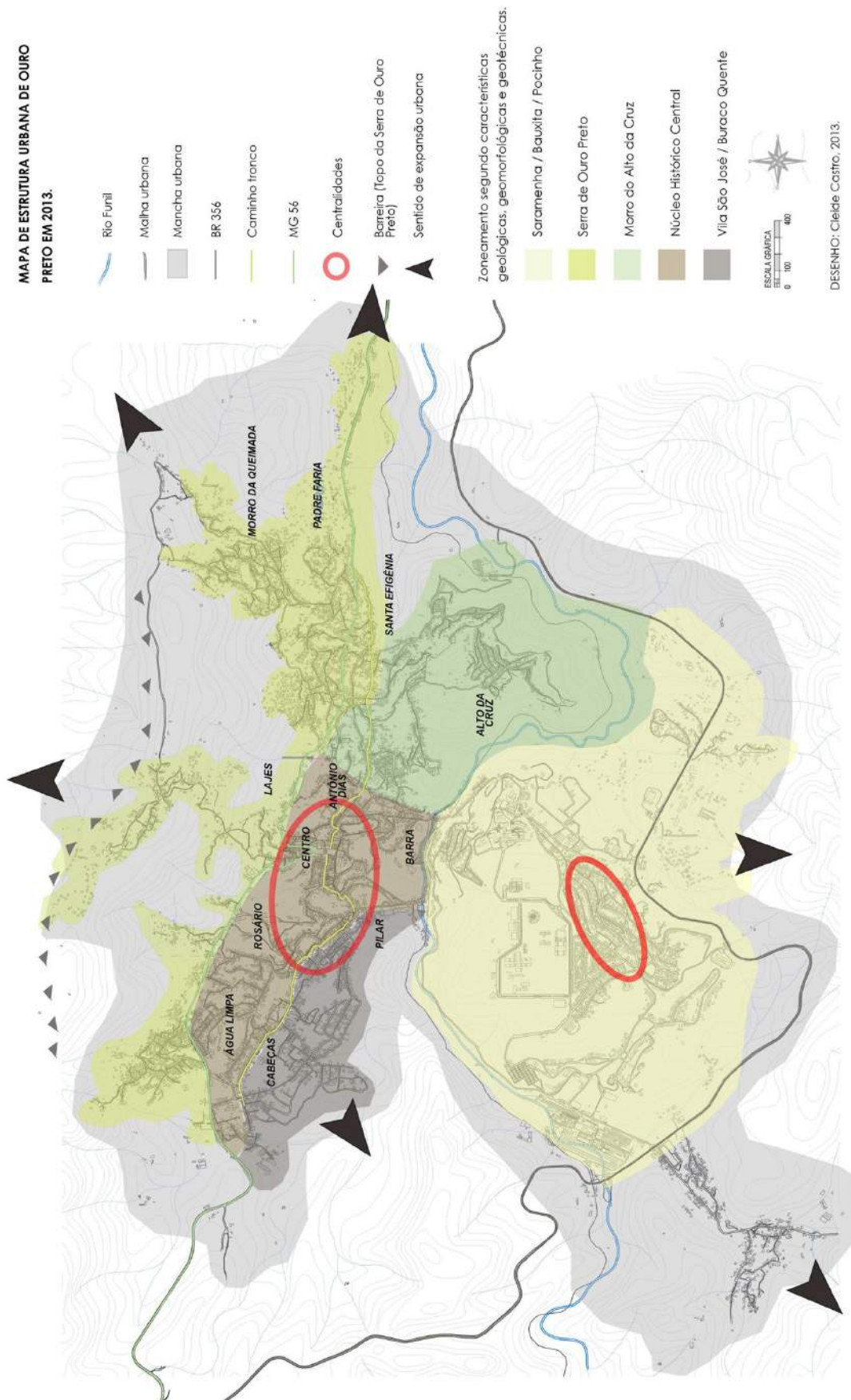


Figura 6. Mapa Síntese de Estrutura Urbana de Ouro Preto em 2013.
 Fonte: SMPDU, 2012. Sobreira, 1990. Modificado por Gimmler Netto, 2013.

No mesmo vale, acompanhando o curso do ribeirão Funil, outra estruturação significativa ocorre pela construção da Estrada de Ferro e a implantação da estação de passageiros, já no final do século XIX. A linha férrea e o Ribeirão Funil juntos, constituem uma barreira física, que estrutura a ocupação urbana em duas partes: a ocupação colonial e a expansão urbana recente ao sul.

A expansão urbana recente, do início do século XX, na direção sul, foi induzida pela implantação de uma indústria mineral, chamada Alumínio Minas Gerais S/A (ALCAN), e do campus da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). A rodovia federal BR 356, denominada Rodovia dos Inconfidentes, estrutura esta parte sul da cidade, que devido ao seu acelerado crescimento, trouxe como consequência uma nova centralidade, próxima à região da UFOP, no Morro Cruzeiro.

O início do século XXI, traz um deslocamento na direção de estruturação urbana em Ouro Preto. Ocorre a ocupação contemporânea das encostas com altas declividades, ao norte na Serra de Ouro Preto, próximas ao centro histórico. E estas, juntamente com a expansão urbana ao sul, configuram a alteração da direção leste-oeste do plano urbano, constituída desde a formação do núcleo urbano colonial, para a direção norte-sul, identificada em 2013.

A análise morfológica da estrutura urbana de Ouro Preto revela esta modificação de direção na dinâmica do plano urbano no século XXI. O plano urbano reflete a lógica de ocupação do solo e traduz os princípios ambientais, sociais e culturais que orientam um modelo representado pelo sistema viário e pelo parcelamento do solo entre quarteirões e lotes. É a concepção de organização das formas no espaço, adaptadas topograficamente.

Considerações finais

De maneira geral, podemos concluir que a forma de ocupação do território pode refletir adequação ambiental e funcional ou impor a condição funcional à ambiental, o que gera fragilidades à paisagem. Assim a forma urbana traduz uma lógica na qual o sistema viário é determinante.

A estrutura urbana contemporânea de Ouro Preto é decorrente, em primeira instância, da adaptação antrópica ao ambiente físico, realizada de maneira bem ou mal sucedida, ao longo de sua história. Neste sentido, o relevo como estrutura morfológica da paisagem, condiciona a forma urbana, cujas primeiras estruturas geradas por decisões humanas são as rotas. Estas originam as cidades e determinam a forma urbana, que está em constante transformação, refletindo o plano urbano desenvolvido na construção do ambiente.

As distintas lógicas de organização espacial produzem diferentes formas de ocupação e urbanização. O urbanismo colonial demonstra que embora sua leitura seja difícil, a lógica de ocupação pode ser percebida quando relacionamos o desenho urbano ao relevo. Compreendemos, assim, as características fundamentais da paisagem urbana de Ouro Preto e identificamos seu valor ambiental, funcional e estético que é reconhecido como patrimônio cultural da humanidade.

Referências Bibliográficas

- BITTENCOURT, Luiz Cláudio. **Regularidades do visível**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- CANNIGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. Territorial organism as individuation of typical connections between route, settlement, productive and urban organisms. In: **Architectural composition and building typology: Interpreting Basic Building**. Alinea editrice srl. Firenze, 2001. (P, 194-227).
- CONZEN, Michael P. **Thinking About Urban Form: Papers on Urban Morphology, 1932-1998**. Edited by Michael P. Conzen, 2004.
- ESTRADA REAL, 2014. **Mapa dos caminhos da Estrada Real**. Disponível em:
http://www.institutoestrada-real.com.br/estrada-real/caminhos_ Acesso 08/01/2014.
- GIMMLER NETTO, Maria Manoela. **A paisagem de Ouro Preto**. Dissertação de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável – Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2014.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço**. Tese. 3v. il. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **Arquitetura da Mineração nos Estados de Minas Gerais e Goiás**. In: **Arquitetura na Formação do Brasil**. BICCA, Briane Elisabeth Panitz e Paulo Renato Silveira Bicca (Organizadores). Brasília: UNESCO, 2006.
- PEREIRA COSTA, Staël Alvarenga et al. **The new urban conditions to answer old demands of urban life. ISUF XX**. Brisbane. 2013.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de e MORAES, Ana Maria de. **Atlas Histórico do Brasil**. Belo Horizonte: Vigília, 1987.
- SMPDU. Secretária Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano de Ouro Preto. **Mapa Cadastral**. (2012).
- TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.
- VASCONCELLOS, Sylvio de, 1916-1979. **Vila Rica: formação e desenvolvimento**. -2.ed. -São Paulo: Editora Perspectiva 2011. (Debates ; 100).
- WAGNER, Ana Maria da Silva. **Estrada Real: Paradoxo**. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica da Escola de Arquitetura da UFMG. Belo Horizonte, 2003.

Morfologia e uso dos espaços urbanos: reflexões sobre a ocupação das margens da Lagoa Santo Antônio dos Anjos, em Laguna/SC

Michelle Benedet, Carlos Augusto Faggin

UDESC/UNISUL/USP, USP

Tubarão/SC, São Paulo/SP Telefone/fax: 48 9616.3106 - 11 98152.6855

arq.michelle@gmail.com, faggin@usp.br

Resumo

As margens de corpos d'água em meio urbano podem propiciar a formação e a transformação destas áreas pela absorção de conceitos de urbanidade e pelo estabelecimento de interfaces com suas bases naturais. A legislação ambiental prevê uma proteção integral destes espaços mas impede o acesso das pessoas, por outro lado, projetos urbanos e a ocupação antrópica desconsideram o meio ambiente. A motivação desta investigação surgiu para refletir e definir os conceitos sobre como a morfologia urbana afeta os níveis de qualidade naqueles lugares que acolhem a vida comunitária de seus habitantes como um suporte a uma maior urbanidade. Como recorte, serão analisadas as margens da Lagoa Santo Antônio dos Anjos, em Laguna, SC, buscando verificar os atributos de urbanidade existentes e a sua relação com a configuração espacial. A construção de uma sistemática de avaliação utilizando requisitos técnicos e de percepção, para a verificação do desempenho de urbanidade, poderá constituir-se em um instrumento de tradução para os projetos urbanos de elementos que agreguem qualidade e valor às margens de corpos d'água. Neste trabalho será apresentada a metodologia e alguns conceitos necessários para desenvolvimento do instrumento de avaliação da urbanidade.

Palavras-chave

Urbanidade, morfologia urbana, avaliação urbana.

Abstract

The edges of water bodies in urban areas can provide the training and the transformation of these areas by the absorption of urbanity concepts and establishing interfaces with its natural bases. Environmental legislation provides for full protection of these spaces but prevents access by people, for otherside, urban projects and the human occupation disregard the environment. The motivation for this research came to reflect and define the concepts of how the urban morphology affect the quality levels in those places that welcome the community life of its inhabitants as a support for a greater urbanity. As cropping, will be analyzed the edges of the Lagoa Santo Antônio dos Anjos, in Laguna, SC, seeking to verify existing urbanity attributes and their relationship with the spatial configuration. Building a systematic assessment using technical and perception requirements for verification of urbanity performance, may constitute into a translation tool for urban projects elements that add quality and value on the banks of water bodies. This work presents the methodology and some concepts necessary to develop the assessment tool of urbanity.

Keywords

Public squares, downtown, urban morphology.

1. Introdução

Ao crescerem, as cidades perdem, recuperam, descobrem ou se deparam com novas identidades que lhe atribuem um diferencial, um valor. Os espaços em margens de corpos d'água urbanos podem ser considerados como estruturas com grande significado que contribuem para a identidade local e que devem se inserir na estrutura das cidades.

A legislação ambiental considera apenas funções ambientais, sem considerar importantes funções de urbanidade. Intervenções urbanas desconsideram, muitas vezes, a preservação ambiental destes espaços. Este fato acontece devido a uma visão estritamente ambientalista versus uma visão estritamente urbanística fazendo com que as relações ambientais de margens de corpos d'água acabem não se inserindo com a arquitetura e urbanismo do seu entorno, as transformações do espaço urbano e sua relação com o ambiente.

Esse planejamento se apresenta como um dos grandes desafios na construção da urbanidade. Vivenciamos uma necessidade de regressar à rua, retomar o meio urbano e estar em maior contato com a natureza urbana, voltando à cidade como meio de dar vida e segurança aos seus usuários.

Nesta pesquisa busca-se compreender a relação estabelecida entre a configuração espacial e a proteção ambiental através da análise das formas de uso e ocupação destes espaços, conferindo se existem atributos que qualificam a vida urbana, no sentido da interação entre as pessoas e os corpos d'água, no sentido da urbanidade.

Mello (2008) afirma que espaços de margens de corpos d'água com atributos de urbanidade promovem a valorização destes espaços pelas pessoas, uma condição essencial para sua proteção. A urbanidade entendida aqui como aquilo que qualifica a vida urbana, no sentido da interação entre os cidadãos no espaço coletivo da promoção do encontro e do convívio social (HOLANDA, 2002). Mas como os atributos de urbanidade promovem a valorização dos corpos d'água pela população? Quais condições necessárias para existirem atributos de urbanidade em ocupações antrópicas?

A análise será abordada do ponto de vista morfológico, buscando estabelecer as relações entre as margens da Lagoa Santo Antônio dos Anjos e a cidade, definindo quais são os condicionantes físicos que configuram a delimitação urbana e a relação com os elementos urbanos da cidade. A morfologia dos tecidos urbanos permite estabelecer uma explicação teórica dos critérios formais que se apresentam. O estudo da morfologia se desenvolverá a partir de três perguntas: 1) que leituras reconhecem a cidade em seu conjunto, considerando a lagoa como parte integrante deste conjunto? 2) quais as características formais dos tecidos das margens da lagoa que geram a urbanidade? 3) quais setores são críticos nas margens da lagoa?

A motivação desta investigação surgiu para refletir sobre como os tecidos urbanos afetam os níveis de qualidade naqueles lugares que acolhem a vida comunitária de seus habitantes como um suporte a uma

maior sustentabilidade das cidades. A pesquisa faz parte do projeto de tese que está sendo desenvolvido no programa de doutorado do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e tem como objetivo encontrar o equilíbrio e os elementos formais que busquem uma interação harmônica entre as pessoas e o corpo d'água, a urbanidade. Neste trabalho apresentam-se a metodologia e o referencial para desenvolvimento do instrumento de avaliação da urbanidade.

1.1 Objeto de estudo: Lagoa Santo Antônio dos Anjos, em Laguna, SC

A Lagoa Santo Antônio dos Anjos, em Laguna, SC, pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão que abrange atualmente 20 municípios, favorecidos por um complexo sistema hídrico (Figura 1). A área de drenagem do rio Tubarão abrange 4.728 km², percorrendo 120 km desde suas nascentes, até desembocar na Lagoa de Santo Antônio, em Laguna/SC. Segundo a FATMA (1997), esta bacia coloca-se em décimo lugar entre as mais poluídas do Brasil, constituindo uma das três regiões consideradas críticas no estado.



Figura 1. Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão (Fonte: Plano de Recursos Hídricos de Tubarão)

As margens da Lagoa Santo Antônio dos Anjos apresentam em sua forma de ocupação, distintas configurações espaciais e desempenhos de urbanidade. A lagoa em estudo é um ambiente lagunar raso e está situada parte dentro do perímetro urbano e parte em território rural, têm sido alvo de diferentes interferências de origem antrópica (Figuras 2 e 3).



Figura 2. Diferentes tipos de ocupação na Lagoa Santo Antônio dos Anjos, Laguna, SC.



Figura 3. Localização da Lagoa Santo Antônio dos Anjos, Laguna, SC (Fonte: Google Earth, 2014)

Devido à grande extensão das margens da lagoa e por encontrarmos diferentes tipos de ocupação (figura 03), com estrutura espacial, padrão de ocupação e modelos de tecidos urbanos distintos, dividimos a área em seis subáreas:

- a) Subárea 1 – ocupação contínua e predominância de galpões de pesca e residencial de renda média.
- b) Subárea 2 – ocupação contínua com predominância residencial de renda baixa.
- c) Subárea 3 – ocupação rarefeita com presença de espaços públicos. É o trecho mais antigo de ocupação e tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

- d) Subárea 4 – ocupação rarefeita com predominância de classe de renda baixa e estruturas de sarilhos para pesca.
- e) Subárea 5 – trecho ainda preservado, com ocupação praticamente inexistente.
- f) Subárea 6 – ocupação rarefeita com predominância de comunidades tradicionais e antigas. É o trecho mais estreito limitado pelo Morro Grande e se encontra em perímetro rural.

2. Metodologia da pesquisa

Os métodos e técnicas a serem empregadas consolidarão o conhecimento técnico a respeito do desempenho de urbanidade esperado em margens de corpos d'água, especialmente urbanos, e identificará os valores desejados e esperados por seus usuários e na relação com a cidade. Ainda, contribuirá na construção de um instrumento de avaliação destes espaços que possibilite o projetista na tomada de decisão durante o processo projetual nestas áreas qualificando a proposta resultante quanto às necessidades físicas e psicológicas dos usuários. Tais métodos e técnicas são apresentados a seguir.

2.1 Revisão bibliográfica e sistematização de informações e experiências no Brasil e no mundo relacionadas a:

- a) compreensão dos espaços de margens de corpos d'água urbanos – estes espaços apresentam relações dicotômicas envolvidas: por um lado, o ecossistema próprio das suas margens desempenhando funções ambientais essenciais e; por outro lado, a proximidade com a água estrutura e orienta a cidade ao longo da história. A pesquisa se pautará em ocupações urbanas em áreas sensivelmente sensíveis com recorte em corpos d'água doce superficiais, tais como, rios, córregos, lagos, lagoas ou reservatórios.
- b) identificação e compreensão das necessidades físicas e psicológicas dos usuários para uma maior apropriação dos espaços de margens de corpos d'água - a apropriação do espaço da cidade denota sua qualificação e é expressa pelo seu uso. A apropriação do espaço designa o conjunto de comportamentos humanos que garantem uma relação afetiva e simbólica com o ambiente espacial (LEITÃO, 2002) e se dá na exata proporção em que se multiplicam as imagens e seus imaginários.

Para essa compreensão buscaremos embasamento na psicologia ambiental que trata das relações entre o comportamento humano e o ambiente físico do homem (OKAMOTO, 2002). Além disso, o estudo e a investigação sobre a relação que une os fatores sociais com os projetos requerem conhecer de antemão trabalhos científicos realizados no campo da conduta e da percepção. Serpa (2007) afirma que espaços livres urbanos podem gerar associações inconscientes, influenciando a relação homem-espaço e servindo de mote para o desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa que valorize o caráter subjetivo das questões perceptivas.

- c) sistemáticas e instrumentos de avaliação de espaços urbanos visando identificar o grau de urbanidade – buscaremos entender a forma de capturar teórica e metodologicamente a urbanidade, por meio de pesquisas de diferentes autores e caminhos metodológicos usados por cada um. De acordo com Netto (2013), é a complexidade do objeto que pede lentes teóricas diversas buscando entender urbanidade por diferentes abordagens e teorias.
- d) atributos de urbanidade e sua análise através da morfologia urbana - a abordagem teórica parte do princípio de que a complexidade urbana deriva dos condicionalismos do espaço cuja ordem e expressão formal é adquirida em função de um processo social. Nesta perspectiva, de acordo com Heitor (2001), a leitura morfológica da cidade só é estabelecida a partir do relacionamento das características formais do espaço com as práticas sociais e há, portanto, que identificar e interpretar na forma urbana as regras implícitas da sua organização.

Segundo Heitor (2001), devemos representar objetiva e rigorosamente o padrão espacial em estudo, identificar as constantes formais presentes na forma urbana, estabelecer comparações entre as distintas situações, detectar as estratégias espaciais adotadas na sua ordenação morfológica, explorar as implicações funcionais e sociais da forma urbana e a sua relação com a atividade e a presença de indicadores de negligência/transgressão, além de avaliar as implicações de intervenções espaciais pontuais.

2.2 Processamento e análise das informações:

- a) Formulação de instrumento de avaliação qualitativa, por meio das dimensões morfológicas das margens de corpos d'água, visando identificar os atributos de urbanidade;
- b) Formulação de sistemática para avaliação de projetos urbanos em margens de corpos d'água.

2.3 Pesquisa de campo

- a) Levantamento e análise da urbanidade e das dimensões morfológicas das margens da Lagoa Santo Antônio dos Anjos, objeto de estudo desta pesquisa. Esta etapa será auxiliada pelo uso de diferentes técnicas: elaboração de mapas, entrevistas, mapas mentais e visão serial.
- b) Acompanhamento e análise do processo, verificando a pertinência dos requisitos propostos, metodologia e avaliação do potencial enquanto instrumento de qualificação da urbanidade das margens de corpos d'água urbanos.

2.4 Revisão do instrumento proposto e construção dos atributos de urbanidade

A morfologia urbana será usada como abordagem metodológica para o estudo da urbanidade nas margens da Lagoa Santo Antônio dos Anjos. O método utilizado será baseado no método de análise urbana e técnicas de apoio que constituem o corpo de disciplinas de urbanismo na Universidade de

Brasília (FAU-UNB): Dimensões Morfológicas do Espaço Urbano. O método apresenta uma sistematização que explicita todas as maneiras pelas quais os ambientes e nossas vidas podem ser afetados pela arquitetura (HOLANDA, 2007).

Segue uma definição sucinta de cada dimensão a ser analisada e a maneira como elas afetam as pessoas: a) dimensão funcional – a maneira como os espaços são adequados às atividades; b) dimensão co-presencial – as condições agradáveis para permanência e movimento de pedestres e veículos; c) dimensão topoceptiva – as condições de identidade e legibilidade dos espaços; d) dimensão afetiva – os afetos presentes no lugar; e) dimensão simbólica – a história e os valores simbólicos dos espaços urbanos para seus usuários; f) dimensão estética – as qualidades estéticas envolvidas nos elementos que compõem o espaço urbano. Como contribuição original pretende-se acrescentar a dimensão ecológica visando analisar o estado de preservação dos recursos naturais.

Como resultado desta análise pretende-se construir fichas avaliativas baseadas em cada dimensão morfológica permitindo avaliar qualitativamente as condições ambientais e de urbanidade nas margens da Lagoa Santo Antônio, em Laguna.

3. Referencial teórico, alguns conceitos.

A base conceitual da pesquisa se estabelece a partir da definição estabelecida por Mello (2008), segundo a qual existem duas vertentes para ver e atuar em espaços urbanos de beira d'água: a) a valorização dos corpos d'água considerados no planejamento e incorporados à paisagem urbana e; b) a desvalorização dos corpos d'água desconsiderados e desaparecidos na paisagem.

Mello (ibid, 2008) destaca que a desvalorização dos corpos d'água caracteriza a maior parte das áreas ribeirinhas e lacustres das cidades brasileiras e dois tipos de configuração espacial representam esta vertente: a) espaços em beira d'água privatizados, por meio de parcelamentos de baixa, média ou alta renda, nos quais os lotes chegam até a beira d'água e; b) remanescentes de área pública nos fundos de lotes, que em geral acabam por virar espaços degradados, comumente invadidos por edificações precárias, que muitas vezes avançam sobre o leito, por meio de palafitas ou aterros.

Contemplando a temática de ocupação de margens de corpos d'água, Gorski (2010), em seu livro Rios e Cidades - ruptura e reconciliação, responde a três indagações: como reintegrar os rios às cidades? Qual a melhor forma de conciliar a natureza e urbano? E quais projetos, executados nos últimos 15 anos, servirão como referências futuras? Tardin (2008) desenvolve importante estudo avaliativo sobre sistema de espaços livres e projeto territorial formulando princípios para ordenação destes espaços, relacionados a temas como a designação dos usos do solo, a manutenção das continuidades espaciais e a conveniente sutura entre espaços livres e ocupados. À luz destes conceitos pretendem-se iniciar a pesquisa aqui proposta neste projeto de tese.

O desempenho de urbanidade será analisado na relação da ocupação nas margens de corpos d'água sendo caracterizado por Mello (2008) pela promoção do convívio social e a relação amigável da população com o corpo d'água.

A urbanidade construída com suas dimensões social e espacial e entendida por Reis (2011) como atributo do meio urbano de propiciar interações sociais intensas e diferenciadas, o desenvolvimento cultural e a preservação ambiental constituindo aspectos extremamente importantes das cidades. Rosaneli (2011) destaca que ao nível espacial, urbanidade é algo que o ambiente urbano nos fornece através dos principais elementos morfológicos.

Os elementos morfológicos serão estruturados em suas dimensões, entre abordagens normativas, cognitivas e sociais mostrando-se uma metodologia interessante e relevante, na perspectiva de responder às questões em torno da prática profissional em espaços urbanos. Para o entendimento destes elementos com propósito para análise, diagnóstico, prescrição e programação das margens de corpos d'água, alguns autores e estudos se mostram essenciais para esta pesquisa, conforme identifica Vaz (2013):

- a) Lameira 2011, Barbosa 2011, Miguel Bandeira 2001 aproximam a escala morfológica à escala local através de técnicas morfológicas-tipológicas;
- b) Para as pesquisas de percepção urbana Donald Appleyard Preiser e Henry Sanoff estudam ambiente e comportamento, se preocupando com a apropriação do espaço e como “as pessoas se distribuem, organizam-se nos edifícios e ambientes abertos” (Sommer, 2002);
- c) Lynch e Cullen são pioneiros e essenciais no desenvolvimento de metodologia de projeto com base na percepção ambiental. Del Rio (1999) destaca os estudos de Lynch para responder a ideais qualitativos, tais como legibilidade, orientabilidade e identidade e de Cullen para analisar as sensações visuais topológicas;
- d) Moudon et al (2006) e Talen (2003) estudam novas técnicas de investigação no espaço público dentro da morfologia urbana, como a densidade prática de um sistema sustentável de intervenção urbana (STAHLE, 2008).

Contemplando estes autores, pretendemos estudar a morfologia urbana como propósito para análise, diagnóstico, prescrição e programação dos espaços livres em margens de corpos d'água, bem como “os atores e os processos de transformação que a moldam” (OLIVEIRA, 2013).

Compreendidos estes conceitos podemos definir algumas relações que podem ser estudadas em margens de corpos d'água definidas por Mello (2008), como por exemplo as relações dicotômicas que existem: zonas ripárias (ecossistemas próprios das áreas de margens dos corpos d'água, desempenhando funções ambientais) x proximidade da água orientando a estruturação da cidade ao longo da história, devido às múltiplas funções urbanas relacionadas à água.

Outro paradoxo destacado por Mello (ibid, 2008) são as múltiplas funções urbanísticas x as leis que impedem a ocupação formal das margens dos corpos d'água no Brasil, visando a preservação das suas funções ambientais e destacando que a ausência de critérios de uso e ocupação dessas áreas ambientalmente sensíveis acarreta sérios impactos ao meio ambiente.

Considerando os lugares como os ambientes que ganham significados através da ocupação ou apropriação do homem, deve-se destacar a particularidade de cada lugar. De acordo com Crichyno (1996), a paisagem revela um leque de diversidade nos padrões culturais e estéticos inerentes às expressões contidas no imaginário social que encontram significados em valores e apropriações distintas. Encontramos essa diversidade no objeto de estudo e vamos buscar relacionar com a situação encontrada em cada subárea a ser analisada na Lagoa Santo Antônio dos Anjos, em Laguna.

Por fim serão identificados instrumentos de avaliação que facilitem a construção de uma sistemática possível de análise dos espaços em margens de corpos d'água de forma a verificar a existência e o grau de contemplação dos atributos de urbanidade. Diversos pesquisadores, conforme será visto a seguir, servirão de base para o início da construção deste instrumento.

4. Construindo o instrumento de avaliação da Urbanidade

A urbanidade é algo tão complexo de se entender, mas ao mesmo tempo instigante que nos leva a alguns questionamentos: é uma qualidade dos espaços urbanos, das pessoas, ou da relação entre eles? Qual o papel da morfologia urbana para geração da urbanidade? Há condições espaciais que gerem uma urbanidade ou uma desurbanidade? É possível avaliar a urbanidade? Qual o melhor instrumento de avaliação?

Para contribuir na construção do instrumento de avaliação da urbanidade que irá nortear esta pesquisa, apresentamos, na **tabela 1**, uma síntese contendo conceitos e caminhos de pesquisas de diferentes pesquisadores da urbanidade.

Kevin Lynch (1960)	Jane Jacobs (1961)	Bill Hillier (1983)
Conceito: utiliza conceitos de legibilidade e identidade para definir como a facilidade com que as partes da cidade podem ser reconhecidas e organizadas. O urbano é visto como um conjunto onde os elementos móveis de uma cidade e, em especial, as pessoas e suas atividades são tão importantes quanto as partes físicas e estacionárias. Estes seriam os elementos da urbanidade, mesmo sem mencionar o termo.	Conceito: caracteriza alguns elementos necessários para a diversidade das cidades: a vitalidade, a vida nas ruas, as pessoas e suas relações com a arquitetura interagindo no espaço público. Também recomenda quadras curtas e a irrigação das cidades com espaços públicos. Mesmo não conceituando urbanidade, Jacobs identifica o que seriam os componentes necessários para que a urbanidade exista.	Conceito: pontua que a condição da urbanidade está presente na organização do espaço que atua como um meio através do qual cidade e áreas urbanas podem tornar-se potentes mecanismos capazes de gerar, sustentar e controlar os padrões de movimentos das pessoas; o modo como o espaço se posiciona com relação ao entorno; a organização do espaço público e; a interface deste com os edifícios.
Caminhos de pesquisa: percepção do ambiente urbano a partir de imagens mentais	Caminhos de pesquisa: observações das cidades.	Caminhos de pesquisa: Sintaxe Espacial. A sintaxe espacial visa compreender as relações entre a

descritas pelos usuários dos espaços analisados.		configuração de cidades e edifícios e o modo com as pessoas permanecem ou se movem nos espaços.
Frederico Holanda (2002, 2007, 2010)	Lineu Castelo (2007)	Jean Nouvel (sd apud ELLIN, 1999)
Conceito: considera urbanidade como condição “simultânea ao espaço físico e a comportamentos humanos” e esse conceito terá que ser utilizado de forma útil para a compreensão das possíveis implicações que tenha relação com a configuração dos lugares e do convívio das pessoas nele. Holanda incorpora elementos já propostos por Hillier, porém acrescenta um outro elemento: informalidade x formalidade.	Conceito: conceitua urbanidade como uma “qualidade típica e única do ambiente construído (...), uma qualificação vinculada à dinâmica das experiências existenciais, conferidas ao uso que fazem do ambiente urbano, através da capacidade de intercâmbio e de comunicação que está imbuído neste ambiente”. Considera urbanidade como algo essencialmente da forma urbana sem desconsiderar as pessoas.	Conceito: conceitua urbanidade como “aquele aspecto de um lugar que ilustra sua identidade, memória, conflitos e mudanças, enquanto expressa e alimenta os estilos de vida e aspirações de seus habitantes”. Uma “harmoniosa forma de intervenção urbana ao buscar colocar pessoas em relação com a cidade através da cultura e do <i>genius loci</i> ”.
Caminhos de pesquisa: Sintaxe Espacial e Dimensões Morfológicas do Espaço Urbano.	Caminhos de pesquisa: percepção do ambiente urbano apreendendo o modo como a população percebe o ambiente, ajudando a identificar os estímulos ambientais que mais impressionam as pessoas, a ponto de lhes fazer sentir a experiência de urbanidade.	Caminhos de pesquisa: sem metodologia definida.
Rubem Pesci (1999)	Paulo Afonso Rheingantz (2012)	Douglas Aguiar (2012)
Conceito: caracteriza urbanidade como um adjetivo dos espaços urbanos que têm como princípios: a) a descentralização e a multifocalidade como uma nova organização; b) a cidade como um sistema de interfaces; c) os espaços abertos e sua contraposição com os espaços fechados; d) a participação social e a identificação dos atores sociais; e) os fluxos como a essência do funcionamento urbano e; f) os processos produtivos urbanos	Conceito: afirma que o sentido da urbanidade contém (mas não se limita) à materialidade do ambiente urbano e não deve ser entendido como uma moldagem concebida exclusivamente pelos humanos. Aponta a necessidade de reconhecer o par Urbanidade-Desurbanidade.	Conceito: trabalha com o conceito de urbanidade como caráter do urbano, caracterizando espaços hospitaleiros como sendo o “conjunto de qualidades, boas ou más, que constituem as cidades”. O modo como “os espaços da cidade acolhem as pessoas”.
Caminhos de pesquisa: sem definição.	Caminhos de pesquisa: Teoria Ator-Rede (ANT) de Bruno Latour. A ANT considera que atores humanos e não humanos estão interligados em um coletivo ou rede de elementos materiais e imateriais.	Caminhos de pesquisa: Sintaxe Espacial
Romulo Krafta (2012)	Vinicius M. Netto (2012)	Jan Gehl (2013)
Conceito: se apropria do significado do dicionário Aurélio para conceituar urbanidade: “significa qualidades relacionadas à cortesia, ao afável e à negociação continuada entre os interesses: basicamente relativo um modo de vida urbano, a um comportamento social na cidade”. Destaca que a Sintaxe Espacial só pode ser usada se o problema da urbanidade for tomado com algo	Conceito: caracteriza urbanidade como a condição da vida coletiva e experiência das pessoas. Propõe um papel integrador da urbe na forma de três momentos da urbanidade: o momento fenomenológico (nossa experiência comum a partir da cidade); o comunicativo (a cidade como ambiente para interações) e; o ontológico (o papel das cidades na ligação entre humano e material).	Conceito: defende o quanto cuidar das pessoas na cidade é fator essencial para obtenção de “cidades mais vivas, mais seguras, sustentáveis e saudáveis”. Jan Gehl considera nas suas teorias elementos essenciais para a urbanidade: a dimensão humana; os sentidos e a escala; a cidade viva, segura e saudável, ao nível dos olhos e; a ordem vida-espacos-edifícios.

da razão e não da emoção.		
Caminhos de pesquisa: Teoria da Morfogênese de Conzen e Inter-representation Networks (IRN) de Haken e Portugali. Para estudo morfológico sugere Camillo Sitte, movimento City Beautiful, Christopher Alexander, Cullen e Lynch.	Caminhos de pesquisa: pela aproximação das áreas de filosofia e estudos urbanos.	Caminhos de pesquisa: observações e análise da apropriação dos espaços urbanos.

Tabela 1. Síntese dos principais conceitos e caminhos de pesquisas da urbanidade.

Conforme visto, podemos abordar o tema através de diferentes perspectivas, autores, disciplinas e correntes de pensamento, cada uma das teorias tem uma visão muito particular da urbanidade, entretanto percebe-se uma inconsistência, especialmente metodológica, para estudo da urbanidade que incorpore um maior número de variáveis determinando um modelo que melhor defina esse complexo da urbanidade e as maneiras de como atingi-la.

Entendemos que urbanidade deve ser uma espécie de qualidade superior do urbano reunindo as suas melhores qualidades sendo indissociável da apropriação das pessoas. E essa urbanidade só pode ser atingida quando está associada às emoções humanas, por esta razão a construção do instrumento de avaliação do grau de urbanidade das margens de corpos d'água deve abranger diferentes caminhos de pesquisa.

Para finalizar essa primeira aproximação com a temática trouxemos a expressão utilizada por Paulo Reighantz (2012) para explicar a razão de não concordar com estudos da sintaxe espacial para entendimento da urbanidade: "EXPLIQUE A DOÇURA DO AÇÚCAR" (Fritjof Capra). A doçura do açúcar só poderá ser entendida e explicada no momento em que o açúcar interage com o palato – somente com as pessoas e sua interação no espaço que poderemos entender e atingir a urbanidade.

5. Considerações finais

A tentativa de estabelecer esta análise será um desafio, em consequência das desigualdades entre estudos de abordagem morfológica, método escolhido, e pela escassez de sistemáticas pesquisas sobre o objeto de estudo pretendido nesta pesquisa, a urbanidade nas margens de corpos d'água urbanos, especialmente lagoas. O debate acerca da construção de parâmetros é uma condição essencial para que investigações e futuras intervenções em margens de corpos d'água urbanos se deem de modo mais coordenado.

A identificação do repertório sobre necessidades físicas e psicológicas atendidas nos espaços das margens de corpos d'água urbano desempenhadas no âmbito da busca da urbanidade, define seu nível de relevância para os usuários das margens de corpos d'água urbanas. A metodologia proposta pretende avaliar o atendimento de necessidades físicas e psicológicas e, sobretudo, valores desejados e esperados nos atributos de urbanidade como instrumento de facilitação ao processo de projetar.

6. Referências bibliográficas

- AGUIAR D (2012) Urbanidade e a qualidade da cidade, in D Aguiar, V M Netto (org.) *Urbanidades*, Folio Digital: Letra e Imagem, Rio de Janeiro, 61-79.
- CASTELO L (2007) *A Percepção de Lugar*, Editora Propar, Porto Alegre.
- CRICHYNO J (1996) Uso potencial da vegetação de restinga (Maricá-RJ): critério para seleção de espécies em projetos de paisagismo, *II Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil*, São Paulo.
- DEL RIO V (1999) Cidade da mente, cidade real: percepção ambiental e revitalização na área portuária do RJ, in V DEL RIO, O OLIVEIRA (org.) *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*, Studio Nobel, São Paulo: Studio Nobel.
- ELLIN N (1999) *Postmodern Urbanism*, Princeton Architectural Press, XXXX
- GEHL J (2013) *Cidades para pessoas*, Perspectiva, São Paulo.
- GORSKI M C B (2010) *Rios e cidades: ruptura e reconciliação*, Editora Senac, São Paulo.
- HILLIER B, HANSON J (1984) *The social Logic of Space*, University Press, Cambridge.
- HOLANDA F (2002) *O espaço de exceção*, Editora Universidade de Brasília, Brasília.
- HOLANDA F (2007) A praga do infinito e a ressurreição do lugar, in C R DUARTE et al. *O lugar do projeto no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo*, Contra Capa, Rio de Janeiro.
- HOLANDA F (2010) Urbanidade: arquitetônica e social, *I ENANPARQ*, Rio de Janeiro.
- JACOBS J (2000) *Morte e vida das grandes cidades*, Martins Fontes, São Paulo.
- KRAFTA R (2012) Impressões digitais da urbanidade, in D Aguiar, V M Netto (org.) *Urbanidades*, Folio Digital: Letra e Imagem, Rio de Janeiro, 115-133.
- LAMEIRA G (2011) Paradigm (s) of the urban transformation on the 1st half of the XX century, *1ª Conferência da Rede Portuguesa de Morfologia Urbana*, Porto.
- LYNCH K (1999) *A imagem da cidade*, Martins Fontes, São Paulo.
- MELLO S S (2008) *Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água* (Tese de Doutorado), Universidade de Brasília, Brasília.
- NETTO V M. A urbanidade como devir do urbano, in D Aguiar, V M Netto (org.) *Urbanidades*, Folio Digital: Letra e Imagem, Rio de Janeiro, 33-59.
- OLIVEIRA V (2013) *Revista de Morfologia Urbana*, Rede Portuguesa de Morfologia Urbana, Lisboa.
- PESCI R (1999) *La ciudad de la urbanidad*, Fundacion CEPA, Buenos Aires.

- REIS A F (2011) Crescimento urbano-turístico, meio ambiente e urbanidade no litoral catarinense, in A F REIS (org.) *Arquitetura, Urbanidade e Meio Ambiente*, Editora da UFSC, Florianópolis.
- RHEINGANTZ P (2012) Narrativas ou traduções da urbanidade, in D Aguiar, V M Netto (org.) *Urbanidades*, Folio Digital: Letra e Imagem, Rio de Janeiro, 135-161.
- ROSANELI A F (2011) A morfologia urbana como abordagem metodológica para o estudo da forma e da paisagem de assentamentos urbanos, *VI Colóquio Quapá-Set*, Maranhão.
- SOMMER R (2002) O desenvolvimento e a aplicação dos conceitos de espaço pessoal, in V DEL RIO, *Projeto do Lugar: colaboração entre Psicologia, Arquitetura e Urbanismo*, Contra Capa, Rio de Janeiro.
- STAHLE A (2008) *Compact Sprawl: Exploring public open space and contradictions in urban density*, School of architecture and the Built Environment (ABE), Stockholm.
- TARDIN R (2008) *Espaços livres: sistema e projeto territorial*, 7Letras, Rio de Janeiro.
- VAZ S M L P (2013) *Morfologia urbana e espaço público: abordagens comparativas no contexto europeu* (Dissertação de Mestrado), Universidade do Porto, Porto.

Forma urbana e caráter: O caso dos bairros Cidade Jardim e Santa Tereza em Belo Horizonte

Paula Balli Cury, Maria Leticia Ticle

Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável - MACPS, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais

Rua Paraíba, 697, Funcionários, Belo Horizonte, Minas Gerais. CEP: 30.130-140. Telefone/fax: (55) (31) 3409-8874

paulaballi@yahoo.com.br, leticiaticle@gmail.com

Resumo

A preocupação central neste artigo foi buscar elementos de aproximação de ordem morfológica e sociocultural pertinentes aos bairros Santa Tereza e Cidade Jardim, em Belo Horizonte, pontuando as diferenças entre as maneiras e seus respectivos períodos de surgimento na cidade. Estes bairros, por suas características particulares, despertaram interesse de preservação do ponto de vista do patrimônio cultural e contam com instrumentos de política urbana para manutenção de seu caráter. No bairro Cidade Jardim, a preservação passa menos pela relação direta entre habitantes e aspectos físicos do bairro do que pelos estilos arquitetônicos consagrados de suas edificações. No bairro Santa Tereza, se almeja preservar modos de vida que só são possíveis com a manutenção dos usos característicos do local, com menor dependência da conservação de estilos arquitetônicos específicos. Os elementos trazidos à luz no artigo pretendem demonstrar que configurações espaciais relacionam-se com significados e valores socioculturais e promovem a função de urbanidade dos espaços. A apropriação dos bairros como estudo de caso deste trabalho se faz pertinente na medida em que é possível verificar o crescente interesse sobre estas áreas durante diversos períodos do desenvolvimento da cidade.

Palavras-chave

Caráter; Significado; Valores; Cidade Jardim; Santa Tereza

Abstract

This paper intends to show morphological, social and cultural elements about Cidade Jardim e Santa Tereza, in Belo Horizonte, and its respective periods of implementation. These neighborhoods, because of their particular features, are protected by public policies of cultural heritage, in order to maintain their characters. In Cidade Jardim, the preservation is focused on the architectural elements and styles. In Santa Tereza, one seeks to maintain its lifestyle enabled by the uses of the place. What we intend to show in this paper is that the spatial configuration is related to meanings and social and cultural values, and that they promote the urban function of places. The two neighborhoods as case studies are pertinent because they have been arousing interest along the history of Belo Horizonte.

Keywords

Character; Meaning; Values; Cidade Jardim; Santa Tereza

Introdução

A observação de pontos convergentes entre os temas de pesquisa das autoras trata da configuração urbana dos bairros Cidade Jardim e Santa Tereza em Belo Horizonte e sua pertinência enquanto patrimônio ambiental e cultural. Os bairros possuem características morfológicas próprias e surgem de maneiras e em períodos distintos da história das transformações urbanas de Belo Horizonte. A apropriação dos bairros como estudo de caso deste trabalho se faz pertinente na medida em que é possível verificar o crescente interesse econômico e político sobre estas áreas durante diversos períodos do desenvolvimento da cidade.

A área hoje denominada bairro Santa Tereza, com sua vida boêmia e suas edificações simples possui características de uma densa ocupação. O bairro Cidade Jardim associa áreas verdes ao desenho sinuoso de vias, tendo sido pensado para atender aos interesses da classe média alta da cidade que buscava espaços com características diferenciadas.

Apesar das diferenças quanto à formação inicial de cada um dos bairros, há pontos comuns que devem ser explicitados: ambos são limitados por grandes avenidas e pela presença de cursos d'água enclausurados ou completamente cobertos e seus traçados apresentam vias que se desenvolvem em concordância com a topografia. A preocupação central neste artigo foi o cotejamento entre os elementos de ordem morfológica e sociocultural pertinentes aos bairros Santa Tereza e Cidade Jardim.

Christian Norberg-Schulz (1980), afirma que a essência de um lugar se dá pela sua "qualidade ambiental", determinada por sua substância material, forma, textura e cor. A totalidade concreta de suas propriedades, como as relações espaciais, constituem o caráter peculiar de um lugar, ou seja, a sua identidade. Se o caráter indica a forma e a substância concreta dos elementos que definem o espaço e a sua atmosfera, este caráter então pode ser indicado pelas características do sítio natural, pelas edificações e por sua importância histórica. Primeiramente, a forma urbana é definida pelos elementos físicos fundamentais – as edificações e os espaços livres a elas relacionados, ou seja, as áreas livres, os quarteirões, os lotes e as vias. Em segundo lugar, pode ser compreendida a partir dos diferentes tipos de resolução, que, de modo geral, correspondem às normas que institucionalizam a relação construtiva entre o edifício e o lote, entre as vias e as quadras e entre a cidade e a região. E, finalmente, deve ser compreendida a partir da história, pois os elementos que a compõem estão sempre em transformação e substituição.

Cada um dos bairros é considerado patrimônio cultural da cidade por traços distintos de seu caráter. No Cidade Jardim a preservação passa menos pela relação direta entre habitantes e aspectos físicos do bairro do que pelos estilos arquitetônicos consagrados de suas edificações. Na Santa Tereza se almeja

preservar modos de vida que só são possíveis com a manutenção dos usos característicos do local, independente da conservação de estilos arquitetônicos específicos.

Os bairros Cidade Jardim e Santa Tereza

Belo Horizonte é uma cidade planejada que nasce com o intuito de acompanhar a revolução positivista do pensamento científico em voga no final do século XIX. Surgiu sob a ótica da industrialização, processo que foi, no entanto, retardado em virtude de lutas políticas e crises econômicas. O engenheiro paraense Aarão Reis foi escolhido para a criação do plano urbano da Nova Capital e também para chefiar os trabalhos da Comissão Construtora, órgão que seria o responsável pela execução das obras de saneamento, terraplanagem e construção das edificações destinadas a abrigar o poder público e residências para os funcionários que se deslocariam para a cidade.

A planta geral da Nova Capital (**figura 1**) era composta por três zonas: central ou urbana; suburbana e rural, destinada a abrigar sítios produtores agrícolas, chamados também de colônias, responsáveis pelo abastecimento da cidade. Já no ano seguinte, o governador do estado¹, Crispim Jacques Bias Fortes, aprovou a instalação de colônias agrícolas também nas seções suburbanas. Foram criadas seis colônias, que possuíam regulamentação própria e eram subordinadas ao governo estadual.

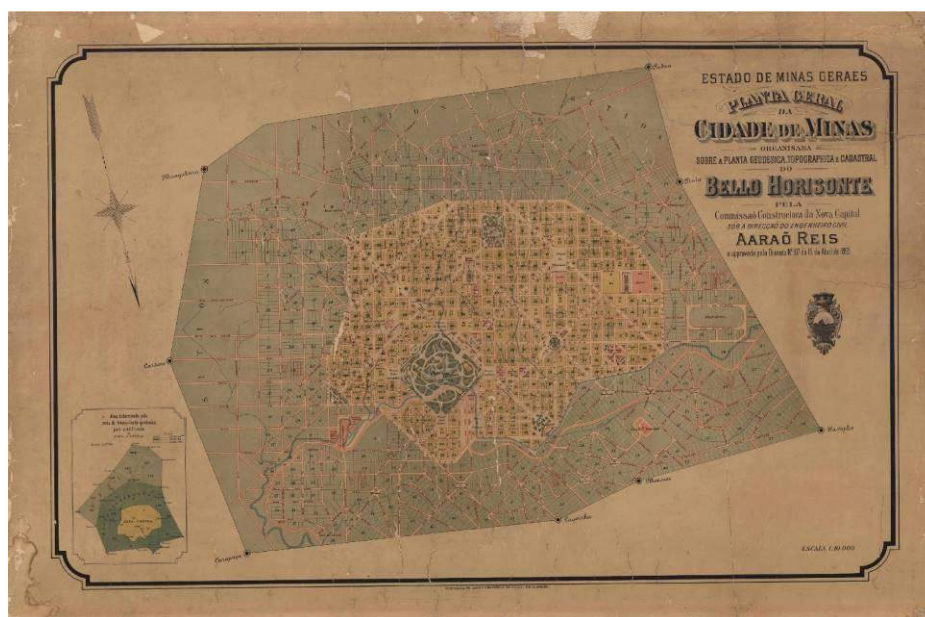


Figura 1. Planta Geral da Cidade de Minas.
Fonte: Arquivo Público Mineiro, s/d.

Lincoln Continentino, autor da primeira proposta de revisão do plano geral da Comissão Construtora de Belo Horizonte intitulada “Plano de Urbanismo de Bello Horizonte”², reconhece os méritos do projeto de

¹ À época, a nomeação correta para o cargo que hoje corresponde ao de governador era presidente do estado.

² CONTINENTINO, Lincoln. Plano de Urbanismo de Bello Horizonte (Justificativa de uma proposta para sua organização, apresentada à Comissão Técnica Consultiva de Bello Horizonte, em 1935) In: _____. Saneamento e Urbanismo, 1937, p. 337-344.

Aarão Reis, mas critica o exagerado geometrismo que por vezes obrigou a alteração das condições naturais em prol da implantação de vias, desconsiderando não raras vezes a topografia local. O traçado em xadrez da Zona Urbana ignora a maioria dos cursos d'água existentes, o que vem a acarretar problemas diversos.

Os bairros cidade Jardim e Santa Tereza são diametralmente opostos em sua localização, surgimento e conformação em relação ao tecido urbano de Belo Horizonte. A imagem abaixo (**figura 2**) apresenta a área central da cidade, planejada por Aarão Reis, e a localização dos dois bairros. O Cidade Jardim é um bairro de dimensões pequenas e com características homogêneas em toda sua extensão. Diferentemente, o bairro Santa Tereza tem seu início a partir de uma ocupação agrícola e não passa por nenhuma etapa de planejamento para seu desenvolvimento e posterior crescimento, até 1995, sofrendo ao longo do tempo substituições e alterações em sua paisagem sem, contudo, perder sua ambiência.



Figura 2. Fotografia aérea da região central da cidade de Belo Horizonte. Em amarelo, a Avenida do Contorno. Em vermelho, as delimitações dos bairros Cidade Jardim, na parte inferior da imagem, e Santa Tereza, na parte superior.

Fonte: Google maps, modificado pelas autoras.

O bairro Cidade Jardim nasce dentro de um contexto sócio político desenvolvimentista, sua formação se dá por influências teóricas diversas. Proposto entre os anos de 1938³ e 1940, localiza-se na zona sul de Belo Horizonte externo ao anel criado por Aarão Reis - a Avenida do Contorno. A implantação do bairro só foi efetivada durante o governo de Juscelino Kubitschek, em 1940 e propunha a criação de um espaço urbano com características edificadas distintas das até então vigentes. O bairro é limitado por grandes avenidas, ao norte a Avenida Raja Gabaglia, ao sul a Avenida Prudente de Moraes (criada sobre o Córrego do Leitão) e a Leste pela Avenida do Contorno.

No período de implantação do bairro Cidade Jardim, a cidade estava se desenvolvendo, a especulação imobiliária nas áreas internas a Avenida do Contorno, correspondendo à Zona Urbana do plano de Aarão Reis ainda era intensa. A associação de áreas verdes ao desenho sinuoso de vias, edificações isoladas

³ Otacílio Negrão De Lima assina a Lei n°39 de 30 de Julho de 1948. Nesta lei, que propõe a criação do bairro Cidade Jardim, estão estabelecidas a forma de ocupação dos lotes, afastamentos frontal e lateral, altimetria máxima, taxa de ocupação de 40%, tipo e altura permitida para o fechamento dos lotes.

nos lotes, a eliminação dos cursos de água que corriam a céu aberto, são alguns dos elementos aplicados à proposta de criação do bairro, que seguia os passos do urbanismo europeu do final do século XIX, este buscava solucionar os graves problemas oriundos do rápido desenvolvimento urbano sem planejamento. No Brasil, algumas premissas do inglês Ebenezer Howard, autor da proposta urbana conhecida como Garden Cities ou cidades-jardim, que aliavam os aspectos positivos da vida no campo às benesses trazidas pelo desenvolvimento urbano com o intuito de criar uma nova sociabilidade em um novo espaço urbano, geraram bairros ou subúrbios jardins, ou seja, áreas com características diferenciadas dos bairros centrais planejadas para receber e abrigar as famílias mais abastadas.

O bairro Cidade Jardim incluía em seu plano original um parque local, envolvendo a sede da Fazenda Velha, único prédio remanescente do antigo arraial do Curral D'El Rey⁴. O bairro é formado por aproximadamente 16 quadras, grande parte delas possui dimensões aproximadas de 200 x 100 metros, subdivididas em 19 e 20 lotes com área mínima de 1.000,00m². O arruamento interno, assim como as quadras segue o sentido das curvas de nível e apresenta ruas com dimensões entre treze e quinze metros de largura, onde a pista de rolamento ocupa uma largura aproximada de oito metros e os passeios tem medidas entre 2,50 m e 3,50 de largura. As ruas transversais são as que apresentam maior declividade sem, no entanto, se constituírem em rampas que possuam uma inclinação muito acentuada.



Figura 3. Mapa com limite oficial e perímetro da ADE do Bairro Cidade Jardim
Fonte: IV Conferencia Municipal de Política Urbana. Prefeitura de Belo Horizonte. 2014

A ocupação e formação do bairro podem ser compreendidas como a efetivação do desejo da capital de Minas em se apresentar moderna, sendo o bairro uma das áreas da cidade em que ainda podem ser encontrados diversos exemplares da arquitetura modernista mineira.

⁴ Nome do antigo arraial existente na área escolhida para a instalação da Nova Capital de Minas Gerais.



Figura 4. Residência no bairro Cidade Jardim

Fonte: Arquitetura Modernista em Minas Gerais - Disponível em:
<http://www.arq.ufmg.br/modernismomg/fichaobra/obras.php?obra=72> Acesso em 27/05/2015

O bairro Cidade Jardim mantém desde sua formação algumas características que o tornam singular dentro de Belo Horizonte. Sua implementação se dá com a Lei nº39 de 30 de Julho de 1948, onde estão estabelecidas a forma de ocupação dos lotes, afastamentos frontal e lateral, altimetria máxima, taxa de ocupação de 40%, tipo e altura permitida para o fechamento dos lotes. Os lotes seriam de 1.000 metros quadrados de área e frente mínima de 25 metros, devendo os prédios manter recuo mínimo de 10 metros com relação aos arruamentos, não sendo permitida a vedação dos terrenos por muros. A altimetria máxima das edificações seria de três pavimentos e o uso exclusivamente residencial, exceto nos lotes doados pela prefeitura para a instalação dos colégios São Paulo e Loyola e a faculdade de Odontologia e Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais. Esta conformação física se mantém até hoje, tendo sido alterada apenas a característica inicial de uso que seria exclusivamente residencial.

O bairro Santa Tereza tem sua origem a partir do estabelecimento da Colônia Ribeirão da Matta na região leste da cidade. Segundo o jornalista Luis Góes, estudioso e antigo morador do Santa Tereza, para compreender a origem do bairro “interessam os lotes compreendidos entre as ruas Pouso Alegre, Salinas, Capitão Bragança e Avenida Flávio dos Santos. Desta forma, parte do que seria Santa Tereza, em 1898, tem outro mapa (...).” (GÓES, s/d, p. 6).

O bairro está localizado na Regional Administrativa Leste de Belo Horizonte. De acordo com o mapa da PRODABEL de 2010 (**figura 5**), o Santa Tereza é circundado mais a oeste pela Avenida do Contorno, ao sul e ao leste pela Avenida dos Andradas e ao norte pela Rua Pouso Alegre.



Figura 5. Delimitação Santa Tereza
Fonte: Prodabel. 2010

O bairro Santa Tereza, ainda na fase de colônia agrícola, foi ocupado por imigrantes que vieram trabalhar como operários na construção de Belo Horizonte. A forte presença de militares também é um dos traços de sua ocupação social, já que a 9ª Cia, de Ouro Preto foi transferida para lá ainda em 1896, sendo substituída pelo 5º Batalhão da Força Pública Mineira e, posteriormente, pelo Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais, ainda instalado no bairro. As famílias dos trabalhadores e militares se fixaram na área e, os poucos, comerciantes também se instalaram ali, fomentando a movimentação e a crescente ocupação. (BAGGIO, 2005) ⁵

Em 1911 a colônia agrícola passou a se chamar Américo Werneck e, já no ano seguinte, o decreto municipal de 05 de fevereiro de 1912 oficializou sua emancipação e a incluiu na sétima seção suburbana de Belo Horizonte, passando a ficar, então, sob jurisdição da capital. Essa nova ordem implicou normas e regulamentos para controlar sua ocupação, ficando sob a responsabilidade do município a urbanização da área.

Investimentos em infraestrutura começaram a ser feitos na década de 1920, como a chegada e extensão da linha do bonde à colônia. Nesse período a região se mostrava já bastante consolidada, com muitas famílias, algum comércio e prestadores de serviços. A criação do bairro foi oficializada em 1928 a pedido dos moradores e, nesse momento, lotes foram concedidos a funcionários públicos, oficiais, praças e operários, reafirmando a conformação do perfil dos moradores do bairro.

O bairro possui relativo isolamento geográfico como forte característica, por abrigar uma colina cercada pelo Córrego da Mata e pelo Ribeirão Arrudas. Seu isolamento natural foi ainda intensificado pela presença da linha de trem e pelos acessos ao bairro limitados por algumas vias específicas. As poucas opções de transporte público também contribuíram para que o isolamento se mantivesse por muitos anos

– o bonde avançou até a Rua Mármore somente em 1926, a estação de metrô foi implantada na década de 1990 e ainda hoje há apenas duas linhas de ônibus que atendem ao bairro. (BAGGIO, 2005)

O Santa Tereza conta hoje com aproximadamente 87 quarteirões com diferentes conformações geométricas, geralmente atendendo as imposições topográficas locais. Na porção central do bairro, ou seja, aquela próxima a Praça Duque de Caxias, encontramos quadras regulares, com um desenho que se aproxima ao de um tabuleiro de xadrez. A partir da Rua Salinas, que praticamente percorre todo o bairro no sentido longitudinal, em direção a Avenida Silviano Brandão, percebemos uma nova conformação de quadras e lotes imposta pela topografia. Nesta porção do bairro os quarteirões são mais compridos e se estendem até a Rua Pouso Alegre (Figura 6), altera-se também a disposição do lote nos mesmos findo as frentes voltadas, em sua maioria, para as ruas transversais.

Em alguns casos podemos verificar que o desenvolvimento do bairro se deu com a contínua abertura de vias em distintas épocas. Nas figuras 5 e 6, esta indicada à abertura de uma via que em 1942 estava apenas ensaiada (figura 5). A abertura e extensão de vias em períodos distintos numa mesma quadra, esta pratica foi recorrente no desenvolvimento do bairro, alterando assim sua conformação.

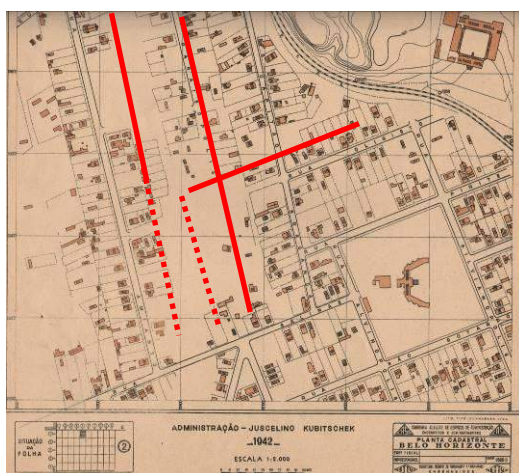


Figura 5. Planta cadastral de Belo Horizonte
Fonte: Biblioteca Escola de Arquitetura UFMG, 1942



Figura 6. Bairro Santa Tereza, ruas Oligisto e Paraisópolis
Fonte: Google maps, modificado pelas autoras, 2015

Nota-se no bairro a presença marcante do casario tradicional das primeiras décadas do século XX, que reúne tipologias e estilos arquitetônicos variados, até mesmo em uma única edificação. A arquitetura típica é simples e concentra mais de um estilo. Muitas vezes, uma mesma edificação não apresenta um deles bem definido, mas características de seu período de construção e de períodos anteriores, atendendo mais ao gosto do proprietário do que às regras de estilo. Dessa forma, há vários casos de edificações que possuem referências variadas em uma única fachada, como Eclético, Moderno e Art Déco, demonstrando simplicidade e criatividade nas soluções arquitetônicas⁶.

⁶ ANDRADE, Luciana de; ARROYO, Michele Abreu (Orgs.). Bairros Pericentrais de Belo Horizonte. Patrimônio, Territórios e Modos de Vida. 1ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.



Figura 7. Residências no bairro Santa Tereza
Fonte: Arquivo pessoal

Além disso, é marcante no bairro o traçado de suas ruas, muitas delas ainda calçadas com pedras – calçamento de paralelepípedos ou “pé-de-moleque”; suas quatro praças, que são palco de festas populares e encontros cotidianos; a imponência da igreja da Paróquia de Santa Teresa e Santa Teresinha na Praça Duque de Caxias, a principal delas; seu comércio formado por estabelecimentos de pequeno porte, pelos inúmeros bares, botequins e restaurantes, muitos deles presentes em Santa Tereza há anos e que ajudam a manter vivo o imaginário coletivo acerca da alta sociabilidade noturna do bairro.

Uma das particularidades de Santa Tereza, proporcionada pelo conjunto de atributos apresentados até aqui, é sua organicidade, que vai além da homogeneidade e/ou excepcionalidade estilística de suas construções. Está mais relacionada ao caráter do bairro, à sua ambiência proporcionada por uma arquitetura voltada para a rua – casas construídas bastante próximas ao alinhamento, com varandas, muros baixos (ainda que hoje sejam gradeados, dada à preocupação contemporânea com a segurança), portas e janelas frontais às calçadas; pelas visadas⁷ da Serra do Curral, propiciadas pela geografia irregular de suas porções norte e sul, visões cada vez mais escassas e raras pela cidade. A forma mostra-se como suporte da existência singular do bairro, essencial à permanência das diferenças ostentadas pelo Santa Tereza diante de outros bairros da cidade, aquelas que conformam sua singularidade.

Três características lhe são frequentemente atribuídas: tradicional, cultural e boêmio. Sua história, paisagem, a maneira como os moradores interagem uns com os outros e fazem uso dos espaços do bairro funcionam como suportes bastante razoáveis para a atribuição dessas três características tidas

⁷ “Exemplos desses mirantes são os cruzamentos das ruas Eurita com Estrela do Sul, Bocaiuva com Mármore, Capitão Procópio com Ângelo Rabelo e final da rua Paraisópolis.” (Belo Horizonte. Diário Oficial do Município – DOM – 12 de Março de 2015. Ano XXI. Ed. 4761, Câmara Municipal de Belo Horizonte. Poder Legislativo. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte.)

como primordiais e de outras tantas delas derivadas ou relacionadas, além de serem a base de manutenção do discurso sobre o bairro.

Apesar da grande oferta de comércio e serviços, o bairro Santa Tereza manteve o uso predominantemente residencial ao longo das décadas. Nos anos 1950 começam a surgir os pequenos edifícios multifamiliares, com grande oferta de lotes e aquecimento do mercado imobiliário. Já na década de 1980, os conjuntos habitacionais de pequeno porte também passam a fazer parte dos empreendimentos imobiliários presentes em Santa Tereza. Em princípios da década de 1990, dois novos acessos ao bairro foram estabelecidos, um viaduto e uma estação de metrô. Segundo estudos de Souza, Cajazeiro e Soares (2012), o mercado imobiliário voltou-se com certa intensidade para Santa Tereza, bairro pericentral que até então havia sido relativamente pouco explorado pelo segmento. As pressões do mercado culminaram em 1995 com a inclusão do Santa Tereza como Zona de Adensamento Preferencial (ZAP) nos estudos que estavam sendo conduzidos para a elaboração de um novo Plano Diretor do município de Belo Horizonte.

Legislação e paisagem

A preocupação com a preservação e conservação dos vestígios do passado, como forma de manutenção de uma cultura ou história de um povo, dá origem ao conceito de patrimônio. A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) e sua população afirmam que algumas áreas e regiões da cidade demandam tratamento direcionado, dadas suas particularidades dentro da configuração urbana, seja pelo tipo de ocupação e uso, por ser referência para a população, exemplo de alteridade, cultura local. São regulamentadas como Áreas de Diretrizes Especiais (ADEs), cujas delimitações funcionam como sobrezoneamentos no âmbito da legislação de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (LPOUS - Lei n.º 7.166/96, modificada pela 8.137/2000 e novamente pela 9.959/2010) da cidade, variando de acordo com as necessidades de preservação dos elementos que configuram as especificidades de cada uma delas. Nelas, as regras construtivas preponderam sobre as da LPOUS, sendo iguais ou mais restritivas.

O reconhecimento da importância de seu acervo edificado leva a criação da Área de Diretrizes Especiais (ADE) Cidade Jardim, regulamentada pela Lei nº 9.563/2008. Este instrumento de preservação leva em consideração as características próprias desta região e serve como lei complementar, que reforça a manutenção desta tipologia única dentro do perímetro urbano de Belo Horizonte.

O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH) instituiu em 17 de abril de 2013 a Deliberação nº 038/20138, pela proteção do Conjunto Urbano Bairro Cidade Jardim e inscrição no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico,

⁸ Nesta deliberação, “todos os imóveis localizados dentro do perímetro de proteção do Conjunto Urbano Cidade Jardim ficam sujeitos às diretrizes especiais de proteção da memória e do patrimônio cultural de Belo Horizonte”.

conforme inventário do patrimônio cultural elaborado pela Diretoria de Patrimônio Cultural/Fundação Municipal de Cultura.

Foram instituídos três parâmetros distintos para indicação dos bens culturais merecedores de proteção específica. O primeiro diz respeito às edificações representativas da “linguagem modernista”, ou seja, aquelas que em geral possuem evidenciados os princípios corbusianos⁹. No segundo parâmetro encontramos as edificações ditas espanholadas e californianas¹⁰. O terceiro parâmetro se refere aos bens culturais referenciais, “edificações de grande porte que abrigam usos de serviços ou culturais e que ganham destaque na paisagem por sua monumentalidade arquitetônica, seu valor histórico e, sobretudo, pelos usos coletivos que abrigam, ou abrigaram.” (DOM, 25 de abril de 2013).¹¹

A especulação imobiliária, sempre presente nas alterações urbanas locais, fez surgir um novo projeto de lei¹² no qual é proposta a preservação somente dos imóveis identificados e protegidos, os demais imóveis do bairro poderão ser demolidos e substituídos por edificações “mais funcionais”. A alteração física das edificações, mesmo que se mantenham os parâmetros urbanísticos propostos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo pode comprometer a paisagem do conjunto urbano.

As transformações urbanas que aconteceram em Santa Tereza desde a década de 1950 alteraram significativamente, embora não de maneira definitiva, a paisagem do bairro embora seu caráter resistisse a tantas interferências físicas. Em 1996 estabeleceu-se um forte movimento de resistência no que se referia à inclusão do Santa Tereza no Plano Diretor como ZAP. A pressão do movimento culminou no estabelecimento da Área de Diretrizes Especiais (ADE) Santa Tereza, de interesse cultural.

Qualquer intervenção nas construções inseridas em seu perímetro deveriam ser comunicadas e avaliadas pela Diretoria de Patrimônio Cultural (DIPC) da Fundação Municipal de Cultura, órgão da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o que não acontece, via de regra.¹³ Portanto, a DIPC deu encaminhamento à proposta de incluir o bairro no Inventário de Conjuntos Urbanos de Belo Horizonte. A delimitação de

⁹ São citados na deliberação: estrutura autônoma, janela em fita, fachadas descoladas da estrutura, assim como outras características do modernismo brasileiro como o uso de cobogós de louça. Neste parâmetro se encontram indicadas 45 edificações.

¹⁰ Identificáveis como sendo aquelas possuidoras de telhado de barro, com beiral e cachorrada em massa, marcações com frisos sulcados nas fachadas, entre outras. O número de edificações indicadas neste parâmetro é de 29 exemplares.

¹¹ Dentre os imóveis elencados pelo terceiro parâmetro encontramos o Museu Histórico Abílio Barreto (tombado pelo IPHAN em 1951), a edificação principal do Colégio Loyola, o complexo arquitetônico e paisagístico da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, a antiga Faculdade de Odontologia da UFMG, e outras 25 edificações indicadas como Bens Culturais, além do exemplar arbóreo fícus italiano (Ficus elástica) localizado na esquina das ruas Sinval de Sá e Josafá Belo.

¹² O Projeto de Lei nº 682/2013 foi aprovado em 8 de Outubro de 2013 e ainda causa polêmica entre diversos segmentos da sociedade e também entre os moradores do bairro, longe de se tratar de uma questão de consenso na cidade.

¹³ Segundo comentário feito pela historiadora Françoise Jean, funcionária da DIPC, em entrevista concedida a uma das autoras.

conjuntos urbanos é uma das referências de atuação da DIPC no que tange à proteção do patrimônio cultural, caracterizando-os como:

(...) áreas polarizadoras, onde são encontradas *ambiências, edificações ou mesmo conjunto de edificações que apresentam expressivo significado histórico e cultural*. Esses espaços destacam-se por desempenharem uma função estratégica e simbólica na estruturação e compreensão do espaço urbano e de suas formas de ocupação. (PBH, s/d, grifos nossos) ¹⁴.

O projeto foi aprovado junto ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH) no dia 04 de março de 2015, incluindo a indicação de 288 bens de interesse para tombamento individual.

Tanto a proteção do Conjunto Urbano quanto as indicações para tombamento individual seguem uma lógica que não a da excepcionalidade arquitetônica ou estilística, mas que destaca a organicidade¹⁵ e a ambiência do Conjunto. Ou seja, aplicada diretamente à conformação física do bairro, a proteção visa também a manutenção dos aspectos sociais e a ambiência do Santa Tereza.

Os critérios para proteção da maioria dos Conjuntos Urbanos de Belo Horizonte, inclusive do Cidade Jardim, foram considerados a partir de fatores de organicidade estilística e preservação de valores estéticos, pouco relacionados a valores subjetivos de sociabilidade, modos de vida e ambiência. Já a proteção do Conjunto Urbano Santa Tereza leva a discussão patrimonial a outro nível de compreensão, mais contemporâneo e ainda relativamente restrito a especialistas e estudiosos do tema.

Como dito anteriormente, a organicidade do Santa Tereza vai além da homogeneidade e/ou excepcionalidade estilística de suas construções. Está mais relacionada ao caráter do bairro, à sua paisagem e à ambiência a ela relacionada. O espaço construído efetiva o subjacente valor das manifestações do vivido naquele lugar, estando isto para além de sua indiscutível relevância cultural como referencial histórico e arquitetônico, documento mesmo da história do bairro como sendo uma das primeiras ocupações da cidade.

Nota-se que os valores que fizeram com que a proteção do Conjunto Urbano Santa Tereza fosse levada a cabo se voltam mais para os interesses da vida que pulsa ali dentro, dos moradores, usuários e frequentadores de seu cotidiano. As mudanças nas estruturas físicas acabam por ocasionar mudanças nas formas de viver, já que a paisagem é a combinação dos elementos palpáveis e não palpáveis da existência humana em determinado espaço-tempo. Seus elementos visuais e sensíveis ao toque, suas

¹⁴Disponível em:

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=17425&lang=pt_BR&pg=5520&taxp=0&

Acesso em: 25 de maio de 2015.

¹⁵ Termo utilizado pela DIPC no parecer na Deliberação sobre o Conjunto Urbano Santa Tereza. (Diário Oficial do Município, Ano XXI, Edição n. 4761, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, março de 2015)

imagens e texturas, funcionam como espaços para que se manifestem os demais sentidos invisíveis que conformam o espírito do lugar.

Conclusões

As memórias, sejam elas vivenciadas, sejam somente ouvidas e repassadas, sejam individuais, familiares ou coletivas, são transportadas e intrincadas de maneira complexa e profunda ao caráter dos bairros. A opinião das pessoas que mantêm as subjetividades do lugar é um dos principais elementos de percepção em Santa Tereza; a materialidade e a forma das edificações do bairro Cidade Jardim é memória viva de Belo Horizonte. Santa Tereza e Cidade Jardim são capítulos da história da cidade.

A partir de aspectos comuns à grande parte dos bairros de uma metrópole como a capital mineira (verticalização, impessoalidade, vias asfaltadas, etc.), o bairro Santa Tereza se destaca, ou é destacado, pela diferença, como um bairro repleto de singularidades e particularidades. Longe de defini-lo, seus traços o distinguem e fazem dele objeto de interesse de estudiosos, jornalistas, curiosos e apreciadores da vida urbana há pelo menos vinte anos.

A temporalidade e formas de ocupação distintas dos dois bairros que servem aqui como objeto de estudo, nos permite especular a respeito das consequências possíveis impostas pela substituição, ou revogação de políticas de preservação patrimonial. Tais alterações trazem consigo consequências diretas à conformação física dos bairros, aos moradores e demais ocupantes destas áreas, assim como ao bom funcionamento dos equipamentos urbanos existentes.

O bairro Cidade Jardim, ícone da racionalidade de um projeto de expansão da cidade de Belo Horizonte na década de 1940, traz consigo as alterações urbanas vigentes na Europa no início do século XX e exemplifica assim claramente o pensamento de uma época. Além disso, abriga exemplares de expoentes da arquitetura moderna mineira, como Sylvio de Vasconcelos e Rafael Hardy Filho. A proteção formal de seu patrimônio edificado pode ser interpretada como resgate e promoção de um período da história de Belo Horizonte. A manutenção do uso residencial unifamiliar permite a perpetuação de um tipo específico de sociabilidade local, assim como a manutenção da arborização existente e permeabilidade do solo local, mantém o frágil equilíbrio com as áreas lindeiras em bom funcionamento.

No bairro Santa Tereza é importante verificar a riqueza das relações sociais locais assim como as relações sociais inter-bairros geradas, pela espacialidade e também pela boemia local. A manutenção das características edilícias que permitem e permitiram o surgimento desta sociabilidade distinta se mostra importante e justificada ao analisarmos a conformação e maneira como se edificou o bairro.

A ocupação formal do bairro, com edificações próximas ao alinhamento dos passeios, sua relação mais direta com a via convidam ao convívio. A informalidade do assentamento humano se traduz na ampliação dos laços sociais presentes no bairro Santa Tereza. Em sentido contrário a imposição de isolamento edilício proposto na legislação do bairro Cidade Jardim se traduz através de relações sociais efêmeras e delicadas.

Bairros distintos, edificados e ocupados por classes sociais diversas, hoje se apresentam cada qual com seu *genius loci*, como característica própria de lugar que mostra o que é ou o que quer ser. Apresentam assim as qualidades necessárias ao habitar e as possibilidades de manutenção da diversidade socioespacial característica do ambiente humano rico em valores diversos.

Referências bibliográficas

BAGGIO, Ulysses da Cunha. A Luminosidade do Lugar – Circunscrições Intersticiais do Uso de Espaço em Belo Horizonte: apropriação e territorialidade em Santa Tereza. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paul, 2005. Tese de Doutorado.

Belo Horizonte, Lei n°39 de 30 de Julho de 1948.

Belo Horizonte, Lei n°7.165 – 27 de Agosto de 1996. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1996. 11p.

Belo Horizonte, Lei n°7.166 – 27 de Agosto de 1996. Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1996. 41p.

Belo Horizonte, Lei n°9.563 – 30 de Maio de 2008. Dispõe sobre a regulamentação da Área de Diretrizes Especiais da Cidade Jardim, instituída pela Lei n° 7.166/96. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2008. 6p.

Belo Horizonte, Síntese da estruturação Urbana. IV Conferência Municipal de Política Urbana. In. Resultado da Votação Eixo Cultural 20140510.pdf

Belo Horizonte. Diário Oficial do Município – DOM – 26 de Março de 2011. Ano XVII. Ed. 3793. Câmara Municipal de

Belo Horizonte. Poder Legislativo. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte

Belo Horizonte. Diário Oficial do Município – DOM – 05 de Outubro de 2013. Ano XIX. Ed. 4409. Câmara Municipal de Belo Horizonte. Poder Legislativo. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte.

Belo Horizonte. Diário Oficial do Município – DOM – 12 de Março de 2015. Ano XXI. Ed. 4761, Câmara Municipal de

Belo Horizonte. Poder Legislativo. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte.

BRESCIANI, Stella Maria. As Sete Portas da Cidade. *Espaço e Debates*: Revista de estudos regionais e urbanos, São Paulo, n. 34, p. 10-15. Ano XI, 1991.

CONTINENTINO, Lincoln. Urbanismo - Generalidades - Sub divisão de terrenos . Arquitetura e Urbanismo. Revista Bimestral - Ano V - Setembro a Dezembro de 1940. Direção e publicidade. Quitanda - 21 - Rio. p.297-309

CONTINENTINO, Lincoln. Urbanismo, o Plano de Belo Horizonte. Impressões de uma viagem recente à Argentina. Arquitetura e Urbanismo. Revista Bimestral - Ano V - Julho e Agosto de 1940. Direção e Publicidade. Quitanda - 21 - Rio. p.222-225

GÓES, Luis. BAIRRO DE SANTA THERESA: Formação e História 1900 a 1960. Belo Horizonte: O autor, s/d. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2001.

LE MOS, Celina Borges; texto A cidade republicana Belo Horizonte, 1897-1930. In: Leonardo Barci Castriota (Org.). Arquitetura da modernidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG/IAB, 1998. p.79-125.

LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun; tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. – (Prismas). Título original: Pour l'amour dês Villes.

NESBITT, Kate. Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teorica (1965-1995). Título original: Theorizing a new agenda for achitecture: an anthology of architectural theory, 1965-1995. Tradução: Vera Pereira, São Paulo: Cosac Naify, 2º ed. rev.,2008; 664p., 16 ils.

NORBERG-SCHULZ, Christian. Genius loci. Towards a phenomenology of architecture. Londres, Academy Editions, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História Cultura. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SABATÉ, Joaquín. Paisajes culturales y proyecto territorial. In El paisaje en la cultura contemporánea, p.249- 273

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira; CAJAZEIRO, Karime Gonçalves. A singularidade do lugar: a construção de um discurso identitário para o bairro Santa Tereza; __; __; SOARES, Carolina Pereira. Instrumentos de proteção do patrimônio cultural: um olhar sobre o caso do bairro Santa Tereza. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu (Org.). Bairros Pericentrais de Belo Horizonte. Patrimônio, Territórios e Modos de Vida. 1ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio (org.). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ZANCHETI, Silvio Mendes e JOKILEHTO, Jukka. Values and Urban Conservation planning: Some reflections on principles and definitions. *Journal of Architectural Conservation* 3 (1): 37-51